

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC - SP

Nilson de Oliveira Rodrigues

***Folha de S. Paulo: A Semântica Global e os atos de violência nas  
manifestações sociais***

**MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

São Paulo  
2018

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC - SP

Nilson de Oliveira Rodrigues

***Folha de S. Paulo: A Semântica Global e os atos de violência nas  
manifestações sociais***

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Ana Rosa Ferreira Dias.

São Paulo  
2018

**BANCA EXAMINADORA**

-----

-----

-----

[...] não passar do discurso para o seu núcleo interior e escondido, para o âmago de um pensamento ou de uma significação que se manifestariam nele; mas, a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras.

(FOUCAULT. *A ordem do discurso*)

Esta pesquisa é dedicada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos.

Esta dissertação é dedicada às mulheres da minha vida: Luíza, mãe e exemplo; Márcia Ezivânia, Beatriz Marina e Laura Amarílis, família amada, pelo apoio em minha vida espiritual, acadêmica e profissional. Às minhas musas agradeço pela compreensão em face da minha ausência durante a realização desta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora Professora Doutora Ana Rosa Ferreira Dias, por seu exemplo de força e garra ante as vicissitudes; pela competência com que conduz sua vida profissional; pelo seu olhar carinhoso. Obrigado por sempre indicar o melhor caminho em meus momentos mais difíceis e pelas riquíssimas orientações para a realização desta dissertação.

Ao Professor Doutor Jarbas Vargas Nascimento, por suas importantes contribuições durante o curso e pelas precisas observações durante o Exame de Qualificação, todas fundamentais para esta pesquisa.

Ao Professor Doutor Paulo Roberto Gonçalves Segundo, por sua honrosa presença no Exame de Qualificação e pelas preciosas contribuições, as quais muito enriqueceram este processo investigativo.

À Professora Doutora Izilda Maria Nardocci, pelo estímulo à pesquisa, desde o Curso de Especialização em Língua Portuguesa, quando recebi as primeiras orientações acadêmicas.

À Professora Doutora Silma Ramos Coimbra Mendes, pelas primeiras sugestões de estudos discursivos, e por fazer parte desta etapa significativa em minha vida acadêmica.

Aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, pelas oportunidades singulares de estudo e de construção de conhecimento.

À amiga Lourdes, secretária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, pelo apoio e orientações durante todo o curso.

A Deus, por mais esta oportunidade de evolução.

## RESUMO

RODRIGUES, Nilson O. *Folha de S.Paulo: a Semântica Global e os atos de violência nas manifestações sociais*. Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta pesquisa trata de refletir acerca da semântica global na constituição dos discursos presentes em editoriais jornalísticos. Tendo como base a relação entre os planos do discurso, nosso objetivo é o de procurar verificar como as dimensões da semântica global operam o tema dos atos de violência ocorridos durante as manifestações sociais no funcionamento da prática discursiva jornalística. O tratamento desse tema é importante uma vez que o problema da violência tem se tornado cada vez mais objeto de atenção da sociedade. Apoiados no pressuposto de que cada funcionamento discursivo tem suas marcas relevantes e que há um sistema de restrições globais que rege o discurso, tomamos como referencial teórico a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, mais especificamente o dispositivo enunciativo-discursivo proposto por Maingueneau (2008b). Elegemos como categorias de análise o interdiscurso, os planos da semântica global – o vocabulário, a intertextualidade, o tema, o estatuto do enunciador e do coenunciador, a *déixis* discursiva, o modo de enunciação e o modo de coesão, além das condições de produção dos discursos. O *corpus* de referência é constituído por três editoriais do jornal *Folha de S.Paulo*, sendo dois deles de 2013 e um de 2016, veiculados logo após o acontecimento de grandes protestos de rua. Na análise, baseada no princípio da semântica global, verificamos que não é possível privilegiar um plano em detrimento do outro, o que nos revelou que os efeitos de sentido emergem não de um, mas do conjunto de planos, organizados de acordo com a semântica global. Verificamos, ainda, com base nos resultados alcançados, que a semântica global permite aprofundar uma apreensão dos limites da discursividade, com vistas a constatar que o sistema de restrições semânticas instala os princípios que tornam o discurso do jornal *Folha de S.Paulo* pertencente a posicionamentos distintos, mesmo em face do tratamento do mesmo tema, em períodos históricos bem próximos. O paradigma da transdisciplinaridade nos compele a angariar outras áreas para ampliar nossa reflexão: sobre as questões relativas ao discurso jornalístico, nos baseamos em Kunczik (1997) e Melo (1994, 2006). Para o estudo das mídias, recorremos a Charaudeau (2015); sobre os estudos da violência, valemo-nos de Dias (2008), Michaud (1989), dentre outras.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Semântica Global. Discurso Jornalístico. Folha de S.Paulo. Violência.

## ABSTRACT

RODRIGUES, Nilson O. *Folha de S.Paulo*: the global semantics and the violent acts during social protests. Master's dissertation (Portuguese Language). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

This research reflects upon the global semantics on the construction of the journalistic discourse in editorials. Having as background the relation between the discourse frames, our objective is to verify how the dimensions of global semantics operate the theme of violent acts during social protests on the functional practice of journalistic discourse. This theme is relevant hence the issue of violence has increasingly become a focus of attention in our society. Based on the assumption that each discourse frame has its own relevant marks and that there is a system of global constraints that rules the discourse, we have chosen as theoretical reference the French line Discourse Analysis, more specifically the enunciative discourse device proposed by Maingueneau (2008b). We have elected as the categories of analysis the interdiscourse, the frames of global semantics – vocabulary, intertextuality, theme, enunciator and co-enunciator statute, discursive deixis, mode of enunciation mode and cohesion mode, besides the conditions of elaborating discourses. The reference *corpus* is constituted by three editorials on the newspaper *Folha de S.Paulo*, among them, two from 2013 and one from 2016, all spread right after big street protests. On the analysis, based on the principle of global semantics, we have verified that it is not feasible to privilege a frame and disregard the others, which made us realize that the effects of sense emerge not from only one, but from the whole set of frames, organized according to the global semantics. Based on the results achieved, we have also validated that the global semantics allows to deepen an apprehension of the limits of discursiveness in order to acknowledge that the system of semantic constraints sets up the principles which makes the discourse from the newspaper *Folha de S.Paulo* belongs to distinct positions, even when dealing with the same theme during close time periods. The paradigm of transdisciplinarity urges us to spread our view to other areas to increase our reflections: on the questions related to journalistic discourse, we were based on Kunczik (1997) and Melo (1994, 2006). For the study on media, we have applied to Charaudeau (2015); for the study on violence, we have consulted Dias (2008), Michaud (1989), among others.

**Key words:** Discourse Analysis. Global Semantics. Journalistic Discourse. *Folha de S.Paulo*. Violence.

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
<b>CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>19</b>
1.1 A constituição e a apresentação do <i>corpus</i> .....	19
1.2 A opção pela <i>Folha de S.Paulo</i> .....	21
1.3 <i>Folha de S.Paulo</i> : um breve histórico .....	23
<b>CAPÍTULO II – MÍDIAS E MANIFESTAÇÕES SOCIAIS .....</b>	<b>34</b>
2.1 Os discursos e seus lugares.....	34
2.1.1 A violência nas mídias.....	34
2.1.2 O discurso jornalístico .....	40
2.1.3 Os lugares dos discursos .....	45
2.2 Apontamentos da legislação brasileira .....	47
2.3 O tema das manifestações sociais .....	50
2.4 O Movimento Passe Livre (MPL) .....	53
<b>CAPÍTULO III – A ANÁLISE DO DISCURSO .....</b>	<b>61</b>
3.1 A gênese da Análise do Discurso .....	61
3.2 A Análise do Discurso: o discurso .....	68
3.2.1 Topia e atopia.....	72
3.3 Do discurso ao interdiscurso.....	74
3.4 As hipóteses de Maingueneau .....	80
3.5 A abordagem da Semântica Global .....	92
<b>CAPÍTULO IV – FOLHA DE S.PAULO: A SEMÂNTICA GLOBAL E OS ATOS DE VIOLÊNCIA NAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS.....</b>	<b>111</b>
4.1 Análise do discurso 01: “Retomar a Paulista” .....	113
4.2 Análise do discurso 02: “Agentes do caos” .....	126
4.3 Análise do discurso 03: “Fascistas à solta” .....	141

**CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 158**

**REFERÊNCIAS..... 166**

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os gêneros jornalísticos circulantes na mídia são elementos de estudo de nossa atenção. Dentre esses gêneros, chama a nossa atenção o editorial jornalístico. Valendo-se de Melo (1985), Arbex Júnior (1992, pp. 91-95), conceitua o editorial como “o gênero jornalístico que expressa opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. Assim, trata-se o editorial de um gênero jornalístico cuja rigidez estética abriga as várias manifestações da linguagem, cuja característica principal é a de discutir sobre os acontecimentos cotidianos de forma que os seus significados sejam levados ao leitor com um posicionamento claro da empresa jornalística.

Nossa pesquisa se restringe ao editorial que é veiculado no jornal *Folha de S.Paulo* (FSP) que, segundo o *Manual* dessa empresa, apresenta as características próprias do gênero: “texto não assinado que expressa a opinião de um veículo de comunicação” (Manual da Redação, 2018, p. 92). Prossegue o Manual, asseverando que “seu estilo deve ser ao mesmo tempo incisivo e elegante, com registro mais formal que o das reportagens, mas sem incidir em linguagem empolada. Espera-se que apresente a questão de forma concisa e equilibrada, desenvolva argumentos defendidos pelo jornal, refute opiniões opostas e chegue a uma conclusão” (idem, p. 137).

Nosso foco de estudo se volta para o tema da violência, em particular, o da violência praticada no decorrer de manifestações sociais, como fenômeno cultural na sociedade brasileira contemporânea, em especial, a partir de junho de 2013, com as grandes manifestações de rua convocadas e organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). O tema de nossa pesquisa, portanto, refere-se ao *ato da violência* – violência praticada e ou sofrida, tanto por parte de manifestantes quanto por parte de integrantes das forças estaduais de segurança – veiculado no *discurso jornalístico*, materializado em três editoriais da FSP<sup>1</sup>, especificamente, dois editoriais de junho de 2013 e um de setembro de 2016.

---

<sup>1</sup> No Manual da Redação do jornal **Folha de S.Paulo** (assim mesmo, com um ponto logo depois do esse maiúsculo, seguido, imediatamente, sem espaço, da palavra **Paulo**, especifica que a empresa irá se referir às suas próprias publicações, em todas as mídias, como **Folha**. Assim, para nos referirmos ao jornal em estudo nesta dissertação, utilizaremos a notação FSP.

Optamos por esse jornal devido à grande projeção da *Empresa Folha da Manhã S.A.* no mercado nacional, no âmbito de sua atuação em múltiplas plataformas de mídias, o que permite, por exemplo, a leitura dos jornais tanto no seu formato impresso quanto na *internet*. Nessa forma de acesso digital, para além da leitura do editorial na *Folha.com*, os recursos oferecidos ao assinante/pesquisador são inúmeros, de modo a permitir a consulta e a confrontação dos dados referidos nos editoriais pesquisados, o que amplia e facilita, sobremaneira, o acesso às fontes.

A veiculação dos atos de violência no *discurso jornalístico* desperta o interesse de estudo e de análise, em face da predileção pelos estudos desses discursos, tendo em vista a imprensa desempenhar papel exponencial na disseminação das ideologias que formam a sociedade brasileira. Ainda, como prática social, o estudo dos atos de violência no *discurso jornalístico* permite ao analista, com base no paradigma linguístico, a apreensão de comportamentos dos cidadãos no exercício de vários papéis na sociedade. Desse modo, os atos de violência nas manifestações revelam modos de comportamento social, o que possibilita emergir imagens desses sujeitos nesses tempos de grupos em alta comunicação digital.

Dessa forma, decidimos por encetar um olhar acadêmico ao estudo da violência em relação interdiscursiva no *discurso jornalístico*. Tal decisão se deu, principalmente, pelo fato de o discurso jornalístico se caracterizar pela relevância social na contemporaneidade. Tornou-se, pois, o jornal um espaço de interação social, no qual se encontram em relação de embate vários dos discursos responsáveis pelas representações sociais de vários campos discursivos.

Nessa conformidade, são temas do discurso jornalístico os *atos de violência* (MICHAUD, 1989), vistos nesta pesquisa como um *discurso tópico* (MAINGUENEAU, 2010) inserto no interior do *discurso jornalístico*. Maingueneau (2007b; 2010), ao tratar da *topia* e da *atopia* dos discursos, explica que os discursos tópicos são aqueles que se constituem como *campo discursivo*; referem-se aos gêneros circulantes nos vários segmentos da atividade social, como o jurídico, o administrativo, o jornalístico, dentre outros, os quais buscam dar conta dos problemas que transitam pela sociedade, porém, sem sucesso, em face de sua incapacidade de autolegitimação, pois foram estruturados com base em outros discursos.

Em decorrência dessa incapacidade, os discursos tópicos recorrem frequentemente aos discursos constituintes – definidos como aqueles discursos que se justificam a si mesmos – para respaldar o sentido do seu dizer. Trata-se, portanto,

o discurso jornalístico de um *discurso tópico*, em vista de sua topicalização dos acontecimentos cotidianos, feita geralmente de forma incompleta.

Buscamos, ainda, propor uma contribuição às pesquisas em andamento sobre as estratégias de produção e de recepção dos gêneros de discurso que fazem parte do jornal, em interação com os atos de violência e do humor, os quais já há muito vêm sendo desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Discursos da Mídia Escrita (DIME)<sup>2</sup>, sediado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a liderança da Professora Doutora Ana Rosa Ferreira Dias.

No que se refere ao *estado da arte*, verificamos que há muitos estudos sobre atos de violência, nas áreas da Língua Portuguesa, da Linguística, da Sociologia, da História, da Filosofia, da Psicologia, dentre outras, na medida em que o fenômeno da violência vem sendo abordado por diferentes disciplinas, em face da sua complexidade e da sua capilaridade. Especificamente, sobre essa problemática da violência, há poucas publicações que relacionem *ato de violência* (MICHAUD, 1989) e *discurso tópico* (MAINGUENEAU, 2008b).

Já Bakhtin (2003) alertara para o caráter social do discurso, em face de sua determinação pela linguagem em uso por indivíduos situados histórica e socialmente, praticada em um determinado contexto sócio-histórico. A presença de um Outro faz parte do discurso; na AD, esse Outro é denominado coenunciador<sup>3</sup>. Assim, ao partirmos do conceito de interdiscursividade, apreendemos que a emergência dos sentidos, inerente ao discurso, dá-se nas relações de interação. No presente trabalho, partimos da concepção de discurso a partir dos postulados de Maingueneau (2015, pp. 25-29): “o discurso é uma organização além da frase”; “uma forma de ação”; “é interativo”; “é contextualizado”; “é assumido por um sujeito”; “é regido por normas”; “é assumido no bojo de um interdiscurso” e, finalmente, “o discurso constrói socialmente o sentido”.

Este trabalho possui base teórico-metodológica na abordagem enunciativo-discursiva proposta por Maingueneau (2008b), cuja filiação, portanto, vincula-se à

---

<sup>2</sup> Em 28.11.2018, na PUC-SP, ocorreu a *IX Jornada do DIME*, com o tema: “Interações na mídia”, oportunidade em que foram apresentados trabalhos atinentes ao desenvolvimento das pesquisas em andamento pelos integrantes do Grupo de Pesquisa (PUC-SP) liderado pela professora doutora Ana Rosa Ferreira Dias.

<sup>3</sup> Usaremos o termo enunciador, conforme proposto por Maingueneau, para designar a fonte de referência do discurso; já o termo coenunciador designa o destinatário do discurso; o termo coenunciadores servirá para designar tanto enunciador como coenunciador como corresponsáveis pela cena de enunciação. Quanto a enunciado, trata-se da marca verbal do acontecimento inscrita em um contexto particular (MAINGUENEAU, 2004, p. 57).

Análise do Discurso (AD). A dissertação se estrutura na intersecção de disciplinas, com fulcro em analisar os atos de violência no *discurso jornalístico*, constituindo-se, pois, em uma ancoragem interdisciplinar, o que nos permite a apreensão do fenômeno interdiscursivo, pois compreendemos que os atos de violência no jornal só fazem sentido quando se leva em consideração sua inscrição em uma determinada conjuntura sócio-histórica.

Para a realização da análise dos discursos selecionados, buscaremos lançar mão de alguns conceitos basilares para o empreendimento da presente pesquisa, tais como o de condições sócio-históricas de produção dos discursos, a interdiscursividade e as dimensões da *semântica global*.

Conforme conhecimento apreendido durante o nosso mestrado<sup>4</sup>, após o domínio de alguns dos pressupostos da AD, o pesquisador deve selecionar o *corpus* – o qual, nesta disciplina, não se constitui *a priori*, à disposição do analista – e nele executar os procedimentos de análise: iniciando pela verificação das condições sócio-históricas de emergência de dado(s) discurso(s); em seguida, proceder à análise do interdiscurso; e, por fim, proceder à realização dos movimentos de análise, com foco na categoria selecionada para esse mister, no nosso caso, a *Semântica Global*.

Concordes com Maingueneau (2008b, p. 80), pensamos que a análise “deve ser visada em seu conjunto. Não pode haver fundo, ‘arquitetura’ do discurso, mas um sistema que investe o discurso na multiplicidade de dimensões”, de modo admitirmos que um discurso só pode ser apreendido por meio de uma semântica global, compreendida como uma categoria capaz de integrar, na análise, os sete planos: o *vocabulário*, a *intertextualidade*, o *tema*, o *estatuto do enunciador e do coenunciador*, a *dêixis discursiva*, o *modo de enunciação*, o *modo de coesão*.

Para Maingueneau (2008b), os planos da semântica global constituem um sistema de restrições que, ao operarem tanto na ordem do enunciado e da materialidade linguística quanto na ordem da enunciação e das condições sócio-históricas de produção, organizam o discurso. Assim, deixar de considerar a globalidade dos discursos é operar uma análise incompleta, pois devemos partir da integração de todos os planos para ser constituído um sistema de restrições.

---

<sup>4</sup> Muito relevamos também as ricas e prolíficas discussões sobre Análise do Discurso (AD) no âmbito do Grupo de Pesquisa *Memória e Cultura na Língua Portuguesa Escrita no Brasil*, sediado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob liderança do Professor Doutor Jarbas Vargas Nascimento.

Nessa perspectiva é que buscaremos proceder a um estudo com ancoragem na AD, tomando como categorias as condições sócio-históricas de produção, o interdiscurso e a semântica global, por entendermos que as práticas discursivas jornalísticas, em sua multiplicidade de dimensões, são passíveis de serem consideradas na sua globalidade.

Ao tratarmos o discurso jornalístico como prática social, propomos a seguinte problematização: em que medida os planos da *Semântica Global* (o vocabulário, a intertextualidade, o tema, o estatuto do enunciador e do coenunciador, a *dêixis* discursiva, o modo de enunciação e o modo de coesão) revelam, com mais profundidade, o funcionamento da prática dos atos de violência no interior do *discurso jornalístico*, de forma a explicitar aspectos culturais de uma nova dinâmica nas manifestações sociais, compostas, em sua maioria, por uma geração de cidadãos ultraconectados na rede mundial de computadores?

Com base em Maingueneau (2008b), não há hierarquia nem preponderância entre os planos da semântica global, portanto, nesse sistema de restrições globais, não há privilégio de análise, quer seja do vocabulário, da intertextualidade, do tema, do estatuto do enunciador e do coenunciador, da *dêixis* discursiva, do modo de enunciação ou do modo de coesão.

Dessa forma, de nosso tema de pesquisa, construímos o objetivo geral de analisar como as dimensões da semântica global operam o tema dos atos de violência praticados durante as manifestações sociais no funcionamento da prática discursiva jornalística, entre 2013 e 2016, em São Paulo, e como emergem efeitos de sentido da comparação entre os discursos desse período no jornal *Folha de S.Paulo*.

De forma a alcançarmos o objetivo geral, elegemos como objetivos específicos: a) investigar a relação interdiscursiva nesses editoriais, ou seja, como se dá a relação do discurso jornalístico com os discursos concorrentes sobre os atos de violência praticados durante as manifestações sociais; b) analisar como a *semântica global* se constitui no gênero de discurso editorial, de modo a buscar apreender efeitos de sentido desse discurso e quais as principais implicações do seu modo de dizer; c) verificar se as categorias de análise selecionadas permitem comparar se há distinção entre os *posicionamentos* adotados pela *Folha de S.Paulo*, em 2016, em face daqueles externados em 2013.

O *corpus* desta pesquisa é constituído por discursos veiculados nos editoriais do jornal FSP, relativos ao tema da violência praticada nas manifestações sociais, e delimitados ao mês de junho de 2013 a setembro de 2016.

Nessa perspectiva, a delimitação à violência nas manifestações se explica pelo fato de essas ocorrências representarem uma mudança radical de comportamento, sobretudo, do jovem brasileiro, de modo a se constituir como elemento de identidade, ainda que episódico, de uma nova cultura nacional. Mesmo diante de inúmeros trabalhos que discutem esse tema, percebemos, ainda, a escassez daqueles que o abordam sob o ponto de vista discursivo. A delimitação ao tema também se explica tanto pelo fato de a pauta da Segurança Pública representar uma das maiores discussões na sociedade contemporânea<sup>5</sup>, quanto pela possibilidade de dar continuidade à pesquisa iniciada no Curso de Especialização em Língua Portuguesa e aprofundar, agora, no mestrado, a discussão acerca da Semântica Global, em suas sete dimensões, conforme Maingueneau (2008b), na relação interdiscursiva presente nos editoriais jornalísticos.

Quanto à organização, além das Considerações Iniciais, das Considerações Finais e das Referências, este trabalho está organizado em quatro capítulos.

No primeiro, apresentamos a constituição do *corpus* e as condições de produção desses discursos selecionados para a pesquisa. Em seguida, descrevemos um breve histórico da *Empresa Folha da Manhã S.A.*, além de discorrermos acerca das condições sócio-históricas do desenvolvimento da pesquisa, cujo foco privilegia o modo como a FSP abordou em alguns dos seus editoriais as ações dos manifestantes, bem como a atuação dos órgãos de segurança pública estaduais durante as manifestações sociais ocorridas no Brasil – mais precisamente no estado de São Paulo – no período de 2013 a 2016.

No segundo capítulo, apresentamos a forma do desenvolvimento da pesquisa em consonância à legislação ora vigente no Brasil. Buscamos tratar da relação entre as mídias, os atos de violência e o *discurso jornalístico*, bem como dos *lugares* desses discursos, para nos debruçarmos sobre as condições histórico-culturais de emergência do tema dos atos de violência nas manifestações sociais abordado em editoriais da FSP, sobretudo, quanto às referências ao Movimento Passe Livre (MPL)

---

<sup>5</sup> No Brasil, temos no início de 2018 a intervenção do Governo Federal, na área da segurança pública, no Estado do Rio de Janeiro. Em 12.06.2018, Governo Federal dá início ao processo de implantação do Sistema Único de Segurança Pública.

e a suas reivindicações relativamente à mobilidade urbana, durante as manifestações de rua no Brasil, iniciadas em junho de 2013.

No terceiro capítulo, tratamos das *condições sócio-históricas de produção*, do interdiscurso e discorremos rapidamente acerca das hipóteses propostas por Maingueneau (2008b), porém com foco na categoria de análise dos discursos por nós eleita: a *Semântica Global*.

No quarto e último capítulo, apresentamos, em ordem crescente de publicação, a análise dos discursos selecionados para a pesquisa, abordando as condições sócio-histórico-culturais de produção, a interdiscursividade e os planos da *Semântica Global*, e suas relações com a emergência dos possíveis efeitos de sentido.

Por fim, de nossas inquietações iniciais, buscamos sintetizar os resultados parciais, os quais, aliás, sinalizam um processo de continuidade dos nossos estudos, de forma a aprofundar as pesquisas acerca do tema da violência, mantendo como base a AD, em sua perspectiva enunciativo-discursiva.

## CAPÍTULO I – O *CORPUS* DA PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos a constituição e a apresentação do *corpus*, e as condições de produção desses discursos selecionados para a pesquisa. Justificamos a escolha pelo jornal *Folha de S.Paulo*, além de descrevermos um histórico do Grupo Folha, no qual discorreremos sobre as características internas da empresa de mídia impressa. Finalmente, tecemos considerações sobre o *Manual da Redação*, com base em suas duas últimas edições – 2013 e 2018.

### 1.1 A constituição e apresentação do *corpus*

Tendo em vista os objetivos pretendidos por esta pesquisa, o *corpus* escolhido para a análise é constituído de três editoriais jornalísticos: “Retomar a Paulista”, de 13.06.2013; “Agentes do caos”, de 15.06.2013 e “Fascistas à solta”, de 02.09.2016. Nosso critério foi o de selecionar discursos em que estivessem presentes as problemáticas emergentes nas grandes manifestações sociais, tematizadas a partir dos atos de violência, quer sejam praticados por manifestantes que sejam perpetrados pelos integrantes dos “black blocs”. Ainda, selecionamos esses discursos em face do *modo de dizer* acerca da atuação das forças estaduais de segurança, responsáveis pela manutenção e pela ordem pública, restritas em sua esfera constitucional de atuação<sup>6</sup>.

A publicação dos editoriais na FSP selecionados para nossa pesquisa compreende o seguinte recorte temporal: duas produções de junho de 2013 e uma de setembro de 2016. Destacamos que, durante 2014, não houve manifestações sociais de grande envergadura, tampouco o periódico por nós pesquisado debruçou-se sobre essa temática nos seus editoriais. Ressaltamos que, entre 2013 e 2016, a FSP produziu dez editoriais<sup>7</sup> sobre a temática das grandes manifestações no Brasil, porém, em face das limitações impostas pelo nosso viés de pesquisa e pela compressão de

---

<sup>6</sup> Constituição Federal de 1988, Artigo 144 e seus parágrafos.

<sup>7</sup> “Retomar a Paulista”, de 13.06.2013; “Agentes do caos”, de 15.06.2013; “Incógnita nas ruas”, de 19.06.2013; “Vitória nas ruas”, de 20.06.2013; “Volta à rotina”, de 16.07.2013; “Nas cordas”, de 16.03.2015; “De março a abril”, de 14.04.2015; “De Itamar a Dilma”, de 16.08.2015; “Recado cabal”, de 14.03.2016 e “Fascistas à solta”, de 02.09.2016.

tempo para a realização deste trabalho, restringimos o *corpus* ao conjunto dos três editoriais já mencionados.

O tema das manifestações sociais nos despertou interesse pelo fato de ter sido um grande acontecimento que reverberou na sociedade, de modo a atingir os brasileiros de diversas faixas etárias e de diferentes níveis socioideológicos, o qual vem sendo abordado por áreas da história, da sociologia, da política, das ciências da comunicação etc. Em nossa área estudos, esse tema suscita muitas possibilidades de estudo, sobretudo, a partir da perspectiva discursiva. Essa amplitude de abordagens se confirma com a disseminação, por exemplo, dos atos de violência nas manifestações, reproduzidos nas mídias. Acompanhamos, durante os anos de 2013 até dezembro de 2016, na FSP, as publicações dessa mídia impressa, em vários de seus cadernos, porém, com foco particular nos editoriais, na busca de tentarmos apreender alguns elementos, tais como intertextualidade/interdiscursividade, tema, vocabulário, modo de enunciação, modo de coesão, as quais buscam dar conta nesses discursos selecionados de “um sistema que investe o discurso na multiplicidade de suas dimensões” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 76).

Na busca por estabilizar as condições de produção do *corpus* selecionado para estudo, faremos um breve histórico sobre o periódico FSP, escolhido por se tratar de um jornal de grande circulação territorial nacional, assim como por sua expressiva vendagem e por nosso acesso à fonte de consulta.

Teceremos considerações acerca de nossa opção pela FSP, apresentaremos um breve histórico sobre a *Empresa Folha da Manhã S.A.*, além de destacarmos algumas das formalidades do Manual da Redação implantado com vistas à padronização de todos os cadernos do periódico.

Os discursos foram selecionados por tematizarem os atos de violência veiculados nas mídias, escolhidos da cena genérica do editorial da FSP. As primeiras abordagens desse tema, as quais tiveram lugar no período das grandes manifestações públicas capilarizadas pelas grandes cidades do Brasil, evidenciaram a emergência de representações da imagem dos manifestantes e das instituições responsáveis pela segurança pública, em especial, aquelas na esfera estadual.

O contexto histórico que apresentaremos a seguir foi elaborado com base nas informações constantes dos sítios eletrônicos da FSP, da Associação Nacional de Jornais (ANJ), do Instituto Verificador de Circulação (IVC), além dos dados insertos no Manual da Redação (2018); Taschner (1992) e Arbex Júnior. (1992; 2001).

## 1.2 A Opção pela *Folha de S. Paulo*

A escolha que fizemos por analisar os discursos veiculados nos editoriais da FSP explica-se pela importância desse veículo de mídia nacional, desde sua fundação até a atualidade. Optamos por esse jornal em face da amplitude da cobertura das manifestações sociais, organizadas ou não pelo Movimento Passe Livre, nas quais tenham ou não ocorrido atos de violência por parte dos manifestantes e ou por integrantes das forças estaduais de segurança pública. Também, nossa escolha por estudar a cobertura dos atos de violência nas manifestações nesse jornal se dá exatamente pelo porte gigantesco da empresa e, portanto, pela sua capilaridade nacional e, com a divulgação pela *internet*, seu alcance se tornou global. Outrossim, seu perfil de empresa de grande porte, o qual permite a esse jornal se afigurar como possuidor de uma modernização empresarial e postura jornalística democratizante, aliado ao fato de uma proposta de inovação nos produtos jornalísticos veiculados cotidianamente, o que fez suscitar, inicialmente, o questionamento de qual seria a incidência dessas variáveis na apresentação do gênero jornalístico editorial.

Outras circunstâncias que determinaram a decisão de estudar a FSP foram: a) o comportamento autoanalítico<sup>8</sup> assumido pela organização jornalística; b) sua política editorial<sup>9</sup>; c) clareza para o público da definição da estrutura dada à redação (“Projeto Folha”). Finalmente, e não menos importante, a facilidade proporcionada pelo atual sistema informatizado do jornal FSP, o qual permite acesso *on-line* às edições digitais do periódico, de modo a garantir ao pesquisador a fidedignidade dos dados publicados relativos ao *corpus* selecionado para nossa pesquisa, dados os quais, especificamente, foram recortados entre 2013 e 2016<sup>10</sup>.

Não menos importante também, em relação a esse periódico, são suas estatísticas de quantidade e qualidade<sup>11</sup>, pois se trata de uma presença maciça nos lares e nas empresas, com o atingimento de milhares de pessoas, principalmente aquelas pertencentes à denominada “classe média” brasileira.

---

<sup>8</sup> FOLHA DE S.PAULO. *Primeira página* (2000).

<sup>9</sup> FOLHA DE S.PAULO. *Manual da Redação* (2018).

<sup>10</sup> Não incluímos em nossa pesquisa, por exemplo, as abordagens feitas pela FSP acerca das manifestações sociais capitaneadas pelo MPL em 11.01.2018 e em 17.01.2018, contra o aumento da tarifa dos transportes públicos em São Paulo.

<sup>11</sup> Segundo o site da FSP, acessado em 12 de janeiro de 2018, a tiragem diária do jornal impresso naquela data consultada era de 400 mil exemplares.

Conforme enuncia a própria empresa jornalística, os leitores da FSP são caracterizados como “ultraqualificados”<sup>12</sup>. Para chegar a essa conclusão, o Grupo Folha afirma que Octavio Frias de Oliveira (1912-2007) designava os leitores de "Sua Excelência, o leitor". Foi ideia desse *publisher*<sup>13</sup> da FSP a de se pesquisar seu público: desde o começo da década de 1980 até hoje foram realizados pelo Datafolha nove levantamentos. Assevera o site da FSP que, durante três meses, cerca de 400 pesquisadores foram às ruas entrevistar mais de 7.000 pessoas, em sete diferentes estudos estatísticos. O resultado é um painel detalhado sobre como se informam os brasileiros e sobre quem é o público desse jornal.

O perfil do leitor da FSP impressa pesquisou tanto os que efetivamente pagam pelo jornal (assinantes ou compradores em banca, chamados de leitores primários) quanto os leitores secundários, que compartilham a edição comprada por outro. Na edição impressa, a pesquisa aponta que “são 6 milhões os que declaram acompanhar a Folha com alguma regularidade”. Quando se abarcam as variadas plataformas – a impressa, *online*, em vídeo, rádio, *tablets* e *smartphones* –, o Grupo arvora-se de que “9 milhões apontam a **Folha.com** numa lista de *sites* que acessam. Somados, os consumidores de informação da Folha têm o peso de uma região inteira do Brasil, como a Centro-Oeste, ou de um Estado como a Bahia. Revela também esse perfil do leitor da FSP que se trata de um público com alto grau de fidelidade ao produto: “metade lê a Folha há ao menos dez anos; 83% a consideram imparcial, 86%, pluralista, e 88%, equilibrada. A maioria avalia que o veículo traz prestígio e é essencial para entrar no mercado”<sup>14</sup>.

Finalmente, sintetiza a pesquisa que o leitor da FSP tanto na versão impressa quanto na plataforma digital está no topo da pirâmide social: “no caso do impresso, 41% fazem parte da classe A, contra 3% na população em geral. Três quartos fizeram faculdade e 24% também a pós-graduação; no país são 13% e 2%, respectivamente”.

Dessa forma, nossa opção por esse veículo de mídia impressa pauta-se, sobretudo, por sua magna inserção em todo o Brasil, porquanto muito lido e de grande

---

<sup>12</sup> FOLHA DE S.PAULO. Leitor da folha é ultraqualificado. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2011/10/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>. Acesso em 13 dez. 2017.

<sup>13</sup> Conforme o Manual da Redação (2018, p. 35), “o proprietário de órgão de imprensa ou seu representante”.

<sup>14</sup> FOLHA DE S.PAULO. Leitor da folha é ultraqualificado. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2011/10/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>. Acesso em 13 dez. 2017.

influência na formação do pensamento de expressivo percentual da população brasileira, cuja leitura, aliás, com o suporte da *internet*, chega a alcançar os leitores ora residentes em diversos países.

### 1.3 *Folha de S.Paulo*: um breve histórico

Idealizado por Olival Costa e Pedro Cunha, nasce, em 19 de fevereiro de 1921, o jornal *Folha da Noite*, cuja redação inicialmente ficava na rua São Bento, 66-A (segundo andar), em São Paulo. De saída, o jornal alinhava-se ideologicamente ao *Partido Democrático*; apoiou o movimento *Tenentismo*; inflamou a campanha pelo sufrágio universal secreto.

Em que pese na atualidade FSP e *O Estado de S. Paulo* enunciarem, pretensamente, de lugares distintos, ambas as empresas possuem uma origem comum, ao menos no que tange ao espaço por elas dividido inicialmente, pois a impressão da FSP era feita nas oficinas do *Estadão*, na rua 25 de março.

Em 1925, o jornal se muda para um casarão na Rua do Carmo, 7-A; em julho do mesmo ano, é criado o jornal *Folha da Manhã*, edição matutina da *Folha da Noite*. Ambos, *Folha da Noite* e *Folha da Manhã* tinham uma linha editorial voltada para as questões urbanas locais.

Em janeiro de 1931, agora sob a administração de Diógenes de Lemos, Guilherme de Almeida e Octaviano Alves de Lima, este último cafeicultor e coligado à política do *Liberalismo*, a tiragem diária dos dois jornais passa de 15 mil para 80 mil exemplares. Nessa época, o nome da companhia é alterado para *Empresa Folha da Manhã Ltda*. A partir dessa mudança, a linha editorial dos diários passou a ser marcada pela defesa dos interesses dos produtores rurais paulistas.

Quinze anos mais tarde, o controle acionário da empresa passa para as mãos de José Nabantino Ramos (até 1953), cuja razão social foi alterada para *Empresa Folha da Manhã S.A*. Essa denominação permanece até os dias atuais. Além disso, Nabantino solidificou a FSP a partir do paradigma do capitalismo, com foco no excelso crescimento da empresa, ampliando o número de assinaturas, a quantidade de números avulsos vendidos nas bancas e, principalmente, a forte exploração da publicidade encartada nas principais páginas do periódico. Eis a lógica de mercado

implantada: os jornais são vendidos aos consumidores, que, por sua vez, consomem deveras os produtos anunciados. Conforme Taschner (1992, p. 67):

[...] não se trata mais de um jornal cuja organização tem forma de empresa, trata-se de uma empresa que tem atividade jornalística. Ela é o *sujeito*, e não mais o jornal. Este é o produto da atividade da empresa. E a concepção das Folhas como empresa, que visa ao lucro, foi também claramente assumida por seus diretores [...] ao declararem que nada justifica que a indústria jornalística impere em bases de lucros inferiores às normais.

Esse ponto referente à implantação na empresa do Grupo Folha dos novos paradigmas exigidos pelo mercado financeiro é também observado por Arbex Júnior (2001, p. 153), ao relatar que a FSP, na década de 1970, era administrada com uma política, entretanto, a partir de 1980, a empresa jornalística cedeu às exigências do modelo norte-americano de administração do capital:

Grande parte de seu prestígio entre os setores mais democráticos da sociedade brasileira foi construído graças à abertura de suas páginas, a partir de 1964, a artigos assinados por intelectuais, políticos e personalidades identificados com a oposição ao regime militar. E mais: o jornal adotou algumas providências diretamente inspiradas pela experiência da imprensa “alternativa” – por exemplo, convidar representantes de vários setores da “sociedade civil” para participar de seu conselho editorial (criado em maio de 1978). Essas atitudes fizeram com que a FSP passasse a ser vista como uma espécie de porta-voz da “sociedade civil”. (ARBEX JR., 2001, p. 153).

Em 1949, é lançado o jornal *Folha da Tarde*. Em 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa se fundem para o surgimento do jornal *Folha de S.Paulo*. Em 1962, sai de cena o advogado Nabantino para a chegada daqueles que agora irão propor nova estrutura para a *Empresa Folha da Manhã*: Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Doravante, com base nas práticas empresariais da “era Frias”, ocorrerá uma revolução tecnológica na empresa, de modo a incorporar inovações em todas as áreas de todo o Grupo Folha, tornando a FSP, por muitos anos seguidos, o jornal de maior circulação no País.

Desde o final da década de 1970, a Empresa passa a vislumbrar a abertura política do regime militar, mantendo-se em consonância com essa abertura até 1984, quando a FSP faz circular no interior da instituição aquela que seria a primeira tentativa de sistematizar um projeto editorial, portando-se como uma empresa atualizada em face da implantação de programas de qualidade e da fixação de metas,

como opinião plural, informação e interpretação correta de cada informação para a produção de uma notícia “a serviço do Brasil”.

Em 1981, a FSP alcança alguns feitos ainda não obtidos por nenhum jornal brasileiro, como a certificação *ISO 9002*. Ademais, cumpre ressaltar o atingimento da tiragem de mais de um milhão de exemplares impressos e distribuídos em todo o Brasil em um único dia, alçando o jornal ao posto de o mais lido no Brasil, naquele período. Logo em seguida, em 1983, em compasso com essa modernização de inspiração norte-americana, a FSP implanta na América Latina uma redação informatizada.

Na campanha das *Diretas-Já*, em 1984, a FSP amplia seu prestígio entre vários segmentos da sociedade, ao levantar a bandeira da redemocratização. Nesse período, a FSP faz circular no seu ambiente institucional um documento denominado “Folha depois da campanha Diretas-Já”: o novo mote da empresa envereda por um “jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno”. Ato contínuo, a FSP implanta o inédito Manual da Redação, no qual sistematiza os conceitos de um novo jornal, que reafirma a democracia e a liberdade plena.

Em 1999, a FSP estabelece que será o seu público quem escolherá o nome do novo jornal para substituir a *Folha da Tarde*, dando origem ao *Agora*, com vistas a atender à demanda do “trabalhador paulistano”. Nesse período, também o formato da FSP é atualizado, parametrizado com base nos periódicos norte-americanos, com a redução da altura e da área impressa nas quatro margens.

Ao nos determos mais atentamente à história do jornal, verificamos que no transcorrer dos anos os posicionamentos dessa empresa jornalística variaram bastante, conforme o acontecimento se vinculasse a essa ou àquela estrutura de poder político no Brasil. Em relação ao governo militar, estabelecido a partir de 1964, a FSP apoiou a nova conjuntura política imposta, porém, algum tempo depois, retirou o seu apoio. Em seguida, apoiou a candidatura e eleição de Fernando Collor de Mello, todavia defendeu também o seu *impeachment*.

Derrotado nas eleições presidenciais em 1989, 1994 e 1998, Lula (PT) foi eleito Presidente da República em 2003, e governou o País até 31 de dezembro de 2010, quando conseguiu fazer eleger-se sua sucessora, Dilma Roussef (PT). No tangente a esses acontecimentos, os posicionamentos da FSP perante o desenvolvimento da política nacional têm sido mais nítidos, pois, desde o início, posicionou-se contra a candidatura e eleição do Presidente Lula, bem como de sua

reeleição. Erigiu-se contra a eleição e reeleição da Presidente Dilma Rouseff; apoiou o seu *impeachment*. Após, estabeleceu uma clara oposição às decisões políticas e econômicas implementadas pelo Partido dos Trabalhadores, sobretudo nos casos de corrupção que foram revelados nos últimos anos, como o processo do “mensalão”, com seus envolvidos ora julgados, com várias condenações e consequente encarceramento de alguns dos condenados, pagamento de multas e repatriação de parte do erário desviado pela corrupção. Ainda em andamento, temos as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público acerca do denominado “petrolão”, envolvendo desvios do erário nos contratos terceirizados pela *Petrobras*. Em seus artigos de opinião veiculados na FSP, há explícitas condenações a esses escândalos de corrupção.

Quanto ao governo de Michel Temer<sup>15</sup>, a FSP vem apoiando as principais reformas propostas pelo PMDB e pelos partidos aliados. Importa observar que, por exemplo, as propostas de reformas trabalhista e da previdência social têm gerado forte embate entre muitos dos seus leitores, sobretudo, explicitado no espaço do jornal destinado a esse compartilhamento ativo, denominado Painel do Leitor<sup>16</sup>.

O jornal FSP continua a ser uma presença paradigmática como empresa jornalística no Brasil, com a alternância entre o primeiro e o segundo lugar no número de exemplares distribuídos, somados os assinantes e as vendas avulsas, embora desde 2010 venha apresentando pequena queda nas vendas<sup>17</sup>. A última atualização da estatística é do ano de 2015, Folha de S.Paulo (SP): 189.254, O Globo (RJ): 193.079 e o Super Notícia (MG): 249.297, ou seja, a FSP ocupa nessa estatística o terceiro lugar no tangente à quantidade de assinantes e vendas diretamente nas bancas do Brasil. Já o acesso *online* ao jornal FSP, conforme o sítio eletrônico da Associação Nacional de Jornais (ANJ)<sup>18</sup>, levando-se em conta apenas o primeiro acesso do dia ao jornal disponibilizado na rede mundial de computadores, vem em um ritmo sempre crescente, ano após ano: em janeiro de 2009: 12.782; janeiro de 2010: 15.633; janeiro de 2011: 18.421; janeiro de 2012: 21.968; janeiro de 2013: 23.771 acessos.

---

<sup>15</sup> Michel Temer, Vice-Presidente da República, tornou-se Presidente em Exercício do País, em 12 de maio de 2016, em razão do afastamento temporário de Dilma Rouseff. Após a aprovação pelo Senado do *impeachment*, Temer assume em definitivo a presidência, em 31 de agosto de 2016.

<sup>16</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor>.

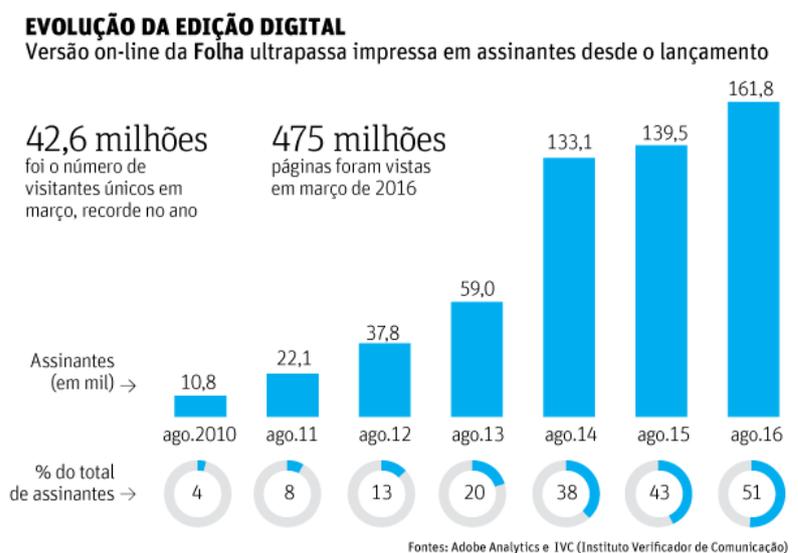
<sup>17</sup> Conforme <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em 12 dez. 2018.

<sup>18</sup> Conforme <http://www.anj.org.br/leitura-online-dos-jornais>. Acesso em 12 dez. 2018.

Ao observarmos os dados estatísticos dos anos anteriores, a tendência é a de manutenção do crescimento na quantidade de acessos aos jornais por meio da *internet*, em particular, quando atentamos para o jornal FSP, que, atualmente, disponibiliza ao cliente a opção pela assinatura digital do periódico, em face da preferência de determinados usuários pelo acesso às informações diárias diretamente nos dispositivos móveis de comunicação, tais como o leitor digital, o *tablet*, o *smartphone*, a partir da crescente implantação de redes *wi-fi* nas residências, nos ambientes comerciais e em alguns espaços públicos.

Com base em matéria publicada pela própria FSP, em 25.09.2016<sup>19</sup>, com base nos dados do IVC (Instituto Verificador de Comunicação)<sup>20</sup>, a FSP se tornou o primeiro jornal brasileiro a ter circulação digital maior do que a versão impressa: dos 316,5 mil exemplares de média diária no mês, 161,8 mil foram relativos à edição digital do jornal, contra 154,7 mil da impressa. O IVC afirma ainda que essa tendência se estende a jornais como "O Globo", cuja circulação digital chegou a 48% em agosto, "O Estado de S. Paulo" (39%) e "Zero Hora" (36%).

**Figura 1 – Evolução da edição digital da Folha de S.Paulo**



Fonte: [www.folha.uol.com.br/mercado](http://www.folha.uol.com.br/mercado).

<sup>19</sup> Conforme <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/09/1816633-folha-e-o-1-jornal-do-pais-a-ter-circulacao-digital-maior-do-que-a-impressa.shtml>. Acesso em 18 dez. 2017.

<sup>20</sup> <https://www.ivcbrasil.org.br/#/auditorias>. Acesso em 18 dez. 2017.

A *Empresa Folha da Manhã S.A.* configura-se, atualmente, um grande conglomerado unicamente sob controle da família Frias. desde 1991. “O Grupo Folha reúne hoje cinco empresas, que atuam em produção de conteúdo, logística, meios de pagamento, armazenamento de dados, ensino à distância e no setor gráfico” (Manual da Redação, 2018, p. 28). Assim, estrutura-se o Grupo na seguinte conformidade: dois jornais (*Folha de S.Paulo* e *Agora*), para públicos distintos; duas gráficas (Centro Tecnológico Gráfico-Folha e Plural<sup>21</sup>); uma empresa de distribuição (TransFolha<sup>22</sup>); uma agência de notícias (Folhapress<sup>23</sup>); uma editora/livraria *online* (Publifolha<sup>24</sup>); um *site* (Folha.com<sup>25</sup>) e um portal de *internet* (Universo On-Line-UOL<sup>26</sup>), responsável pela produção de conteúdos gerados pelo Grupo Folha. Além dessas empresas, o Grupo possui um instituto próprio de pesquisa, o Datafolha<sup>27</sup>, que presta serviços para inúmeros órgãos, atendendo, inclusive, a muitas de suas demandas internas.

Lembremos que, até 2016, o Grupo Folha detinha forte participação no jornal Valor Econômico, quando o Grupo Globo comprou os 50% da empresa Valor Econômico S.A. detidos, anteriormente, pelo Grupo Folha. Após essa operação, a empresa que publica o jornal Valor Econômico passa a ser de propriedade exclusiva do grupo carioca<sup>28</sup>.

Dessa forma, o jornal FSP se estruturou como um veículo de difusão das informações, um instrumento de capilarização de muitas das transformações sociais do Brasil e um parâmetro de opinião para o seu fiel público-leitor.

### 1.3.1 Por dentro da *Folha de S.Paulo*

Há no jornalismo diversos tipos de textos que podem ser agrupados em gêneros de discurso. Nas análises de periódicos procedidas por Melo (1985, pp. 60-

---

<sup>21</sup> É resultado de uma *joint venture* entre o Grupo Folha e a *Quad/Graphics USA*, uma das maiores provedoras mundiais de soluções para impressão, conforme <http://www.plural.com.br/historico.php>. Acesso em 18 dez. 2017.

<sup>22</sup> Conforme <http://transfolha.folha.com.br/>. Acesso em 18 dez. 2017.

<sup>23</sup> Conforme <http://folhapress.folha.com.br/paginas/afolhapress/apresentacao/index.shtml>. Acesso em 18 dez. 2017.

<sup>24</sup> <http://publifolha.folha.uol.com.br/sobre/>. Acesso em 18 dez. 2017.

<sup>25</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>. Acessado diariamente, entre 2016 e 2018; último acesso em fev. 2018.

<sup>26</sup> Conforme <http://sobreuol.noticias.uol.com.br/historia/index.html>. Acesso em 18 dez. 2017.

<sup>27</sup> Conforme <http://datafolha.folha.uol.com.br/sobre/historia/index.shtml>. Acesso em 18 dez. 2017.

<sup>28</sup> Conforme <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/09/1812854-grupo-globo-adquire-controle-do-jornal-valor-economico.shtml>. Acesso em 15 dez. 2017.

64), o pesquisador propõe definir os gêneros circulantes no campo jornalístico, estabelecendo como proposta para classificação o seguinte: Jornalismo informativo – *nota notícia, reportagem e entrevista* – que se estruturam a partir dos acontecimentos e da relação dos profissionais com os protagonistas; e Jornalismo opinativo – *editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta*. Esses gêneros, dentre outros, encontram-se presentes na FSP. Outrossim, o resultado de uma análise do periódico entre 2013 e 2016 é o de que a FSP prioriza o jornalismo informativo, baseado nas ocorrências do cotidiano para ser noticiado e, ao mesmo tempo, preocupa-se em produzir um jornalismo opinativo, deixando claro aos leitores seus posicionamentos. Ao leitor, a FSP disponibiliza, por correspondência escrita e pela *internet*, possibilidades de manifestação de críticas e sugestões, por meio do espaço denominado *Painel do Leitor*.

Conforme o Manual da Redação (2018), a FSP comporta, por exemplo, artigo, crítica, análise, crônica, “feature”<sup>29</sup>, resenha, notícia, reportagem. E, por evidente, há o editorial, o qual deve ser redigido de modo reiterar que “as posições veiculadas diariamente refletem discussões internas sedimentadas ao longo de décadas” (idem, p. 92). Ademais, o editorial deve disseminar os princípios defendidos pelo jornal:

[...] democracia, Estado de Direito, liberdade de expressão, direitos humanos, transparência no setor público, livre-iniciativa, economia de mercado com atuação estatal para corrigir desequilíbrios, liberdades individuais nas relações privadas, multilateralismo nas relações internacionais, autodeterminação dos povos e solução pacífica de conflitos. (Manual da Redação, 2018, pp. 92-93).

Além de apresentar de forma concisa a questão<sup>30</sup> de que vai tratar – constituída geralmente pelo 1º e 2º parágrafos –, desenvolver os argumentos que fundamentam o posicionamento do jornal e refutar as opiniões opostas, o estilo do editorial da FSP prima por evitar o sarcasmo, a interrogação e a exclamação. Na conclusão, o texto busca incitar o leitor a uma reflexão sobre o tema, além de condensar a posição adotada pela FSP. “Uma vez publicado, o conteúdo vira referência para editoriais futuros” (Manual da Redação, 2018, p. 93). A FSP ressalta, ainda, que seus editoriais não dirigem o noticiário, entretanto os temas que neles

---

<sup>29</sup> Conforme o Manual da Redação (2018, p. 139), “o *feature*, também chamado de *side* (por iluminar aspectos em geral laterais), busca uma dimensão atemporal e mais íntima do personagem ou uma peculiaridade do acontecimento. Define-se pela forma, para além do tema”.

<sup>30</sup> O editorial busca apoiar o seu discurso em fatos polêmicos ligados ao cotidiano da sociedade contemporânea.

aparecem devem ser explorados pela reportagem, como no espaço *Tendências & Debates*, no qual a FSP procura publicar artigos assinados que discordem das posições dos seus editoriais. Finalmente, enfatiza que o jornal pode vir a mudar de opinião sobre determinado assunto, o que, por evidente, deve conter uma explicação sobre tal mudança de posicionamento, a qual deve ser expressa com clareza.

Ao procedermos à leitura de alguns dos editoriais veiculados no período atinente à nossa pesquisa, com o fito de selecionarmos o nosso *corpus*, procuramos observar a definição de editorial constante no Manual da Redação (2018). Ainda, valendo-se de Melo (1985), Arbex Júnior (1992, pp. 91-95), reitera que o editorial “é o gênero jornalístico que expressa opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. Acrescenta Arbex Júnior (1992, pp. 91-92) que, no jornal, o editorial afigura-se como um “espaço de contradições”, isto é, a linha dos editoriais, apesar de não sofrerem uma interferência direta de setores da sociedade nem dos poderes do Estado, é produzida por um mecanismo denominado “exercício da presunção”. Ou seja, em face de determinado clamor social, o Conselho Editorial “presume” qual linha abrangeria o tema de forma a contemplar o embate entre os interesses dos leitores, da empresa jornalística e dos seus financiadores. Assim, com base nessa “presunção”, pretende a empresa dotar de “autonomia”<sup>31</sup> os responsáveis pela produção do editorial.

Desse modo, a opinião veiculada nos editoriais busca conjugar os posicionamentos dos donos do jornal com os ideais das empresas anunciantes e da estrutura da máquina burocrática estatal. Conforme Melo (1985, p. 119), refletem, portanto, “o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização”. Assim, deparamo-nos com a reflexão inicial de que precisamos buscar ver a FSP como uma empresa jornalística inserida no universo do substantivo Mercado, cuja atuação se dá no balizamento dos interesses dos seus investidores e dos órgãos do Estado, conforme consubstanciado na última edição do Manual da Redação (2018).

A observação atenta do processo de produção do editorial da FSP nos proporciona uma melhor compreensão de seu funcionamento. Ao proferir um discurso liberal em seus posicionamentos, sem uma ideologia política demarcada, a FSP

---

<sup>31</sup> Em artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, em 25.02.2018, Otávio Frias Filho afirma que o mundo exige agilidade da informação e que, portanto, a empresa adota atualmente critérios de correção “menos draconianos, baseados antes em orientações do que em comandos categóricos”.

articula-se internamente no sentido de buscar atender às demandas emergentes, sobretudo, na atual conjuntura política e econômica do país. Nesse sentido, estamos atentos não somente à definição de editorial presente no Manual, mas também ao fato de que a empresa optou por uma linha mais suscetível às oscilações da opinião pública como estratégia de mercado, de modo, enfim, a articular um (inter)discurso<sup>32</sup> que consiga conciliar as opiniões tanto dos seus leitores quanto dos que estruturam financeiramente a empresa jornalística. Mais especificamente, podemos dizer que a FSP, ao se dirigir aos seus assinantes, no seu mister de fiscalizar os poderes públicos, visa a “coagir o Estado para a defesa dos interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam” (MELO, 1985, p. 120). Esta relação editorial/Estado aparece nitidamente nos exemplos selecionados para o *corpus*, conforme procurará demonstrar a análise do interdiscurso proposta nesta pesquisa.

A FSP procura explicitar em sua comunicação institucional e ao seu público os seus posicionamentos acerca de temas variados e polêmicos, objetivando construir uma imagem plural, de modo que, conforme o tema em discussão, tais como *casamento homossexual, cotas raciais nas universidades, redução da maioria penal*, concorda ou discorda o jornal do seu leitor. O slogan escolhido para explicitar suas opiniões é bastante objetivo: “O que a Folha pensa”<sup>33</sup>. À guisa de exemplo, selecionamos os verbetes capitais para a nossa pesquisa que a empresa jornalística divulgou em versão impressa do jornal. À época, veiculou esses seus posicionamentos também na propaganda televisiva, além de distribuí-la em vários vídeos na *internet*.

Vejamos a enunciação da FSP sobre o verbete segurança pública<sup>34</sup>:

A polícia do Brasil precisa ser mais bem treinada e deveria contar com melhores condições de trabalho e melhores salários. No cumprimento de sua missão, a lógica do confronto sistemático deveria ser substituída pela da prevenção e da inteligência. Na outra face dessa moeda, o jornal entende que o endurecimento das penas não é a resposta mais adequada ao problema da criminalidade. É contra a adoção da pena de morte e da redução da maioria penal, mas considera que deveria ser ampliado o prazo de internação possível do adolescente infrator e que, no caso dos adultos, a progressão de regime nas prisões deveria ser mais difícil em certos tipos de crime. Por outro lado, seria desejável uma ampliação do uso das penas alternativas. Em tese, com o amadurecimento legislativo, a pena de

<sup>32</sup> Exatamente por um “espaço de contradições”, conforme Melo (1985).

<sup>33</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/152882-o-que-a-folha-pensa.shtml>, acesso em 12 dez. 2017.

<sup>34</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/152882-o-que-a-folha-pensa.shtml>, acesso em 11 jan. 2018.

prisão deveria ser reservada apenas aos criminosos que empregassem violência ou grave ameaça na consecução de seus delitos.

Vejamos agora a enunciação da *Folha de S. Paulo* sobre o verbete mobilidade urbana<sup>35</sup>:

O caos nos maiores centros urbanos não deixa dúvida: a prioridade deve ser dada ao transporte coletivo, em detrimento do individual. Medidas restritivas, como rodízio e pedágio urbano, são imprescindíveis, e ciclovias seguras precisam ser construídas. É fundamental, além disso, planejar o crescimento da cidade de forma mais compacta, demandando menos deslocamentos. A expansão do Metrô precisa ser mais célere, e os ônibus devem circular em corredores modernos, com faixa de ultrapassagem e pagamento de tarifa antes do embarque. Como tais iniciativas requerem investimentos de monta e como o sistema já é fortemente subsidiado, a demanda por uma tarifa zero, ao menos por ora, é irrealista.

Interessa-nos, sobremaneira, a enunciação da FSP sobre o verbete manifestações<sup>36</sup>:

Os protestos de junho revelaram saudável inconformismo e sacudiram o sistema político do torpor em que se encontrava. Se o direito de manifestação deve ser protegido, nem por isso pode ser exercido sem nenhuma regra. Atos de violência contra pessoas ou contra o patrimônio público ou privado precisam ser coibidos pela polícia, que deve agir de modo a garantir a ordem pública e os direitos de todos com o mínimo de danos. Vândalos devem ser identificados e punidos, nos termos da lei; manifestantes não podem ser confundidos com bandidos.

### 1.3.2 Formalidades do *Manual da Redação*

Segundo Arbex Júnior (2001), o *Manual da Redação da FSP* marca uma nova etapa no modo de fazer jornalismo no Brasil, cujo referencial dessa mudança é a implantação do denominado modelo norte-americano, com o objetivo de ampliar a competitividade que o mercado institui como condição de sobrevivência, sobretudo, para grandes empresas.

<sup>35</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/152882-o-que-a-folha-pensa.shtml>, acesso em 17 fev. 2018.

<sup>36</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/152882-o-que-a-folha-pensa.shtml>, Acesso em 17 fev. 2018.

Coincidiam o início da era dos manuais no país com o processo de democratização que teve como significativa mobilização nacional “a campanha das Diretas-Já”. Esse movimento reuniu os diversos setores da sociedade civil na luta pela abertura das liberdades democráticas após mais de vinte anos de regime ditatorial.

Ocorreu a mudança de posição da FSP de combate ao regime militar, que marcara outros momentos do jornal para uma posição de maior controle sobre seus profissionais e uma abertura das páginas do jornal para a publicidade. A introdução dos anunciantes exigirá da FSP uma mudança nas suas formações discursivas, mantendo um clima de tensão entre a linha editorial dos dirigentes do jornal e aqueles que lhe davam sustentação financeira (ARBEX JÚNIOR, 2001).

No que toca à edição do *Manual da Redação*, fazemos uso para esta pesquisa da versão editada em 2018, cujas inovações, desde seu lançamento em 1984, contribuem sobremaneira para melhorar o padrão do jornalismo, em face do estabelecimento de certa homogeneização dos procedimentos de seus profissionais, percebidas, conforme nossa síntese dos seis capítulos que compõem a obra, a seguir: Parte 1. “Folha” – discorre sobre o Projeto Editorial da FSP, sobre os princípios de seu jornalismo e contém informações históricas do jornal e do Grupo Folha; Parte 2. “Atuação jornalística” – apresenta as normas de conduta almejadas para os profissionais da FSP e os procedimentos que devem nortear todas as fases da produção jornalística; Parte 3. “Texto” – traz recomendações de estilo para aprimorar a escrita, resumo de regras gramaticais para evitar os erros mais comuns e os padrões formais adotados pela FSP para assegurar sua identidade; Parte 4. “Anexos temáticos” – elenca um rol das dez áreas mais presentes no noticiário, constituindo-se um guia rápido de pesquisa: ciência, ambiente, economia, educação, matemática, estatística, religiões, saúde, tecnologia e sobre os três poderes: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

No próximo capítulo, procederemos à apresentação das condições sócio-históricas do desenvolvimento da pesquisa, a caracterização do discurso jornalístico e do discurso da violência, bem como os lugares desses discursos, com vistas ao modo como as mídias exploraram os episódios de violência nas manifestações sociais capitaneadas pelo Movimento Passe Livre em São Paulo.

## CAPÍTULO II – MÍDIAS E MANIFESTAÇÕES SOCIAIS

Neste capítulo, apresentamos o contexto sócio-histórico da pesquisa em consonância à legislação ora vigente no Brasil. Buscamos tratar da relação entre as mídias e o discurso jornalístico, bem como dos lugares desses discursos, para nos debruçarmos sobre as condições sócio-histórico-culturais de emergência dos atos de violência nas manifestações sociais iniciadas em junho de 2013, cujo tema foi abordado por editoriais do jornal *Folha de S.Paulo*, sobretudo, quanto às referências ao Movimento Passe Livre (MPL).

### 2.1 Os discursos e seus lugares

Os discursos nas mídias<sup>37</sup> são veiculados em forte embate entre os múltiplos interesses. Os atos de violência praticados em algumas das manifestações sociais, em discussão no jornal, emergem como uma prática social em um movimento interdiscursivo para a produção de efeitos de sentido. Ainda, em vista de o discurso jornalístico propor uma síntese dos lugares de apreensões dos variados processos sociais, identificamos aí, pelos menos, o lugar do jornalista, o lugar do leitor e o lugar do especialista em violência urbana.

#### 2.1.1 A violência nas mídias

As notícias que se relacionam com a violência, de alguma forma, parecem atrair de modo natural a atenção do público, e a maioria das grandes mídias busca tirar proveito dessa curiosidade, desde a morte de uma criança na guerra da Síria até

---

<sup>37</sup> Para o desenvolvimento deste capítulo, lançamos mão dos conteúdos desenvolvidos no Programa de estudos pós-graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP, durante o mestrado, especificamente, em duas disciplinas: *Modalidades oral e escrita no discurso da imprensa* e *O discurso da violência na imprensa*, ambas ministradas pela Professora Doutora Ana Rosa Ferreira Dias. As pesquisas ora desenvolvidas nos propiciaram a imersão no universo teórico do Jornalismo, bem como o fornecimento de vasta bibliografia para o aprofundamento nos estudos da *violência* e do *discurso jornalístico*.

a agressão severa de um policial a um manifestante durante um protesto social no Brasil.

Charaudeau (2015) frisa que a mídia não é uma instância de poder; refuta, portanto, a máxima circulante de que a mídia detém o “quarto poder”<sup>38</sup>. Nas sociedades democráticas, pelo menos, podemos perceber nas empresas gigantes de comunicação uma imprensa livre, capaz de, para além do seu papel central de fiscalizador do poder público, um poder balizador na construção de realidades por meio da linguagem.

Um desses balizamentos mais comuns ocorre na cobertura jornalística dos fatos violentos que pululam nas metrópoles. A mídia, com o seu poder de se fazer presente em muitos dos longínquos espaços do planeta, assegura a transmissão de guerras e de confrontos urbanos, os quais são reiterados pelos conglomerados jornalísticos como o fato ocorrido, de forma a construir no cotidiano do leitor uma tradução da violência.

E violência, apesar de se alterarem os conceitos<sup>39</sup>, consoante as condições sócio-históricas e culturais de sua produção, nesta pesquisa, adotamos a concepção de Michaud (1989), para quem a ideia da *força* é que caracteriza e singulariza o que venha a ser violência.

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p. 10-11).

O autor também elabora a distinção entre *ato* e *estado de violência*: enquanto o *ato* se vincula ao dano físico ou material, o *estado* se relaciona com a ideia de privação de algo ou de um direito do ser humano.

Já Odália (1991) foca seu olhar no sujeito privado de algo a que, por lei, teria direito; um indivíduo, portanto, privado, quer seja de um bem material quer seja de um direito. Desse modo, o autor associa violência ao conceito de *privação*, pois, para ele,

<sup>38</sup> Ao contrário do que pensa Kunczik (2001). Michael Kunczik é professor doutor do Instituto de Comunicações da Universidade Johannes Gutenberg, de Mainz, na Alemanha.

<sup>39</sup> Conforme Zizek (2016), violência “objetiva” e violência “subjetiva”; Balibar (1997), violência “ultraobjetiva” e violência “ultrassubjetiva”; Morais (1985), violência “vermelha” (o *ato* de violência de Michaud) e violência “branca” (o *estado* de violência de Michaud); Bourdieu & Passeron (1982), violência “simbólica” (relações de poder na escola). Detém-se BENJAMIN (2011) no estudo da violência subjetiva (ou irracional), denominada por ele de “violência pura, divina”.

essa ideia permite “descobrir a violência onde ela estiver, por mais camuflada que esteja sobre montanhas de preconceitos, de costumes ou tradições de leis e legalismos (ODÁLIA, 1991, p. 83).

Restringindo-se a análise do fenômeno da violência, por ora, a somente esses dois autores, valemo-nos da síntese proposta por Dias (2008, p. 103):

Cotejando-se as colocações de ambos autores observamos que Michaud (1989) propõe para a violência uma significação formulada a partir do ponto de vista daquele que pratica a ação violenta, enquanto Odália (1991) o faz a partir da perspectiva daquele que sofre a ação violenta. Daí, para o primeiro, a noção de força – uma ação que ultrapassa da medida – e, para o segundo, a noção de privação – sentimento de que determinadas coisas estão sendo negadas sem razões explícitas.

Quanto à exposição de fotografias que retratam explicitamente os atos de violência, observamos que a maioria dos veículos da grande mídia impressa se esforça no tratamento das imagens que tragam vítimas com resultados violentos. A maioria dos assinantes de um grande jornal, por exemplo, não tolera imagens de violência explícita. Ramos & Paiva (2007) refletem sobre esse tema, amparadas em estatísticas surpreendentes:

Cadáveres, ferimentos e mutilações hoje são pouco retratados em fotos explícitas na imprensa. Pesquisa realizada pelo CESeC em 2006, que analisou oito jornais do Rio de Janeiro constatou que 32,6% dos textos foram ilustrados por fotos. No entanto, apenas em 3,8% dos casos as imagens apresentam pessoas mortas (o percentual foi maior no *Povo*, com 8,6%, e no *Meia Hora*, com 7,1%). Ferimentos e deformações aparecem em frequência ainda menor: apenas 1,6% das imagens analisadas (RAMOS & PAIVA, 2007, p. 64).

Para Sontag (2003, p. 23), uma fotografia que representa a realidade não é passível de ser questionada, pois uma “foto é como uma citação ou uma máxima ou provérbio”. A autora, conhecida por sua defesa em prol do pacifismo, percebe a fotografia como um documento que apreende as mazelas cometidas pelo ser humano contra o próprio ser humano, e foca principalmente as relações entre a imagem da dor e a experiência de contemplação desse tipo de imagem: “um sentimento tem mais chance de se cristalizar em torno de uma foto que de um lema verbal” (p. 72). Assim, superior ao signo verbal, a autora vê a percepção sensorial da objetividade da fotografia como um *truque* do cérebro, superior, inclusive, ao da Literatura:

Esse truque de ilusionista permite que as fotos sejam um registro objetivo e também um registro pessoal, tanto uma cópia ou uma transcrição fiel de um momento a realidade como uma interpretação dessa realidade – um feito que a literatura aspirou por muito tempo, mas que nunca conseguiu alcançar, neste sentido literal (SONTAG, 2003, p. 26).

Além das imagens da violência urbana, ao mesmo tempo em que a mídia impressa é acusada de proporcionar ao leitor apenas uma visão redutora dos problemas da violência urbana, deparamo-nos, sobretudo nos jornais populares, com a construção de textos que promovem, por meio dessa linguagem verbal, uma verdadeira prática de violência contra o leitor. Como enfatiza Rondelli (1998, p. 149):

Compreender a mídia não deixa de ser um modo de se estudar a própria violência, pois quando esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza, ou banaliza os atos da violência está atribuindo-lhes um sentido que, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência.

A autora ainda se refere à linguagem violenta de que faz uso a própria mídia, com sua “ação amplificadora dessa linguagem” (RONDELLI, 1998, p. 150), cuja amplificação se dá com base em uma estrutura balizadora desse modo de dizer da imprensa que adota esse viés em sua produção. Também com foco na organização discursiva que estrutura os modos de dizer de algumas mídias, Dias (2008, p. 174) procede à análise da violência como discurso no jornal *Notícias Populares*:

[...] as análises mostram que o uso da linguagem popular passa, às vezes, por um processo de elaboração cuidadoso, com redes metafóricas, com aproveitamento do gênio inventivo do povo, expresso na sua língua oral. Essa técnica não compreende apenas a simples reprodução dos recursos da língua falada popular. O seu objetivo maior é encaminhar o leitor na direção proposta pela interpretação dada aos fatos pelo redator. Nesse sentido, todo contexto da *notícia* é habilmente preparado, com pormenores que pretendem dar uma visão mais ampla dos atos violentos. E esses pormenores (por exemplo, o fato de um crime ter sido praticado na frente de uma criança) constituem um impacto maior do que o fato em si. Sob esse aspecto, tivemos a oportunidade de mostrar como o *discurso da violência* joga com a variação sinonímica, buscando nos adjetivos populares mais variados aqueles cujos significados revelam maior força expressiva para descrever os atos ou estados de violência.

Seguindo essa orientação de Dias (2008), confirmamos esses postulados da autora também em algumas edições de um jornal como a FSP<sup>40</sup> – “Protesto em Brasília termina com 49 feridos, 7 detidos e Exército nas ruas” – ao noticiar essas manifestações em Brasília contra o Presidente Temer, explora vários recursos na amplificação do tema da violência: a começar pela exposição de fotografias, em que em uma delas, por exemplo, expõe o rosto de um manifestante banhado em sangue, bem ao estilo sensacionalista de jornais populares. Nesse sentido, acerca da análise sobre um “jornalismo sério”, lembramos o artigo antológico “vampiros de papel”, no qual Otávio Frias Filho afirma que “a vantagem de se examinar o jornalismo sensacionalista é que as características do jornalismo ‘sério’ nela aparecem em toda a sua visibilidade, escancaradamente, como decorrência do estratagema expressionista que as amplia e exagera” (FRIAS FILHO, 1984).

Com relação ainda à cobertura acima referida dessa manifestação de rua em Brasília, destaque-se o uso em profusão da metáfora da guerra e de termos que orbitam o campo semântico do belicismo: “batalha com a Polícia Militar e a Força Nacional”; “Policiais militares deram tiros com armas letais na direção dos manifestantes”; “ministérios depredados, dois incendiados e 49 feridos”; “um manifestante baleado”; “um estudante [...] teve a mão decepada por um rojão”; “mais de quatro horas seguidas de confronto”; “Manifestantes armaram barricadas de fogo”; “[manifestantes] atiraram paus, pedras e fogos de artifício”; “a polícia lançava bombas de gás, spray de pimenta e balas de borracha”; “[sindicalistas] forçavam as grades e eram repelidos com spray”; “uma multidão se engajou na tentativa de invadir o Congresso”; “Líderes como Zé Maria (PSTU) disseram para os manifestantes resistirem à ação da polícia”; “Quem passava pela rua era atingido por bombas e disparos – um homem ficou com uma bala de borracha alojada no pescoço”; “Usuários de ônibus no terminal rodoviário, a dois quilômetros do Congresso, sofreram com spray de pimenta”; “Jornalistas de vários veículos ficaram no fogo cruzado”; “Petra Costa, que filmou os bastidores do impeachment de Dilma Rousseff, foi ferido na perna esquerda por uma bala de borracha da PM”<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1887139-protesto-em-brasilia-termina-com-49-feridos-7-detidos-e-exercito-nas-ruas.shtml>, acesso em 26 jan 2018.

<sup>41</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1887139-protesto-em-brasilia-termina-com-49-feridos-7-detidos-e-exercito-nas-ruas.shtml>, acesso em 26 jan 2018.

Amparados, sobretudo em Charaudeau (2015), observamos que a transformação do acontecimento em notícia pela mídia não é a realidade, no sentido estrito daquilo que verdadeiramente ocorreu, mas, antes, tão somente uma encenação. Por si só, inexistente a possibilidade da existência de uma notícia transparente, em face de o discurso jornalístico ser uma enunciação, plena, desde sempre, de toda subjetividade. Portanto, estamos diante da absoluta impossibilidade da tão propalada imparcialidade dos meios de comunicação.

A questão da violência na vida cotidiana das grandes metrópoles envolve tanto aspectos da Legislação ora vigente quanto aqueles relativos aos atos violentos praticados, como narrado nas matérias jornalísticas. Com relação aos atos de violência perpetrados no curso das manifestações populares, há de se atentar para condutas delitivas específicas, tais como o dano ao patrimônio público e/ou privado, lesão corporal, dentre outros.

As manifestações pacíficas são um direito constitucional<sup>42</sup> em uma nação democrática, de modo a proporcionar que todos os segmentos da sociedade possam expressar também em público suas convicções. E cabe ao poder público o dever de proteger todas as manifestações, de todas as ideologias, garantindo a proteção de espaços para a realização de todos os tipos de protestos pacíficos. Tal proteção deve ser providenciada, inicialmente, pelas forças estaduais de segurança, ressalvados os casos expressos em leis específicas no que se referem ao apoio federal<sup>43</sup>. Entretanto, a legislação também proíbe o cometimento de atos de vandalismo e demais condutas violentas, de modo a proteger tanto o patrimônio quanto a incolumidade física dos participantes dos protestos, além de preservar o direito de locomoção<sup>44</sup> daqueles que se eximirem de sua participação.

O viés que nos interessa, pois, neste estudo não é o da abordagem jurídica das manifestações da violência nas enormes manifestações sociais que vêm se desenvolvendo nos centros urbanos das metrópoles brasileiras, mas, antes, o modo como o tema da violência nessas manifestações é explorado pelas mídias, principalmente em nossos estudos, a mídia impressa, de forma a procurar enquadrar acontecimentos nos modelos hegemônicos, estereotipados, resultando, na maioria

---

<sup>42</sup> Inciso XVI do artigo 5º da Constituição Federal.

<sup>43</sup> Garantia da Lei e da Ordem, regulada pela Constituição Federal (art. 142), pela Lei Complementar 97/1999 e pelo Decreto-Lei 3.897/2001.

<sup>44</sup> Inciso XV do artigo 5º da Constituição Federal.

das vezes, na banalização dos casos, isto é, a mídia pauta o tema da violência nas manifestações e a transforma em notícia, geralmente, por uma postura sensacionalista. E esse posicionamento da mídia na divulgação dos atos e estados de violência dá-se em estrita concordância com a lógica de mercado, ou seja, visa a atender, na maioria dos casos, a um público consumidor selecionado. Sobre isso, assevera Charaudeau (2015, p. 60):

Os acontecimentos que surgem no espaço público não podem ser reportados de maneira exclusivamente factual: é necessário que a informação seja posta em cena de maneira a interessar o maior número possível de cidadãos – o que não garante que se possam controlar seus efeitos.

Assim, nessa cultura regida pelos incontáveis veículos de mídia contemporâneos, os *atos* e os *estados de violência* tornam-se parte do cotidiano dos conteúdos jornalísticos. Segundo Wieviorka (1997), não é mais possível abordar a violência no esquema tradicional em que os fenômenos da cultura e os modelos interpretativos ancoram-se mutuamente em polarizações vazias, tais como ordem e desordem, atraso e progresso, urbano e suburbano, riqueza e pobreza, inclusão e exclusão etc. Esses têm sido os modelos, na maioria dos casos, de abordagens acerca das manifestações, os quais se reproduzem por boa parte das mídias: é apresentada uma narrativa completa, desde a motivação do protesto, o fenômeno tecnológico da facilidade de mobilização dos ativistas por meio das redes sociais, o embate nas estatísticas sobre o número de participantes, em um jogo de números entre os órgãos institucionais públicos e os organizadores das manifestações, que, regra geral, tão somente se utilizam de metodologias distintas de aferição (pesquisa por amostra ou georreferenciamento), todas com pleno embasamento científico.

### 2.1.2 O discurso jornalístico

Em nosso cotidiano contemporâneo, as mídias, cada vez mais presentes, tornaram-se um fenômeno responsável por promover disseminadas discussões acerca dos mais diferentes temas. Nesse contexto da alta conectividade, todos os dispositivos de mídia geram enorme massa de informações, tornando os

consumidores de notícias, por exemplo, conectados a ponto de se sentirem no local mesmo de cada acontecimento no mundo.

Ao admitirmos que as empresas de comunicação e o Jornalismo exercem importante papel nos processos sociais contemporâneos, vislumbramos que o Jornalismo se configura um *espaço discursivo* passível de observação científica. A partir dessa importância conferida às mídias, valendo-nos, principalmente, de Kunczik (2001)<sup>45</sup>, sociólogo que se debruça sobre o exercício do jornalismo nos países do Ocidente, discorreremos sobre os principais conceitos atinentes ao esse campo discursivo.

A primeira consideração a fazer é a de que o discurso jornalístico se configura pelas condições sócio-históricas de produção<sup>46</sup>, as quais afetam o modo como os jornalistas registram os acontecimentos e os transformam nas notícias que são veiculadas em determinado jornal, ancoradas na ideologia de cada publicação, com seus efeitos de estereótipos, pré-construídos etc.

Dessa forma é que o Jornalismo constrói o seu patrimônio de credibilidade nos produtos veiculados. Kunczik (2001) discorre acerca do papel do jornalista como mediador entre público e as notícias. Para a consecução desse mister, o autor refere-se aos elementos essenciais de *objetividade* e de *imparcialidade*, como valores historicamente associados ao fazer jornalístico e incorporados no imaginário sobre ele, os quais foram sedimentados como constitutivos da formação social em que se insere o *lugar discursivo* atribuído ao jornalista.

Em sua obra, Kunczik (2001, p. 223) elenca várias definições de *objetividade*, recuando no tempo até Tucídides, segundo o qual vários depoimentos sobre um mesmo fato são lembrados e descritos de várias maneiras. De outra publicação, Kunczik extrai a citação de que *objetividade* é “a representação da realidade tal como ela é” (idem, p. 223). De sua própria lavra, o sociólogo alemão conceitua o esse termo como uma norma jornalística que se liga “à relação existente entre as declarações jornalísticas e a realidade” (KUNCZIK, 2001, p. 223). Essa *objetividade* se tornou um mantra repetido pelos profissionais de comunicação com vistas a tão somente se eximirem dos riscos inerentes à profissão. Frias Filho (2018), por ocasião do

---

<sup>45</sup> O sociólogo reflete nessa obra sobre as condições de trabalho e a condição social dos jornalistas, com foco na responsabilidade desse profissional na defesa das democracias pelo mundo.

<sup>46</sup> Com forte atuação das formações imaginárias, das formações ideológicas e das formações discursivas, em relação interdiscursiva.

lançamento da quinta versão do Manual da Redação da FSP, afirma: Pertencço a uma geração que não se conformava com as debilidades do relato jornalístico. Claro que nunca tivemos a ilusão de que fosse possível alcançar uma objetividade comparável à da matemática”. Prossegue Frias afirmando que no passado foram adotadas normas rígidas para diminuir o cometimento de erros e a adoção de estruturas de autocorreção, com a adoção na FSP, por exemplo, do *ombudsman*.

Juntamente ao conceito de *objetividade*, outra norma presente nos manuais das redações é a *imparcialidade*. De fato, arvorar-se de objetividade não significa uma observação jornalística imparcial, mas, antes, que apenas se pode dizer de um relato imparcial. Não é nada fácil, de fato, acreditamos impossível – com base em nossa base teórica – a defesa da isenção no discurso jornalístico.

Kunczik (2001, p. 97-100) discorre e exemplifica acerca de dois diferentes posicionamentos que podem ser adotados pelos jornalistas: o profissional pode adotar uma posição *neutra*, isto é, compromissado exclusivamente com a objetividade. Assim, um jornalista *neutro* “é considerado um agente neutramente distanciado para poder transmitir a informação com objetividade e ética profissional” (KUNCZIK, 2001, p. 98). Sobre esse ponto de vista neutro, o autor ressalta que, em relação ao relato objetivo, a “principal objeção que se faz a essa concepção de jornalismo é a de que os princípios existentes são aceitos como inquestionáveis, evitando-se assumir a responsabilidade política” (KUNCZIK, 2001, p. 98). Desse modo, sedimenta-se o conceito de um profissional que não questiona a realidade, mas, antes, vê o sistema político vigente como “porta-voz da sociedade”.

O outro papel a ser desempenhado é o de jornalista participativo, o qual pode vir a adotar uma posição de defesa de causas que mobilizem os anseios de determinada comunidade e ou grupos de minorias que se encontram à margem na sociedade. Esse “defensor não se sente comprometido com o princípio da neutralidade de valores; identificando-se com os valores do público, fazendo uma campanha vigorosa pela difusão de certas idéias ou fatos, sem reivindicar a posse da verdade fundamental sobre o assunto tratado” (KUNCZIK, 2001, p. 98).

Ainda, podem coexistir os dois tipos de profissionais de imprensa. Segundo Kunczik (2001, p. 97), um determinado “jornalista pode sentir-se igualmente comprometido com a reportagem objetiva e neutra e com uma obrigação social”. Outrossim, o autor assevera que a distinção entre esses dois posicionamentos permite elencar quatro diferentes perfis profissiográficos dos profissionais de imprensa: o

jornalista mediador, o de precisão, o de professor e guia e o de entretenimento<sup>47</sup> (KUNCZIK, 2001, p. 100-108).

No seu dia a dia, o jornal procura veicular inúmeros discursos, tais como o econômico, o policial, o esportivo, o cultural etc. Dentre os discursos veiculados, a ancoragem do Jornalismo está no discurso político e, com igual força, no discurso publicitário, em vista de ser o jornal uma empresa, instalada em um país de ideologia econômica liberal, portanto uma estrutura social capitalista, responsável por estabelecer uma linha direta de modo a tornar possível identificar determinada publicação em sintonia com dado posicionamento político.

Outrossim, o jornal também se configura como a expressão de prática discursiva ancorada em uma lógica de mercado. Kunczik (2001, p. 23) frisa que, desde meados do século XVII, “a publicidade tornou-se cada vez mais importante para a imprensa. À medida que progredia a divisão do trabalho e os mercados cresciam mais e mais, tornou-se necessário anunciar os produtos publicamente”. Assim, todos os conglomerados jornalísticos investem sobremaneira no discurso publicitário, o qual revela uma força tal, capaz de parametrizar os conteúdos de cada página de um periódico. Em nossos arquivos, dispomos de vários exemplos dos jornais circulantes na cidade de São Paulo, desde os mais caros até os jornais gratuitos que são distribuídos em pontos de grande circulação na Capital. Em muitos casos, verificamos que, em relação a uma dada notícia, em uma página ou na página ao lado, a propaganda é veiculada como um complemento da notícia: uma matéria sobre anúncio do governo sobre a abertura de vários concursos públicos para 2018, ato contínuo, veio complementada por um espaço publicitário destinado a uma grande empresa do ramo de cursos preparatórios para concursos.

---

<sup>47</sup> O **jornalista como mediador**: aquele que atua como intermediário entre o público e os acontecimentos, baseado no pressuposto de que “[...] a tarefa dos jornalistas é facilitar a mútua comunicação entre os diferentes grupos da sociedade” (KUNCZIK, 2001, p. 100). O **jornalista de precisão**: valendo-se de Philip Meyer (1973 *apud* Kunczik, 2001, p. 103), faz uso das técnicas de pesquisa das ciências sociais “para poder prestar declarações comprovadas sobre os temas sociais, ou seja, para poder relatá-los objetivamente” (KUNCZIK, 2001, p. 103). Tais técnicas, distintas do paradigma científico, evitam a disseminação da denominação contemporânea de *fake news*, pois colaboram, segundo Kunczik (2001, p. 104), para a “inserção de informações num contexto teórico que revelaria os antecedentes e as possíveis causas dos acontecimentos”. O jornalista como **professor/guia**: como professor, detém a missão de educar o público; como guia, dissemina ideias, ao discutir temas contemporâneos. Finalmente, Kunczik reflete sobre a imagem pejorativa do **jornalista de entretenimento**: “Mesmo que depois de Montaigne se tenha enfatizado reiteradamente a legitimidade do entretenimento e sua importância positiva para a adaptação da pressão social, o conceito de entretenimento ainda conserva um ressaibo negativo.” (KUNCZIK, 2001, p. 106).

A partir, portanto, dessa ótica mercadológica, os jornais, no processo de “transformação do acontecimento em notícia” (CHARAUDEAU, 2015), tratam as notícias como mais um produto a ser tão somente comercializado. O discurso jornalístico, em face dessa lógica de mercado, dispõe as matérias em várias editorias, de forma a atomizar as notícias, como produtos dispostos em prateleiras separadas para serem consumidos pelos leitores (MELO, 2006, p. 115).

Para Marcondes Filho (1997), o jornal é estruturado na lógica do valor de troca e de uso. Pelo anseio da informação, o cidadão investe em um jornal que o torne capaz de fazê-lo circular em seu meio como alguém informado e capaz de intervir na sociedade. Esse valor de troca, portanto, informa o consumidor e enriquece a empresa jornalística, que, por sua vez, mantém seus jornalistas. A empresa jornalística que melhor vender os seus produtos será a que obterá maior proeminência no mercado, fazendo com que os únicos aliados nesse processo sejam os leitores do jornal: em nada interferem na produção dos conteúdos noticiados, além do fato de que, da mesma forma com que dá a comercialização dos espaços das páginas para a veiculação do discurso publicitário, também o leitor, tratado como consumidor, se vê comercializado para as agências de publicidade.

Uma outra característica do discurso jornalístico reside na imperatividade de se oferecer entretenimento, em face da concorrência com a alta tecnologia, a qual, sobre todos os assuntos, disponibiliza uma avalanche de vídeos na internet. Assim, o jornal se vê compelido a investir tanto no *layout* da página quanto na linguagem, de modo a melhor enfrentar a concorrências com as inúmeras plataformas de comunicação disponíveis na rede mundial de computadores.

Kunczik (2001, p. 108), ao refletir sobre a imagem pejorativa do jornalista de entretenimento, em face da cultura de massa, sintetiza:

Em geral deve-se admitir que existem grandes diferenças entre os jornalistas de entretenimento de um país para o outro e de um meio de comunicação para o outro. Mas a atitude pessimista com relação à cultura, que se nega a reconhecer a legitimidade da necessidade de entretenimento e de se utilizar de seu potencial positivo será inadequada tanto para o jornalista quanto para o público.

Nesse sentido, o jornal, para além da informação, envereda pelo caminho de construir com o leitor estratégias discursivas que o conduzam para um mundo de ficção, com o apelo, por exemplo, à violência, com o uso dos recursos cada vez mais

sofisticados do fotojornalismo<sup>48</sup>. O uso desses recursos para atingir, sobretudo, as classes economicamente menos privilegiadas origina-se no conceito de “imprensa marrom”. Conforme Kunczic (2001, pp. 22-30), ao se referir à *Breve história do jornalismo*, descreve que o espaço de entretenimento no jornal para abarcar a cultura de massa permanece no fazer jornalístico, com um *modo de dizer* adequado a mobilizar mais a emoção do que a razão<sup>49</sup>.

Destacamos que o *modo de dizer* jornalístico, como todo discurso, é oriundo de outros lugares, o que em nossa pesquisa se torna primordial, uma vez que nos discursos em embate no Jornalismo se dá a mediação entre os vários campos discursivos em relação polêmica na sociedade. Nesse sentido é que discorreremos, a seguir, sobre os *lugares dos discursos*.

### 2.1.3 Os lugares dos discursos

Os lugares do discurso relativamente aos atos de violência nas manifestações sociais veiculados no discurso jornalístico são importantes conceitos para somar com a perspectiva enunciativo-discursivo proposta por Maingueneau (2008b), os quais serão aplicados na análise de nosso *corpus*. Tanto os estudos de Pêcheux quanto os de Foucault possuem um aprofundamento em relação a essas e outras questões, porém não necessárias de ser aprofundadas neste momento da pesquisa. Passaremos rapidamente pelos conceitos dos lugares dos discursos, com foco em iluminar o ponto de partida ora estabelecido para chegarmos ao *interdiscurso*.

Com isso, balizados pelo mapa teórico da AD, podemos explicitar em quais bases situamos o estudo dos atos de violência no discurso jornalístico, em uma dimensão, portanto, discursiva, de modo a enveredarmos em busca dos processos de constituição dos efeitos de sentido, com vistas a desvelar os lugares discursivos e seu funcionamento nos discursos ora em análise.

Para Maingueneau (2007, p. 19), “pensar os lugares independentemente das palavras que eles autorizam ou pensar as palavras independentemente dos lugares com os quais elas estão implicadas significaria permanecer aquém das exigências que fundam *análise do discurso*”. Assim, especificamos em nossa pesquisa o lugar

---

<sup>48</sup> Conforme os estudos de Sontag (2003) e Rondelli (1998).

<sup>49</sup> No dizer de Charaudeau (2015): “visada de informação” e “visada de captação”.

social do ato de violência imbricado no lugar social do discurso jornalístico, insertos no *corpus* por nós selecionado. Sabemos que diversos outros discursos se interpenetram, donde o imperativo de o analista focalizar nesse *universo discursivo* o seu *espaço discursivo* e nele buscar o *primado do interdiscurso* (MAINGUENEAU, 2008).

Os princípios teóricos de base althusseriana de que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia implicam que os pressupostos da AD incorporam o conceito de que o sujeito é afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia, isto é, um sujeito que emerge acionado por diferentes formações discursivas. E são justamente as condições sócio-históricas inscritas na linguagem que são apreendidas pela AD – uma linguagem, pois, que se caracteriza por ser lugar de manifestação da ideologia. Com nosso foco na linguagem, trazemos a contribuição de Orlandi (2001, p. 48), para quem a ideologia não é deformadora, mas, antes, passível de engendrar efeitos de sentido – *efeitos de verdade*. Outrossim, ao apreendermos o discurso jornalístico como *prática discursiva*, uma linguagem destinada a retratar o fato real, valemo-nos também daquilo que Foucault (2006) denomina “vontade de verdade”<sup>50</sup>. Assim, o *discurso jornalístico*, para além de mediar as diferentes instâncias do social, institui lugares e *modos de dizer* revestidos da “vontade de verdade”.

O discurso jornalístico procura veicular matérias com base em uma convicção do que devemos saber, como se se tratasse de um trabalho com uma linguagem pretensamente transparente. Todavia, quando analisamos o Jornalismo na perspectiva discursiva, apreendemos que os discursos da imprensa são plenos de sentido ideológico, ou seja, analisar o discurso jornalístico pressupõe considerar os aspectos envolvidos, enfim, as características intrínsecas ao fazer jornalístico, sempre tendo em vista que a opacidade é característica fundamental da língua, constitutiva do discurso.

Dessa forma, com base na premissa de que a AD tem como objetivo analisar o *lugar social* dos *coenunciadores* por meio dos dispositivos de enunciação, empreenderemos uma busca pelo lugar social de cada discurso a ser analisado. Ainda, de conformidade com a *heterogeneidade constitutiva* dos discursos, visamos à

---

<sup>50</sup> Em AD, os critérios “quem fala” e “de onde fala” definem a credibilidade do dizer. Nesse sentido, FOUCAULT (2006) explicita três modelos que legitimam os lugares de fala: a **interdição**, a **segregação** e a **vontade de verdade**.

identificação de cada um dos lugares discursivos, passíveis, sobretudo, de apreensão pelas dimensões da *Semântica Global*.

## 2.2 Apontamentos da legislação brasileira

A Constituição Federal (CF-1988), organiza em âmbito nacional a estrutura e distribuição de responsabilidade na execução de missões que concorrem para implementação da segurança pública nos estados membros da federação e Distrito Federal, conforme estabelece o seu artigo 144:

[...] Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Analisando-se o artigo, destaca-se o objetivo de identificar a contribuição de cada instituição na preservação da ordem pública e, principalmente, imprime ao cidadão uma carga de responsabilidade na participação da segurança pública, devendo-se entender essa responsabilidade como uma participação da sociedade civil na resolução dos problemas de segurança que os aflige, destacando ser de extrema importância essa participação, fortalecendo os laços sociais.

Às polícias militares, conforme inciso 5º, cumpre o exercício da polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. O termo preservação foi utilizado pela primeira vez na CF, cujo significado é muito mais amplo que o de manutenção, englobando tanto o conceito deste quanto o de restauração ou restabelecimento.

Já, ordem pública, Moreira Neto (2005, p. 410) define administrativamente como:

[...] a ordem, considerada em seu sentido pleno, é uma situação de harmonia desejável e necessária à vida das sociedades, sendo, por isso, objeto do Direito que, para garanti-la, institui a sua correspondente ordem jurídica. [...] guarda o sentido de situação a ser alcançada e mantida, tanto podendo significar a ordem espontânea, gerada pelas sociedades, como a ordem coacta, imposta pelas superestruturas de poder por elas desenvolvidas.

Essa definição nos remete a considerar que, para a existência da ordem, que possibilita a convivência harmoniosa entre as pessoas, necessária se faz haver uma correspondente ordem jurídica, que a regulamentará. Ao propiciar essa organizada convivência harmônica da sociedade, tem-se então o fenômeno da ordem pública.

Lazzarini (1986, p. 13 e 14), autor que dedicou vasta pesquisa a esse tema, bem como aos seus correlatos, assevera que, além de se referir à edificação de um mínimo de condições essenciais a uma vida social, a ordem pública:

[...] é mais fácil de ser sentida do que definida, mesmo porque ela varia de entendimento no tempo e no espaço. Aliás, nessa última hipótese, pode variar, inclusive dentro de um determinado país. Mas sentir-se-á a ordem pública segundo critérios de ordem superior, políticos, econômicos, morais e, até mesmo, religiosos. A ordem pública não deixa de ser uma situação de legalidade e moralidade normal, apurada por quem tenha competência para isso sentir e valorar. A ordem pública, em outras palavras, existirá onde estiver ausente a desordem, isto é, os atos de violência, de que espécie forem, contra as pessoas, bens ou o próprio Estado. A ordem pública não é figura jurídica, embora se origine e tenha a sua existência formal.

Assim, pode-se considerar a manifestação da ordem pública como atividade destinada a manter a ordem social, referida às pessoas, bens e instituições sociais em geral. Assevera, ainda, Lazzarini (1999, p. 21) que ordem pública é gênero, cujas espécies são:

1. **Segurança Pública:** é o estado antidelitual que resulta da observância dos preceitos tutelados pelos códigos penais comuns e pela lei de contravenções penais, com ações de polícia repressiva ou preventiva típicas [...];
2. **Tranquilidade Pública:** exprime o estado de ânimo tranquilo, sossegado, sem preocupações nem incômodos, que traz às pessoas uma serenidade, ou uma paz de espírito;

3. **Salubridade Pública:** expressa o estado de sanidade e de higiene de um lugar, em razão do qual se mostram propícias às condições de vida de seus habitantes;

4. **Dignidade da Pessoa Humana:** atribui ao Estado, no uso do seu poder de polícia, restringir a possibilidade de alguém se sujeitar, ou sujeitar alguém a situação aviltante ou constrangedora, em nome da preservação da dignidade da pessoa humana.

Dentre as *espécies* elencadas pelo autor, pretendemos destacar em nossa análise a *tranquilidade pública* — avaliada como o estado de paz interior de cada pessoa, de modo a permanecer o mais próximo possível despreocupada, sem perturbações, sem interferências em seu *modus vivendi* e, por conseguinte, sem intervenções na quietude alheia (LAZZARINI, 1999, p. 25), donde a percepção de segurança está intimamente ligada com a *tranquilidade pública*.

Julgamos imperativo, finalmente, discorrermos sobre a legislação que versa sobre a situação de cometimento de ato de terrorismo, o ponto extremo de um ato de violência de que pode uma sociedade vir a ser vítima, como o demonstram os inúmeros exemplos ocorridos na sociedade contemporânea, os quais vêm sendo perpetrados ora por indivíduos isolados ora por grupos extremistas.

A Lei 13.260, de 16 de março de 2016, regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, ao disciplinar o conceito de terrorismo e reformular o conceito de organização terrorista, tratando de disposições investigatórias e processuais; outrossim, altera a Lei 7.960, de 21 de dezembro de 1989 e a Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013. A nova legislação foi aprovada em meio à ameaça de organismos internacionais de aplicar sanções ao Brasil por conta da proximidade das Olimpíadas do Rio de Janeiro (julho de 2016)<sup>51</sup>.

Essa nova legislação define terrorismo como a prática, por uma ou mais pessoas, de atos de sabotagem, violência ou potencialmente violentos "por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública".

Ao avaliar os dispositivos em testilha, é preciso atenção por parte de toda a sociedade para que essa legislação não possa vir a ser utilizada contra os

---

<sup>51</sup> A legislação deu embasamento jurídico para as prisões do dia 21 de julho de 2016, quando a Polícia Federal prendeu dez suspeitos de planejarem atentados durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.

participantes de manifestações sociais. Nesse sentido, obteve-se pleno êxito, durante o processo de negociação enquanto tramitava o Projeto de Lei, na retirada da expressão “extremismo político” como caracterização do crime de terrorismo, de modo a evitar que as manifestações políticas de rua fossem nessa senda enquadradas. Ademais, ressaltamos ainda a falta de clareza e de precisão que podem ser arbitrados pela autoridade competente de modo a se confundir “ação violenta”, qualquer que seja, com uma “ação terrorista”, tais como manifestações sociais violentas, queima de ônibus e de pneus, guerra entre facções criminosas etc.

Desde 2013, no auge das manifestações sociais do Movimento Passe Livre, o Estado tentou amparar suas decisões em legislações inadequadas ao contexto de protestos, na tentativa de criminalizar alguns dos manifestantes. Corre-se o risco, portanto, de se aprofundar o contexto de criminalização, em geral, das manifestações de rua no Brasil.

### **2.3 O tema das manifestações sociais**

O fulcro que ora se nos afigura é proporcionar uma visão ampliada acerca do conjunto complexo e multifacetado das estruturas contemporâneas referentes às ações dos movimentos sociais. As experiências históricas recentes no Brasil explicitam que esses movimentos, com suas redes de mobilizações, estruturaram-se em organizações que sistematicamente atuam para alcançar seus objetivos políticos, de forma organizada e de caráter permanente, em função dos propósitos de cada grupo ou classe social.

Dessa forma, é construída uma identidade para lutar em defesa dos anseios de cada grupo da sociedade. Conforme Touraine (1976, pp. 157-159), para se compreenderem os movimentos populares, há de se considerar as estruturas sociais que os engendram, precisamos analisar o seu contexto sócio-histórico. Para o sociólogo francês, o que faz germinar os movimentos sociais são os conflitos entre as várias classes sociais e a efetiva ação política dos governantes. Touraine enfatiza que os conflitos sociais são frutos, principalmente, das desigualdades sociais, as quais promovem segregação social, cultural e econômica, de modo a interferir nas formas de atuação civil dos cidadãos dessa forma segregados.

Dentre vários movimentos sociais brasileiros<sup>52</sup>, damos especial enfoque ao Movimento Passe Livre (MPL), em face do seu protagonismo na convocação da sociedade para as manifestações de junho de 2013. O MPL<sup>53</sup> objetiva obter uma forma de custeamento do transporte coletivo por determinados impostos a serem criados pelo governo, com o argumento de que o direito de ir e vir do cidadão é uma garantia constitucional<sup>54</sup>. O bilhete do transporte coletivo, portanto, por ser um serviço público essencial, tem de ser assegurado pelo Estado, sob pena de se suprimir esse direito dos cidadãos que não dispõem de recursos financeiros para o seu transporte cotidiano.

A explosão das ruas chamou nossa atenção, de fato, no dia seguinte à grande manifestação, especialmente destacada em junho de 2013 pela FSP, no seu editorial, sobretudo, o aspecto da repressão das forças estaduais de segurança aos atos de violência ocorridos nas manifestações na cidade de São Paulo. Anteriormente, vínhamos acompanhando em várias das grandes mídias tradicionais os alertas de alguns articulistas para alguns dos equívocos na condução da política e da economia, entretanto, cumpre registrar, nenhum jornalista da chamada imprensa especializada nessa temática foi capaz de prever aquela explosão de manifestantes nas ruas.

Na história política do Brasil, conforme Gohn (2011, p. 23), há motivos conjunturais e históricos que justificam a maioria dos protestos no Brasil. Relembramos da imensa repressão dos protestos de rua em 1968, das passeatas na Praça da Sé em 1975, quando da morte de Vladimir Herzog, e de muitas outras. Além, por óbvio, das gigantescas manifestações organizadas no auge do movimento “Diretas-Já”, com a presença dos “caras-pintadas”, os mesmos que depois foram às ruas e exigiram o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, o qual, além de fracassar no combate à inflação, conforme Fausto (2015, pp. 474-476), foi envolvido em atos de corrupção.

No processo de transição, que desde então vem se desenvolvendo, seguem-se governos de cores que se alternam no poder, porém com o condão de, atualmente,

---

<sup>52</sup> Tais como: movimento estudantil, movimento negro, movimento feminista, movimento ambientalista, movimento separatista, movimento contra homofobia, movimento de trabalhadores sem terra, sem teto, entre outros.

<sup>53</sup> Conforme dados extraídos do sítio eletrônico do movimento: [www.mpl.org.br](http://www.mpl.org.br). Acesso em 07 fev. 2018.

<sup>54</sup> Na Constituição em vigor, a liberdade de locomoção está garantida pelo inciso XV do art. 5º, que assim dispõe: “É livre a locomoção no Território Nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”. E também a Emenda Constitucional 90, que inclui, dentre os direitos sociais previstos no artigo 6º da CF o transporte público.

a todos tornarem insatisfeitos. Todavia, a rejeição contemporânea à maioria dos políticos, ao sistema de representação e, sobretudo, aos casos de denúncias de corrupção, ainda não fez emergir um sistema que substitua o atual<sup>55</sup>, com fulcro no fortalecimento da democracia.

O movimento que eclodiu nas ruas desde o ano de 2013 se diferencia bastante daquele, por exemplo, pelas “Diretas-Já”, pois, atualmente, os manifestantes da era digital não apresentam lideranças definidas. Por meio das redes sociais, os grupos rapidamente se organizam, se reúnem para grandes manifestações para, em seguida, se dispersarem, voltando a se encontrar e a debater nas várias plataformas de comunicação promovidas pelo atual modo de vida no mundo expandido da *internet*. A manifestação cessa nas ruas, mas continua a reverberar nas polêmicas<sup>56</sup> disseminadas na rede mundial de computadores.

As manifestações sociais, dessa vez, possuem a singularidade de terem sido encabeçadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), o qual se declara apartidário, em defesa dos direitos de todos. Em face dos números<sup>57</sup> de 2013, que apontavam um fraco desempenho da economia brasileira, além da percepção de uma democracia envelhecida precocemente, pela presença de um sistema oligárquico de gestão pública, o aumento da tarifa do transporte público em São Paulo foi um elemento desencadeador de uma explosão de indignação, sobretudo entre os jovens insatisfeitos com não atendimento das suas demandas sociais, que também é a demanda de maior parte da população brasileira.

Para os pesquisadores deste tema, a percepção é a de que as manifestações sociais, da forma como elas ocorrem nesta era digital, contribuem para melhor compreendermos o processo de transição para mudanças fortes na sociedade brasileira. Eis o desafio de procurar dar conta desse fenômeno contemporâneo de mobilização das massas, para o qual envidamos esforços, baseados em um paradigma discursivo.

---

<sup>55</sup> Proposta de implantação no Brasil do sistema de governo denominado semipresidencialismo, a qual encontra-se fora da pauta no Congresso Nacional.

<sup>56</sup> O conceito de “polêmica” aqui é utilizado conforme referido por Amossy (2017).

<sup>57</sup> Conforme o jornal Valor Econômico: inflação de alimentos: 13,5% (tendência, à época, de alta); inflação de serviços: 8,51%; desemprego de jovens: 12,6%, no Rio de Janeiro; 15,9%, em São Paulo.

## 2.4 O Movimento Passe Livre

Na história recente do Brasil, conforme Fausto (2015, pp. 253-261), não há que se falar de uma enorme quantidade de manifestações sociais capilarizadas pelas grandes capitais do país. Assim, no que se refere a alguns dos movimentos eclodidos, retomamos aqui determinados fatos transcorridos ao longo da História do Brasil, notadamente, aqueles registrados pela presença de brasileiros nas ruas em busca de demarcação de dado posicionamento, de forma a evidenciar, em cada momento, com suas peculiaridades históricas, a necessidade de defender seus direitos como cidadão. Houve lutas e revoltas populares que remontam ao século XVI com a Confederação dos Tamoios (1562), a Insurreição Pernambucana (1645), a Inconfidência Mineira (1789), a Guerra de Canudos (1896), a Proclamação da República (1889), a Revolução Constitucionalista de 1932, o Golpe Militar de 1964, as Diretas-Já e o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor em 1992.

O período de Ditadura Militar, conforme Scherer-Warren, (2008, p. 09), propiciou a organização de movimentos sociais – organização de movimentos estudantis, e de operários em seus sindicatos – já que a população não aceitava mais o autoritarismo estatal, opondo-se e contestando o regime militar, defendendo os valores de um Estado democrático. Em um quadro de inflação alta, desemprego e grande dívida externa, a população clamava pelo fim do governo militar, ocorrendo diversas manifestações em várias cidades do país, contando com o apoio de intelectuais, artistas e religiosos.

Nesse cenário, em 1984, eclode o movimento político-democrático “Diretas-Já”, que mobilizou a população brasileira em prol dos ideais democráticos de uma eleição direta para a presidência da República. Em 25 de abril de 1984 é colocada em votação a emenda constitucional das eleições diretas, porém ela não foi aprovada. As eleições diretas para o cargo máximo no Brasil só ocorreriam em 1989, após a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988. Segundo Fausto (2015, p. 446), denominada pelas mídias, à época, *Constituição Cidadã*, a última Carta Magna: “refletiu o avanço ocorrido no país especialmente na área da extensão dos direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias” (FAUSTO, 2015, p. 446).

Destacam-se na década de 1990, conforme Scherer-Warren (2008, p. 13), os fóruns de ONGs e uma mobilização na sociedade pela ECO/92. Em 1992, uma

campanha popular tomou as ruas do país para pedir o afastamento de Fernando Collor de Melo, primeiro presidente do Brasil eleito pelo voto popular direto. Eleito como símbolo de uma nova fase da política brasileira, seu governo teve de enfrentar uma forte crise financeira que exigiu medidas enérgicas, sendo lançados os Planos Collor I e II, que se mostraram ineficazes e provocaram forte rejeição popular. Paulo César (PC) Farias, tesoureiro da campanha presidencial foi acusado de corrupção e arrastou o presidente Collor no escândalo. A campanha “Fora Collor” mobilizou a população, especialmente, o público jovem, os “caras pintadas”, em protesto contra a corrupção e, em 29 de setembro de 1992, deu-se a aprovação do *impeachment*, que implicou a Collor tanto a perda do cargo quanto a cassação dos direitos políticos.

Ainda, Scherer-Warren (2008, p. 19), ao analisar o “cenário brasileiro do novo milênio”, profetiza acerca dos movimentos que:

[...] há a emergência de um movimento cidadão crítico, que não atua de forma isolada, mas em redes nacionais e globalizadas e que se caracteriza por estar desenvolvendo um ideário político que visa à transposição de várias fronteiras restritivas dos movimentos sociais mais tradicionais de nossa história.

Os protestos de 2013 envolveram a maior parte das cidades brasileiras, tendo começado em 06 de junho, devido aos altos valores das passagens dos transportes públicos. Ato contínuo, foram incluídos nos anseios dessas manifestações de rua a apuração dos gastos das obras da Copa do Mundo, melhorias nas áreas da educação e da saúde, além da exigência do fim da violência policial durante os protestos.

Segundo dados do Datafolha<sup>58</sup>, 84% dos participantes dos manifestos não têm preferência por qualquer partido político, 71% estão pela primeira vez num protesto e 53% têm menos de 25 anos. Os dados também mostram uma maior participação de estudantes e de pessoas com ensino superior. Constatou-se também que as mídias sociais e a *internet* tiveram um papel importante na mobilização do movimento, pois 81% das pessoas souberam da manifestação pela rede social e 85% pesquisaram informações na rede mundial de computadores.

Os antecedentes históricos do Movimento Passe Livre (MPL), conforme descrito no sítio eletrônico do movimento<sup>59</sup>, remontam ao ano de 2001, quando se deu

---

<sup>58</sup>Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296886-em-protesto-de-sp-maioria-nao-tem-partido-diz-datafolha.shtml>. Acesso em 15 nov. 2017.

<sup>59</sup> Informações disponíveis em [www.mpl.org.br](http://www.mpl.org.br). Acesso em 15 nov. 2017.

a realização do *Fórum Social Mundial*, na cidade de Porto Alegre-RS, cujo principal objetivo foi o de estabelecer oposição ao *Fórum Econômico Mundial*, realizado, anualmente, desde 1974, em Davos (Suíça), evento representativo do grande capital circulante no planeta.

E foi durante uma plenária, que transcorreu no *Fórum Social Mundial*, em Porto Alegre, que o Movimento Passe Livre (MPL) levantou a bandeira da luta pelo passe livre estudantil em várias cidades brasileiras.

Em agosto de 2003, durante aproximadamente três semanas, o Movimento Passe Livre iniciou a denominada “Revolta do Buzú”, tomando as ruas da cidade de Salvador, com o objetivo de protestar contra o aumento do preço das passagens de ônibus, que, inicialmente, não atingiu suas aspirações. No ano seguinte, na cidade de Florianópolis, houve a chamada “Revolta da Catraca”, com o mesmo objetivo do que houve na capital baiana, porém, desta vez, o MPL atingiu seu intento, pois houve a revogação do aumento das tarifas. Já em 2005, houve novo aumento das tarifas dos ônibus, o que foi motivo para mais três semanas de manifestações, sendo o aumento mais uma vez revogado. Também em 2005, o mesmo êxito foi obtido, na cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo.

Em síntese, entre os anos de 2003 e 2013, o MPL cresceu muito durante suas várias manifestações contra os aumentos das tarifas do transporte público, em diversas cidades do País.

Até o mês de junho de 2013, a realização de manifestações públicas pelas mais distintas reivindicações foi muito semelhante. Nessas manifestações, em geral, havia um carro de som de maiores ou menores dimensões dependendo do número de participantes, naturalmente de acordo com a expressividade desta ou daquela categoria trabalhista, o qual geralmente postava-se em frente à sede do respectivo sindicato ou, ainda, em algum local de fácil aglomeração, tais como a Praça da Sé, a Praça da República ou a Avenida Paulista. Após algum tempo de uso do microfone por parte dos líderes das manifestações, deslocavam-se por algumas avenidas da região central da cidade, encerrando seu ato sem maiores consequências.

Esse cenário de manifestações nunca exigiu um grande empenho das forças de segurança estaduais no sentido do enfrentamento às ações desses grupos, em face de pouca ou inexpressiva motivação ideológico-política de seus participantes, o que dava uma margem de segurança bastante considerável para as autoridades

responsáveis pela segurança e ordem pública e também aos cidadãos que, por vezes, se viam envolvidos pela massa de reivindicadores.

Nas manifestações de junho de 2013, integrantes do *Movimento Passe Livre* protestaram contra o aumento de vinte centavos na tarifa municipal dos ônibus, e perpetraram ações violentas contra o patrimônio público e particular, bem como contra as forças de segurança estaduais, com o desiderato de protestar não mais apenas contra o aumento do preço das passagens do transporte público, mas também um amplo leque de reivindicações sociais.

As ações dos manifestantes se tornaram diferentes daquelas realizadas no passado. Desta vez, trata-se de algo muito diferente: os protestos pacíficos de outrora desenvolveram nos grupos de manifestantes uma estrutura de cunho político-ideológico, com táticas de destruição do patrimônio público e particular. Assim, o mês de junho do ano de 2013 marcou de forma indelével uma transformação na maneira de o povo brasileiro se manifestar, com uma mudança muito rápida em sua forma, quantidade, proporção e ideologia, como jamais visto.

Após os eventos envolvendo o MPL, no mês de junho de 2013, as grandes manifestações públicas não se encerraram, mesmo com a revogação do aumento do valor da passagem dos ônibus com os vinte centavos sendo retirados da tarifa. Em face do sucesso obtido, o MPL começou a se utilizar das táticas *Black Blocs*, para convocar por meio das redes sociais novas manifestações de rua.

Por ser algo novo para o cenário da época, tais manifestações causaram grande impacto na opinião pública, além de causarem em parte da população uma alteração de sua rotina, que, em sua circulação cotidiana, era surpreendida por um grupo enorme e coeso, com características específicas em termos de faixa etária, vestimenta e modo de se manifestar. Some-se a isso a peculiaridade contemporânea do uso da tecnologia, com o uso de *smartphones* interligados entre si pelas redes sociais – tudo facilmente filmado, fotografado e transmitido *online* pela rede mundial de computadores.

As atuações do MPL, portanto, se fizeram presente, sobretudo nas principais avenidas de São Paulo, desde 2013 até 2016. Durante todo o ano de 2017, apesar de todas as alterações políticas no governo federal, o MPL não convocou manifestações. Em São Paulo, o prefeito eleito, João Dória (PSDB), utilizou-se da estratégia de não aumentar o preço unitário das passagens do transporte público.

De fato, a preocupação de políticos com a impopularidade de reajustes da tarifa de transporte aumentou depois de 2013, quando uma série de protestos pelo país levou governos a recuarem do aumento. O último reajuste em São Paulo ocorreu em janeiro de 2016, na gestão Fernando Haddad (PT), que, junto com Alckmin (PSDB), subiu a tarifa de R\$ 3,50 para R\$ 3,80.

Em 2017, o valor unitário do ônibus, metrô e trem ficou congelado em R\$ 3,80, após promessa de campanha feita pelo prefeito de São Paulo, João Doria. Entretanto, em abril de 2017, já na gestão do prefeito eleito, houve alta na integração, para quem utiliza conjuntamente metrô, trem e ônibus (de R\$ 5,92 para R\$ 6,80). O prefeito também reajustou os bilhetes diário (de R\$ 16,00 para R\$ 20,00) e mensal (de R\$ 230,00 para R\$ 300,00).

Em sete de janeiro de 2018, as tarifas subiram de R\$ 3,80 para R\$ 4,00. O reajuste foi anunciado em dezembro de 2017, de forma conjunta pelas gestões do prefeito João Doria e do governador Geraldo Alckmin, ambos do PSDB. O reajuste definido, de 5,3%, fica abaixo da inflação acumulada desde a data do último reajuste, em janeiro de 2016: 8,9% do IPCA (IBGE) e 8,4% do IPC-SP (Fipe). Desde esse último aumento, os passageiros pagam R\$ 4,00 a passagem tanto no ônibus quanto no metrô e na CPTM. Entretanto, a legislação do transporte público permite algumas gratuidades e ou reduções, tais como o passe livre para idosos, estudantes etc. O repasse da prefeitura de São Paulo para as empresas de ônibus que prestam serviço de transporte público vem crescendo ano após ano. A estatística disponível dá conta que em 2012 o valor foi de 1 bilhão de reais; em 2013, 1,26 bi; em 2014, 1,76 bi; em 2015, 1,99 bi; em 2016, 2,62; em 2017, o valor chegou a 2,78 bilhões (o equivalente a 40% dos custos do sistema de transporte), ou seja, quase o triplo do subsídio pago em 2012. Esses subsídios são repassados pelo poder público às empresas de ônibus para compensar a diferença entre os custos e a arrecadação do sistema. Todos esses dados nos levam à reflexão de que para cobrir esses gastos o poder público tem de remanejar do erário recursos de outras áreas para cobrir *déficit* no setor de transportes.

Conforme publicação da FSP<sup>60</sup>, o Movimento Passe Livre (MPL) convocou no dia 11 de janeiro de 2018 um ato para protestar contra o aumento da tarifa dos transportes públicos (ônibus, metrô e trem) na cidade de São Paulo, ocorrido no dia sete de janeiro, que passou de R\$ 3,80 para R\$ 4,00 (reajuste de 5,26%). Após pouco mais de três horas de ação pacífica, o ato convocado pelo MPL terminou em atos de violência, com enfrentamento entre manifestantes e policiais militares.

Como costuma ocorrer, houve divergência no número dos participantes: segundo os organizadores, 10 mil pessoas; para a PM, a estimativa é de 1.500 manifestantes. Além do MPL, a manifestação também contou com representantes do PSTU, PCB (Partido Comunista Brasileiro), UNE (União Nacional dos Estudantes), PSOL e da Frente Povo Sem Medo.

O MPL prometeu várias manifestações contra esse aumento das tarifas. No dia 11 de janeiro de 2018, reunidos, inicialmente, por volta das 17h, na praça Ramos de Azevedo, em frente ao Teatro Municipal, no centro da capital, os manifestantes se deslocaram pela cidade, pelas ruas que foram interditadas para a realização do protesto, e chegaram, por volta das 20h40 até o terminal Parque Dom Pedro, quando começaram a dispersar. Um grupo, porém, tentou entrar na estação Brás do trem e metrô e, segundo os organizadores, foi impedido pela PM. Alguns conseguiram furar o bloqueio e chegaram a pular as catracas, enquanto outros conseguiram atirar um “coquetel molotov” em direção aos policiais, que passaram a responder com bombas de efeito moral e tiros de balas de borracha. Após a ação policial, o ato dispersou completamente, sem registros sobre feridos ou pessoas detidas. Durante todo o ato, manifestantes mascarados formaram a linha de frente do protesto, mas sem cometer atos de violência.

No dia 17 de janeiro de 2018, novo protesto do MPL terminou em *atos de violência*, na região do largo da Batata, na região de Pinheiros, zona oeste de São Paulo. Ao menos duas agências bancárias tiveram os vidros quebrados e ruas foram fechadas por entulhos. A Polícia Militar chegou a usar bombas de efeito moral contra

---

<sup>60</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1949842-protesto-contr-o-aumento-das-tarifas-termina-em-confusao-com-a-pm-em-sp.shtml>. Acesso em 12 jan. 2018.

a multidão e três menores foram apreendidos, por carregarem em suas mochilas pedaços de madeira e pedras.

O protesto, com aproximadamente 420 pessoas<sup>61</sup>, começou por volta das 19h, com uma caminhada pacífica até o largo da Batata. A confusão começou no encerramento do ato, quando alguns manifestantes quebraram vidros de estabelecimentos bancários, danificaram pontos de ônibus e veículos, amassaram lixeiras e atiraram lixo nas ruas. Ainda, depredações na estação Pinheiros do metrô e no terminal de ônibus de Pinheiros, além de pichações na estação Faria Lima. A polícia respondeu com bombas de efeito moral.

No dia 22 de janeiro de 2018, um terceiro protesto foi realizado. Conforme a FSP<sup>62</sup>, novo protesto do MPL terminou em atos de violência, na região do Campos Elíseos, centro de São Paulo. Policiais militares usaram bombas de efeito moral para dispersar o grupo. Não há informações de pessoas feridas ou detidas. O ato começou no final da tarde, na avenida São João, e seguiu em passeata até a avenida Rio Branco, onde chegou por volta das 20h. No local, alguns manifestantes chegaram a jogar lixo na tentativa de bloquear a via, o que levou a polícia a usar ao menos três bombas contra o grupo, que dispersou.

Aproveitamos para destacar uma peculiaridade do ano de 2017, o qual não registrou nenhuma grande manifestação no Brasil, sobretudo, em São Paulo, o que fez com que esse tema também tenha desaparecido da pauta dos editoriais da FSP. No ano de 2018, mereceu atenção dos editorialistas da FSP – com o título “Greve descarrilada” (19.01.2018) – uma paralisação dos metroviários, em 18 de janeiro de 2018, convocada pelo Sindicato dos Metroviários de São Paulo, contra a concessão por 20 anos das linhas 5 (estações Capão Redondo e Adolfo Pinheiro) e 17, a qual foi idealizada desde 2012 para o evento da Copa do Mundo de futebol (2014) no País, para facilitar o transporte ao aeroporto de Congonhas (ainda nem começou a operar<sup>63</sup>).

---

<sup>61</sup> Conforme dados da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1951173-pm-blinda-acesso-a-casa-de-doria-e-mpl-adapta-protesto-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em 18 jan. 2018.

<sup>62</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1952839-ato-contra-aumento-da-tarifa-termina-em-confusao-no-centro-de-sao-paulo.shtml>. Acesso em 22 jan. 2018.

<sup>63</sup> Conforme dados de maio de 2018.

Há forte embate no modelo vigente dos transportes públicos. Os setores favoráveis à concessão privada advogam ser ela a melhor solução para melhorar o serviço do metrô. Nesse sentido, exemplificam os defensores do modelo privado (por meio, de fato, de concessão) que a única linha a funcionar no dia dessa greve, em uma quinta-feira, foi justamente a linha 4, de uma operadora particular. Ainda, não é demais registrarmos o paradigma legalista: o fato de a Justiça do Trabalho ordenar a manutenção de 80% do serviço, no horário de pico, e 60% nos demais.

À guisa de síntese, por ora, mencionamos que o MPL foi criado em 2005 com o lema da "tarifa zero", ou seja, a defesa de total gratuidade do transporte coletivo. O movimento, porém, só ganhou expressão em 2013, quando organizou os atos contra o aumento de R\$ 0,20 no valor da tarifa em São Paulo (de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, na ocasião), que acabaram se espalhando por todo o país depois do violento embate entre manifestantes e as forças estaduais de segurança, sobretudo, em São Paulo. Os apoiadores do movimento advogam que a importância do transporte público para a população. Insistem em destacar a máxima de que "transporte público não é uma mercadoria"<sup>64</sup>, é um direito, principalmente dos mais pobres, de se utilizarem do transporte público todos os dias em seus deslocamentos para o trabalho, por exemplo.

No próximo capítulo, procederemos à apresentação do capítulo teórico-metodológico, no qual discorreremos, principalmente, sobre as categorias de análise do *corpus* selecionado para a pesquisa.

---

<sup>64</sup> Frase inserta em cartazes durante os protestos referenciados.

## CAPÍTULO III – A ANÁLISE DO DISCURSO

Neste capítulo, discorreremos acerca das bases teórico-metodológicas que amparam a pesquisa: a perspectiva enunciativo-discursiva proposta por Maingueneau (2008b), cuja filiação, portanto, vincula-se à Análise do Discurso de linha francesa (AD). Procederemos a considerações acerca do interdiscurso, aqui tratado como o conjunto de discursos que se interpenetram na construção de efeitos de sentido no gênero de discurso. A seguir, discorreremos sobre os conceitos de *topia* e *atopia*, com foco no *discurso tópico*. Por fim, sintetizaremos as hipóteses que Maingueneau (2008b) formula em *Gênese dos Discursos*, porém os planos da Semântica Global serão a instância privilegiada como categoria de análise em nossa pesquisa.

### 3.1 A gênese da Análise do Discurso

Conforme Maingueneau (1997), a Análise do Discurso encontra-se na fronteira com outros campos de estudo, como a Sociologia, a História, a Filosofia etc., de modo que os estudos discursivos passam a considerar a linguagem em determinadas conjunturas sócio-histórico-culturais.

Cumpre-nos a explanação inicial de que não se trata de falar de análise do discurso, mas, antes, de análises do discurso, abarcando-se, por exemplo, a Análise do Discurso de filiação anglo-saxã (ACD) e a Análise do Discurso de filiação francesa (AD), cada uma, por óbvio, com suas diferenças e especificidades. Françoise Gadet (2014b)<sup>65</sup> elenca as principais condições de emergência da AD na paisagem disciplinar francesa: “Emergência geográfica”, isto é, um fenômeno limitado, inicialmente, à França (distinta, por exemplo, da *Discourse Analysis* na Grã-Bretanha e os Estados Unidos), que se desenvolve como área de estudos concebida como um dispositivo que relaciona o campo da língua e o campo da sociedade (apreendida pela história), a partir da construção de posições sociais nas situações de interação.

---

<sup>65</sup> Uma das organizadoras de *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, tece tais considerações no prefácio dessa obra (2014, pp. 7-10).

A segunda condição levantada pela autora é a “Emergência temporal”, delimitando os anos 1960, sob uma conjuntura dominada pelo Estruturalismo. E, finalmente, a terceira condição é o fato de que a AD, inicialmente, foca a análise no campo político, na crença de uma arma científica para uma crítica ideológica.

A França da década de 1960 configurou-se como um período assaz conturbado, tanto do ponto de vista político quanto do cultural. Foi um momento de forte engajamento estudantil no cenário político, sobretudo no famoso ano de 1968, quando os estudantes universitários saíram às ruas, exigindo reformas no ensino. A AD debruçou-se, inicialmente, sobre as condições sócio-históricas e culturais desse período, e passou a permitir um estudo linguístico das condições de produção dos enunciados circulantes, de modo a analisar não apenas os elementos puramente linguísticos, mas também enriqueceu as análises ao também considerar os elementos externos à língua. Assevera Brandão (2015, p. 21) que essas abordagens:

[...] fazem parte essencial de uma abordagem discursiva: além do contexto imediato da situação de comunicação, compreendem os elementos históricos, sociais, culturais e ideológicos, que cercam a produção de um discurso e neles se refletem. Considera-se o espaço que esse discurso ocupa em relação a outros discursos produzidos e que circulam na comunidade.

Os dois filósofos franceses, Michel Foucault e Michel Pêcheux, ancorados no paradigma do estruturalismo, da psicanálise e do marxismo se debruçam sobre os estudos acerca do signo e da sociedade. Foucault notabilizou-se fora da França, e suas ideias alcançaram também o Brasil. Por evidente, não se atribui a ele a fundação da Análise do Discurso, porém, sabemos que, desde 1966, ele se notabilizou como um filósofo do discurso, sobretudo, a partir de 1971<sup>66</sup>, quando passa a questionar sobre o lugar institucional da prática discursiva. Pêcheux, lastreado pelos estudos de Althusser e de Lacan, inicia a análise do discurso, de forma a indagar sobre a posição do sujeito no simbólico, a cuja escola muitos pesquisadores se filiaram.

Enquanto a visão saussuriana focava uma semiologia da vida social, Pêcheux e Foucault envidam seus esforços intelectuais no sentido do desenvolvimento de uma pesquisa com fulcro no projeto da análise do discurso, com vistas a perscrutar as regras de organização tanto da produção quanto da coerência dos enunciados, isto é, fazem emergir um projeto em que passam a ter lugar de destaque as reflexões sobre

---

<sup>66</sup> Publicação de *A ordem do discurso*.

o sujeito, o sentido e a ideologia. Para uma possível compreensão das condições que propiciaram o nascimento da Análise do Discurso, há de se frisar o caráter interdisciplinar do seu surgimento, com o empenho de pesquisadores nas áreas da Linguística, da História e da Psicanálise.

Na interdisciplinaridade, constitutiva da formação inicial da AD, há de comum a atenção dispensada por estudiosos – como Althusser, Pêcheux, Lacan – às questões relativas à Linguística, que, para além da visão estruturalista, vislumbra um paradigma discursivo que abarque tanto elementos linguísticos quanto sócio-histórico-ideológicos, os quais passam a interpelar a ideologia e o sujeito. Quanto à História, busca a implementação de uma visão da luta de classes, baseada no materialismo histórico (marxista), com vistas à apreensão do funcionamento da ideologia a partir de sua materialidade. A composição do quadro epistemológico do aparecimento da AD completa-se com a psicanálise lacaniana, ao conceber um sujeito que somente pode ser definido em relação ao Outro, ou seja, o sujeito não estaria no consciente, mas, antes, no inconsciente: o lugar do qual provém os discursos dos pais, da sociedade e a partir dos quais o sujeito constrói sua identidade; uma identidade, pois, construída na alteridade (CHAUÍ, 2000).

Dessa forma, a partir da AD, o analista irá se deter na observação do uso da linguagem pelos usuários, de modo a perceber um saber linguístico e, ao mesmo tempo, um saber extralinguístico – análise, portanto, do contexto mais amplo possível das condições históricas e sociais de produção dos discursos, da observação do modo de aquisição desses saberes, os quais tanto ocorrem por meio do processo de escolarização quanto pela prática cotidiana nas interações em sociedade.

Após a apreensão de que a AD exige dos usuários da linguagem tanto um saber linguístico quanto um saber extralinguístico, passamos a abordar alguns dos elementos da história do surgimento e do desenvolvimento da AD.

O fato de estarmos imersos no pressuposto teórico de que o efeito de sentido somente emerge considerando-se o contexto sócio-histórico de produção e o caráter constitutivamente heterogêneo da linguagem, conduz-nos a indagar acerca das mudanças epistemológicas que fizeram surgir esse pensamento nos estudos linguísticos. Buscamos respostas em Pêcheux (2014a)<sup>67</sup>, cuja obra discorre sobre a constituição da Análise do Discurso, transcorrida em três fases.

---

<sup>67</sup> O artigo “Análise do Discurso: três épocas” foi publicado na França em 1983. Estamos utilizando a tradução brasileira, em sua 5ª edição (2014b); a primeira edição é de 1990.

No primeiro período da Análise do Discurso – AD-1 –, em oposição ao sistema estruturalista, Pêcheux propõe uma análise ao mesmo tempo linguística (gerativa) e discursiva. Para isso, propõe um sistema teórico fechado, no qual organiza-se uma “maquinaria” estruturada por enunciados homogêneos, justapostos, fechados em si mesmos. Assim, a prioridade de análise concentra-se naqueles discursos menos polêmicos, escolhidos por seu menor grau de polissemia, como os discursos políticos de viés doutrinário – como o manifesto do Partido Comunista<sup>68</sup>.

O caráter de estabilidade e de homogeneidade presentes nas condições de produção dos discursos selecionados para análise durante a fase da AD-1 visa a identificar um determinado discurso no qual não esteja presente o conflito ideológico, portanto sem a presença de interlocutores que expressariam posicionamentos oriundos de outro lugar de fala. Ao conceber o discurso como uma máquina fechada de funcionamento autônomo, a AD-1 emerge com o objetivo de estudar o modo como os elementos do discurso se estruturam para formar um conjunto fechado, de forma a estabelecer como objeto de análise os textos autônomos, visando a descrever nesses textos sua organização transfrástica. E essa noção de maquinaria discursiva opera a geração de um processo discursivo, estruturado como um conjunto de princípios semânticos que delimitam um discurso, perfazendo com que cada processo discursivo seja gerado por uma máquina discursiva. Assim, diferentes processos discursivos distintos referem-se a diferentes máquinas discursivas, cada uma delas idêntica a si mesma e fechada sobre si mesma (Pêcheux, 2014a).

Pêcheux, no artigo já referenciado, chega a estabelecer quatro etapas rígidas para operar sua “máquina discursiva”, em face das condições de produção estáveis para a geração do processo discursivo.

Conclusão: AD-1 é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as “máquinas” discursivas constituem unidades justapostas. (PÊCHEUX, 2014a, p. 309).

Portanto, a AD-1 concebe a relação interdiscursiva como uma relação entre “máquinas” discursivas justapostas; autônomas e fechadas, cada uma delas, sobre si

---

<sup>68</sup> O exemplo do “Manifesto Comunista” foi retirado do artigo Pêcheux & Fuchs (*A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*, 2014b). Refere-se também ao discurso comunista Maingueneau (2013, p. 57).

mesmas. Quanto ao sujeito, tem-se nessa fase da AD-1 um sujeito “assujeitado” pela “maquinaria discursiva”, demarcado pela unidade, isto é, portador da voz de uma determinada FD.

A segunda fase da AD – AD-2 – pode ser inicialmente descrita pela expressão de Pêcheux: o antes e o alhures que governam o discurso. Além do antes e do alhures, a AD-2 passa a se referir ao que vem do exterior e também ao que irrompe no texto, tais como as problemáticas da formação discursiva e do pré-construído (Pêcheux). Nessa fase, incorpora alguns dos conceitos da Filosofia, entre os quais o de formação discursiva (FD), tomado de empréstimo de Michel Foucault (2008)<sup>69</sup>, de modo a desmontar a noção de máquina estrutural fechada concebida na fase da AD-1. Compreende-se a formação discursiva como um espaço de restrição ao que somente pode ser expresso pelo sujeito, a partir de seu estrito lugar de fala e, por conseguinte, um total rechaçamento do que seja oriundo da expressão de um discurso concorrente, ao qual passa-se a ser totalmente refratário. Assim Foucault (2008, p. 43) conceitua FD:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de considerações e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (grifos do autor).

Já Pêcheux propõe a seguinte definição de FD:

[...] aquilo que numa formação ideológica<sup>70</sup> dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada determinada pelo estado da luta de classes determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga de um sermão de um panfleto de uma exposição

<sup>69</sup> Foucault define formação discursiva em *Arqueologia do Saber* como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”.

<sup>70</sup> Por **formação ideológica** (FI) entende-se o conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas dizem respeito, direta ou indiretamente, às posições de classe social, política, econômica, de onde se fala ou escreve e tem a ver com as relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos e que são expressas quando interagem entre si. Cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas em interação. É nesse sentido que podemos falar em uma formação ideológica colonialista, uma formação ideológica capitalista, neoliberal, socialista, religiosa etc.

de um programa etc.) isso equivale a afirmar que as palavras e expressões proposições etc. recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...] as formações discursivas representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes (PÊCHEUX, 2014b, p. 160-161, grifos do autor).

A partir dessas e de outras reflexões, busca Foucault certas regularidades presentes na dispersão de elementos, as quais resultam de um processo da FD. Maingueneau (2007, p. 64-65) alerta acerca da contradição da existência, ao mesmo tempo, entre o processo de dispersão e o de regularidade discursiva, o qual justamente poderá ser sanado pela noção de FD.

O conceito de FD contribui de maneira definitiva para iniciar uma transformação nos procedimentos de análise da Análise do Discurso, pois, diferentemente da sua concepção na AD-1, a qual se configurava como um espaço fechado, trata-se, agora, de uma FD invadida por elementos oriundos de outras formações discursivas, que passam a regular o que deve e o que não deve ser dito a partir de um determinado lugar social. Pêcheux (2014a, p. 310) explica que, nesse processo de “invasão” de uma FD sobre a outra, o espaço de uma FD é atravessado “sob a forma de ‘pré-construído’ e de ‘discursos transversos’”, isto é, por discursos oriundos de outro lugar, os quais passam a ser incorporados por ela numa relação de confronto ou de aliança.

Eis, portanto, que o processo discursivo passa a ser construído pelo embate ou pela coalizão entre as diferentes formações discursivas, o que passa a definir a postura do analista como a de se debruçar sobre as relações entre as “máquinas discursivas” – ainda fechadas –, de modo a tentar estabelecer as regras de formação de cada FD. Ainda assim:

Do ponto de vista dos procedimentos, AD-2 manifesta bem poucas inovações: o deslocamento é sobretudo sensível no nível da construção dos *corpora* discursivos, que permitem trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais, ultrapassando o nível da justaposição contrastada. (PÊCHEUX, 2014a, p. 311).

Nesse sentido, a AD-2 considera a existência de formações discursivas constituídas independentemente umas das outras para depois serem postas em relação, quer seja de confronto quer seja de aliança.

Dá-se, assim, um processo de transição da AD-1 – que postula o discurso como organização transfrástica – para a AD-2, que já advoga a presença nos textos dos lugares institucionais e do pré-construído, quando, pois, afigura-se a emergência de uma distinção entre texto e discurso.

Quanto ao sujeito, tem-se nessa segunda fase da AD o conceito de *dispersão*, vez que esse sujeito passa a ser constituído não mais por uma unidade, mas, antes, como resultado de sua filiação a diferentes formações discursivas.

Será somente na terceira fase – AD-3 – que a AD procederá à desconstrução da maquinaria discursiva, ao questionar o conteúdo único do discurso. Ao suprimir as fronteiras entre o interior e o exterior do discurso, elimina-se aquela dificuldade de se lidar com um discurso com limites estáveis, o que contribui para o estabelecimento do postulado de que em AD não existe um *corpus a priori*, mas, antes, ele deve ser estabelecido pelo analista, em face dos objetivos de sua pesquisa.

E é justamente ao observar um discurso em cuja formação há a perene necessidade de redefinição de suas fronteiras que o foco se desloca para a heterogeneidade dos enunciados. Logo, ao conceber os textos como superfícies materiais nas quais estão passíveis de apreensão os traços e as marcas da prática discursiva, o olhar do pesquisador sobre os fenômenos da linguagem passa a incorporar o postulado da interdiscursividade. Dito de outra forma, as formações discursivas deixam de ser vistas como justapostas; os vários discursos que atravessam uma FD não se constituem isoladamente uns dos outros para, em seguida, serem justapostos em relação, mas, antes, estruturam-se de maneira regulada no interior do interdiscurso.

Após traçarmos esse breve histórico da AD, iremos nos debruçar doravante sobre as principais noções que estruturam essa disciplina. Para isso, valemo-nos dos conceitos insertos na obra *Gênese dos Discursos*<sup>71</sup>, de Dominique Maingueneau. Logo na introdução do *Gênese*, Possenti ressalta um novo modo de fazer análise do discurso, a partir das noções e das categorias de análise propostas por Maingueneau, as quais analisam a discursividade em todos os seus planos semânticos.

---

<sup>71</sup> A obra *Genèse du discours* foi publicada na França em 1984. Em 2005, com tradução de Sírio Possenti, *Gênese dos Discursos* chegou ao Brasil pela Criar Edições. Em 2008, foi editada pela Parábola Editorial, cuja edição utilizamos neste trabalho.

### 3.2 Análise do Discurso: o discurso

O objeto de estudos da AD deve ser o discurso. Para chegarmos ao cumprimento desse objetivo, necessitamos, antes de tudo, conhecer as principais características propostas por Maingueneau acerca dos estudos do discurso.

Para a Linguística, a noção de discurso opõe, inicialmente, os seguintes principais conceitos: discurso versus frase, discurso versus língua, discurso versus texto e discurso versus enunciado. Essa última oposição encontra estruturação na AD, uma vez que enunciado e discurso remetem a concepções diferentes, pois, enquanto o enunciado remete ao caráter de unidade linguística, o discurso – que depende sempre de determinado gênero –, define-se pelo estudo linguístico das condições sócio-históricas de produção.

Para Maingueneau (2008b, p. 52):

A noção de “discurso” é muito utilizada por ser o sintoma de uma modificação em nossa maneira de conceber a linguagem. Em grande parte, essa modificação resulta da influência de diversas correntes das ciências humanas reunidas frequentemente sob a etiqueta da pragmática. Mais que uma doutrina, a pragmática constitui, com efeito, uma certa maneira de apreender a comunicação verbal.

Inicialmente, passamos a abordar alguns dos conceitos básicos com que essa disciplina opera, aos quais o analista deve atentar em seus estudos discursivos, tais como texto, enunciado, discurso. Maingueneau (2008b, p. 50) assevera que “uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis: ela é um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos”. Maingueneau (2013, p. 64) diferencia os conceitos de texto e de enunciado: “utilizaremos mais frequentemente ‘enunciado’ com o valor de frase inscrita em um contexto particular, e falaremos preferencialmente de ‘texto’ quando se tratar de unidades verbais pertencentes a um gênero de discurso”.

Configura-se, assim, o texto como uma unidade em que se materializa o discurso e a cristalização das suas múltiplas vozes. Para Maingueneau, o texto se manifesta como a materialização do discurso: “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (2013, p. 85). Desse modo é que é possível proceder à apreensão de um dado enunciado, visto

como uma unidade linguística de significação, a qual estabelece para o analista de discurso o ponto de partida com vistas a explicitar a discursividade.

Já a enunciação se trata de um dispositivo constitutivo da construção de sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem (MAINGUENEAU, 1997). A AD, ao adotar o conceito de prática discursiva, passa a levar em conta um quadro de interação completa. Ademais, faz-se necessário também compreender as noções de discurso e as das disciplinas do discurso.

Maingueneau (2015, p. 23) refere-se à instabilidade da AD como intrínseca à instabilidade do conceito de discurso. Discute como a noção de discurso foi constituída em diferentes áreas de estudo, com vistas a estruturar o campo dos estudos do discurso como um campo próprio. Assim, visando à produção de uma noção de discurso mais efetiva no tangente aos estudos do discurso, enfoca tal noção tanto dentro quanto fora da Linguística.

No âmbito da Linguística, segundo Maingueneau, o uso da expressão discurso é construída nas oposições entre “discurso e frase”, “discurso e língua” e “discurso e texto”. A partir dessas oposições, o discurso seria uma unidade particular carregada de sentido e aparelhada por recursos linguísticos.

Para além da abordagem linguística, as dimensões do discurso implicam uma abordagem de perspectiva ampliada. Com vistas a mobilizar uma reflexão mais complexa da definição de discurso, com pressupostos bem definidos, Maingueneau (2013, p. 58)<sup>72</sup> assevera que a noção de discurso se trata do “sintoma de uma modificação em nossa maneira de conceber a linguagem”, noção essa, sobretudo, influenciada pela guinada da Pragmática, que passa a configurar as diferenças entre as concepções anteriores, fixadas nas categorias de autor, leitor, tempo e espaço onde se deram as produções, e categorias propostas de enunciador, coenunciador e contexto sócio-histórico da comunicação verbal, com fulcro no interior do enunciado, pois é nele que se dá a apreensão do discurso.

Posteriormente, Maingueneau (2015, pp. 25-29), para especificar determinados aspectos do discurso, “suas características essenciais”, visando a explicitar melhor o conjunto daquilo que é denominado pelo autor como “ideias-força”, dispõe que o discurso é uma organização além da frase: dito de outro modo, o

---

<sup>72</sup> A obra *Análise de textos de comunicação* foi publicada na França, em 1998, e traduzida no Brasil, em 2001. O autor fez uma nova publicação da obra, em 2007, acrescentando, dessa vez, três capítulos, cuja tradução brasileira foi editada em 2013.

discurso é transfrástico, de forma a mobilizar estruturas de outra ordem, além daquelas da própria frase. Enquanto unidades transfrásticas, os discursos estão submetidos às regras em voga no tocante à sua organização aceita em determinada comunidade: regras de estruturação de uma narrativa, de uma descrição, de uma dissertação ou da estruturação, por exemplo, do editorial de um jornal.

Também, segundo Maingueneau (2015), o discurso é uma forma de ação, em que a fala é uma maneira de atuar sobre o outro e não tão somente um modo de representar o mundo: configura-se a enunciação um ato com vistas a transformar uma situação. A partir da integração desses atos iniciais a um determinado gênero, pode-se alcançar uma alteração nos coenunciadores. Nesse sentido, o autor afirma que o discurso é interativo: o *eu* e o *tu* da atividade verbal interagem, de forma que uma enunciação percorra por um único e singular caminho até o coenunciador. Ou seja, a enunciação é uma troca que supõe sempre a presença de outra instância de enunciação; ambos enunciam e silenciam, a cada turno de fala, na construção dos enunciados de um dado discurso, o qual adquire sentido na interatividade e se constitui na heterogeneidade, o que significa dizer que interagem em relação de aliança ou de confronto;

Ao partirmos da afirmação de que o discurso se estrutura na atividade social, por óbvio, não podemos falar de um discurso fora do seu contexto. Assim, o discurso é contextualizado, pois somente é possível atribuir sentido a um enunciado em face de seu contexto: “o discurso contribui para definir seu contexto e pode modificá-lo durante a enunciação” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 172).

De uma perspectiva discursiva, o discurso só é discurso quando remete a um eu, colocado como fonte de referências pessoais, temporais e espaciais, além de figurar como fiador de sua verdade enunciada. Nesse sentido, conforme Maingueneau (2015), o discurso é assumido por um sujeito. Para a AD, entretanto, o sujeito não é considerado o ponto de origem de sua fala, em face de sua subordinação ao dispositivo de comunicação do qual provém essa fala;

Em face de um trabalho de legitimação que não se separa do exercício da palavra, Maingueneau (2015) aponta que o discurso é regido por normas: as “leis do discurso” regem a atividade verbal inscrita na atividade da fala, as quais, em cada ato de linguagem, são aplicadas, de forma que nenhum ato de enunciação se estrutura sem justificar seu direito a explicitar-se do modo como se apresenta.

Para Maingueneau (2015), o discurso é assumido no bojo de um interdiscurso: conforme esse postulado, a construção de sentido dá-se somente no interior dos demais discursos. A interpretação de todo e qualquer enunciado implica sua necessária relação com os infinitos discursos correlacionados em forma de comentários, paródias, citações etc. O fato de um discurso ser relacionado como pertencente a determinado gênero, em face das infinitas correlações discursivas possíveis, já se configura uma atividade interdiscursiva.

Outro aspecto destacado por Maingueneau (2015) é o de que o discurso constrói socialmente o sentido. E a construção do sentido aqui tanto é vista tanto no processo de interação oral entre duas pessoas quanto nas produções focadas em um público mais amplo. Para a AD, não se trata de um sentido imanente ao enunciado, mas, antes, de um sentido continuamente construído e reelaborado nas práticas sociais. Construção, portanto, de indivíduos no interior de vários níveis de configurações sociais.

O discurso, assim, configura-se como um complexo conjunto de enunciações que leva em conta não somente os elementos linguísticos, mas engloba as inter-relações existentes entre o sujeito, individual e coletivo, a atuação desse sujeito na sociedade que pulsa a sua volta e, ainda, a ideologia que o mobiliza; elementos, pois, denominados extralinguísticos, de modo a estruturar, nesse sujeito, o seu posicionamento.

Nesse sentido, a AD busca no objeto investigado o funcionamento discursivo, levando-se em conta que o sentido nunca é dado *a priori*, mas, antes, ele é construído por meio das marcas linguísticas históricas, materializadas no texto, nos seus incontáveis suportes, em consonância com as estritas condições sócio-históricoculturais de produção. Desse modo, para além das marcas linguísticas, a AD possibilita analisar também o sujeito inserido no contexto social, cultural, histórico de produção, passando a valorizar a relação entre o sujeito, a história e a língua no processo de construção dos discursos.

A AD pode, assim, ser considerada uma disciplina de entremeio:

Para dar uma medida da plasticidade do termo “discurso”, convém evitar duas atitudes que poderiam ser qualificadas, uma de “cética”, outra de “terapêutica”. A atitude cética consiste em renunciar a dar a menor consistência semântica à palavra “discurso”, em contentar-se com o registro de seus usos, explicando-os pelos interesses dos que a utilizam. A atitude terapêutica, por sua vez, acaba por desqualificar

os empregos de “discurso” que não seriam definidos rigorosamente e unívocos (MAINGUENEAU, 2015, p. 30).

Desse modo, para os estudos do discurso, Maingueneau associa, ao mesmo tempo, os estudos da Língua, com todos os recursos semióticos, os da Atividade Comunicacional e os do Conhecimento, levando-nos à convicção de que discurso transcende uma noção comunicativa, na medida em que se impõe ao sujeito e exige a cada interação uma negociação dos sentidos com o discurso, cuja emergência decorre de uma construção social: nem o discurso nem o sujeito são transparentes.

Conforme Maingueneau (1997), a AD incorpora também aos seus estudos a produção discursiva a partir do paradigma institucional, o qual produz uma enunciação subordinada as suas próprias restrições. Ademais, Maingueneau (2015) enfatiza que a especificidade da AD é a de relacionar a estruturação dos textos aos seus lugares sociais, isto é, ao um dado posicionamento em um campo discursivo. Assim, em que pese haver em uma disciplina várias comunidades de pesquisadores focados nas mesmas problemáticas, há de se frisar que o “objeto da análise do discurso não são, então, nem os funcionamentos textuais, nem a situação de comunicação, mas o que os amarra por meio de um dispositivo de enunciação simultaneamente resultante do verbal e do institucional” (MAINGUENEAU, 2015, p. 47). Por isso, a AD se interessa pela globalidade textual, o modo como a discursividade se constitui e como se dão as relações interdiscursivas.

Em nosso *corpus* de análise – editoriais do jornal *Folha de S.Paulo* – o discurso é colocado em relação ao conjunto ilimitado de outros discursos.

### 3.2.1 Topia e atopia

Maingueneau (2007a; 2010), ao refletir acerca das perspectivas da AD na atualidade, sugere limites para essa área de pesquisa, propõe questionamentos e a organização dos estudos discursivos, o deslindamento dos conceitos de formação discursiva, posicionamento, gênero do discurso e, ainda, passa a distinguir as unidades tópicas e as atópicas.

Os discursos tópicos são aqueles definidos dentro das práticas verbais instituídas. Referem-se àqueles gêneros circulantes nos vários segmentos da

atividade social, como o jurídico, o administrativo, o jornalístico etc., com a pretensão de pensar as questões humanas, entretanto o faz tão somente por meio de tópicos parciais. Assim, tais discursos apenas topicalizam os problemas que transitam pela sociedade, tendo em vista sua incapacidade de se autolegitimarem, em face de terem sido edificados com base em outros discursos. Cumpre observar que não é raro encontrarmos o discurso tópico utilizando-se do discurso paratópico<sup>73</sup> como estratégia discursiva para obter do coenunciador a adesão ao posicionamento do enunciador, como no caso do discurso jornalístico, em face de sua cotidiana topicalização dos acontecimentos, em que pese arvorar-se de seu compromisso essencial com a Verdade<sup>74</sup>. Entretanto, esse profissional de mídia sabe que somente obterá a adesão do seu coenunciador ao seu posicionamento se utilizar-se da estratégia de lastrear as suas topicalizações no discurso paratópico, tornando-se o jornalista um referencial, um paradigma da verdade enunciada. Além disso, com essa imagem de porta-voz da verdade construída junto ao seu público, emana também o enunciador no seu público-leitor elementos que irão colaborar para construção do seu *ethos* discursivo, de modo a fortalecer a adesão ao seu posicionamento.

Já os discursos atópicos são aqueles que não se instituem como campo discursivo, todavia se estruturam em uma dada formação discursiva, em que pese sua existência dever-se a uma presença aparentemente invisível, por se tratar de um discurso que desliza entre as frestas dos demais discursos. Aliás, a apreensão dos discursos atópicos somente é possível no garimpo dos discursos tópicos e dos paratópicos.

O discurso atópico gravita em toda a sociedade e, embora seja por ela construído e reiterado, nem mesmo uma única pessoa o legitima. À guisa de exemplificação, nenhum brasileiro escancaradamente se assume racista, pois suas máscaras sociais racistas e seu discurso racista não são vistos como racistas. Assim, o discurso atópico acaba por penetrar nos intervalos, por exemplo, do discurso jornalístico, cabendo ao analista apreender esse discurso racista, utilizando-se, para isso, necessariamente, de um *corpus* heterogêneo.

---

<sup>73</sup> Segundo o autor, os discursos paratópicos são aqueles que estão na dimensão do absoluto e possuem a autonomia de poder dar sentido ao mundo; os discursos tópicos são aqueles que se constituem como campo discursivo e os discursos atópicos são aqueles que não se instituem como campo discursivo. Por se localizarem entre a circulação em sociedade e a dimensão do absoluto, dão sentido à vida. São eles: o discurso religioso, o científico, o filosófico e o literário.

<sup>74</sup> Verdade aqui entendida no paradigma do discurso paratópico da Filosofia, conforme Chauí (2000).

Em nossa análise dos editoriais do jornal *Folha de S.Paulo*, será privilegiada a leitura de um discurso tópico, vinculando-se essa topicalização ao conceito de *ato de violência* (Michaud, 1989). Para operacionalizar o processo de análise, nós nos concentraremos no espaço discursivo que se encontra no interior do campo do discurso jornalístico, em busca dos mecanismos de enunciação dos atos de violência nas manifestações sociais disseminados nos discursos dos editoriais do jornal *Folha de S.Paulo*, para buscarmos apreender alguns dos efeitos de sentido emergentes na imbricação dos planos da *semântica global*.

### 3.3 Do discurso ao interdiscurso

Conforme discorremos, anteriormente, baseado na perspectiva enunciativo-discursiva, adotamos em nossos estudos o primado do interdiscurso, a partir do qual todo enunciador, enquanto sujeito histórico, se constitui por meio da interação com seu Outro, a partir de dadas condições sócio-históricas de produção (MAINGUENEAU, 2008b). Assim, operar com o primado do interdiscurso é adotar o postulado da precedência do interdiscurso sobre o discurso, ou seja, é partir do princípio de que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas, antes, o espaço de trocas construído pela analista de discurso.

Nessa perspectiva, o princípio do primado do interdiscurso implica considerar que os discursos, em termos de gênese, não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, colocados em relação, mas que eles se constituem, de maneira regulada, no interior de um interdiscurso (SOUZA-E-SILVA, 2015, p. 100).

O estudo do interdiscurso, portanto, passa a considerar o Outro como alteridade discursiva, de modo a reconhecer a existência de um espaço de trocas que precede, ao mesmo tempo em que constitui, todo e qualquer discurso.

No percurso até atingirmos a hipótese do primado do interdiscurso, discorreremos sobre alguns dos principais autores que desenvolveram estudos com foco na problemática do caráter dialógico da linguagem. Assim, inicialmente, evidenciamos as contribuições de Bakhtin acerca da natureza discursiva e dialógica da linguagem: “todo enunciado, além do seu objeto, sempre responde (no sentido

amplo da palavra) de uma forma ou de outra aos enunciados do outro que o antecederam” (BAKHTIN, 2003, p. 300). Em seguida, o autor russo, à guisa de exemplificação, enumera: “uma visão de mundo, uma corrente, um ponto de vista, uma opinião sempre têm uma expressão verbalizada. Tudo isso é discurso do outro” (BAKHTIN, 2003, p. 300). O dialogismo postulado pelo teórico russo dá início à sistematização desse conceito que logrou êxito em demonstrar que o discurso não se constrói sobre o Mesmo, mas, antes, elabora-o em vista do Outro.

Eis por que a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros. Em certo sentido, essa experiência pode ser caracterizada como processo de assimilação – mais ou menos criador – das palavras do outro (e não das palavras da língua). Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos. (BAKHTIN, 2016, p. 54).

A partir do desenvolvimento do conceito de dialogismo, Bakhtin, com fulcro no princípio dialógico da linguagem, notadamente, no tangente a estudos de textos literários, o pesquisador russo passa a advogar que a palavra não é monológica, mas, antes, plurivalente. Nesse contexto, propõe o autor russo a presença nas narrativas analisadas de uma simultaneidade de vozes, de modo, porém, a não haver uma preponderância de determinada voz sobre a outra. Essas vozes, por sua vez, são incorporadas no processo discursivo, na medida em que, segundo Bakhtin (2002), a palavra, no exato momento de sua locução, é dirigida a um destinatário, fazendo emergir o processo de interação verbal, cujo fenômeno social aparece como fulcral em sua obra:

[...] qualquer que seja a enunciação considerada [...] é certo que ela, na sua totalidade, é dirigida. [...] A situação dá forma à enunciação [...] A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação. Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2002, pp. 113-114).

Ainda nesse sentido, Bakhtin (2003, p. 319) reitera que “o objeto real é o homem social (inserido na sociedade), que fala e exprime a si mesmo por outros meios”.

Outra atuação relevante sobre essas reflexões é a linguista Authier-Revuz (2004). Influenciada pelos princípios do dialogismo e da polifonia, busca explorar as múltiplas formas de manifestação no discurso presentes nas marcas linguísticas no processo de enunciação dos vários discursos que sempre estão ora em relação de conflito ora em relação de aliança; a linguagem, aqui, configura-se uma arena de lutas. Outrossim, baseado na ideia da heterogeneidade, passamos a reconhecer que a linguagem não é transparente, mas, antes, marcada pela opacidade que implica os mais díspares sentidos, pois já não mais se trata de um discurso fechado em si mesmo, ao contrário, um discurso em perene remissão ao Outro, tanto em relação aos interlocutores quanto aos outros discursos em embate.

Dessa forma, propõe Authier-Revuz: a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada. A linguista assevera a heterogeneidade constitutiva como absolutamente intrínseca à natureza da linguagem. Assim, mesmo que o coenunciador apreenda os outros discursos presentes em uma dada enunciação, trata-se tão somente da presença implícita de uma voz que não deixa marcas visíveis na materialidade linguística. Já na heterogeneidade mostrada tem-se a presença explícita da voz do Outro, que deixa marcas na superfície linguística, seja na forma de citações diretas ou quaisquer outros artifícios de referências.

Quanto ao conceito de sujeito, para Authier-Revuz (2004), em face de um discurso apreendido na atualidade como heterogêneo, há a emergência de um sujeito também heterogêneo, totalmente cindido entre o consciente e o inconsciente: o “sujeito não é uma entidade homogênea, exterior à linguagem, que lhe serviria para ‘traduzir’ em palavras um sentido do qual ele seria a fonte consciente” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 63, grifos da autora). E o discurso desse sujeito o tempo todo se vê em pleno diálogo com o Outro e com os demais discursos. Um sujeito, portanto, atravessado por um discurso – retomando-se a terminologia de Foucault – em dispersão (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69).

A partir das reflexões suscitadas com as pesquisas de Authier-Revuz, as concepções de heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada reverberam na problemática da interdiscursividade.

Para iniciarmos as discussões acerca do interdiscurso, trazemos inicialmente Courtine (2014), que propõe a sua definição como o exterior específico que domina uma formação discursiva, “seja este exterior a outra formação discursiva, ou um conjunto delas, com a qual, ou com as quais, uma relação específica e relevante se

mantém”. Propõe Courtine, portanto, a análise de “um discurso que se confronta com outro (e não com todos os outros)”.

Em Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 286-287), o interdiscurso é apresentado tanto em sentido restrito – “um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros)” – quanto em sentido amplo: “o conjunto das unidades discursivas (que pertencem a discursos anteriores do mesmo gênero, de discursos contemporâneos de outros gêneros” [...] “em relação explícita ou implícita”. Em seguida, o conceito é ampliado: “interdiscurso pode dizer respeito a unidades discursivas de dimensões muito variáveis: uma definição de dicionário, uma estrofe de um poema, um romance...”. No mesmo verbete, os autores especificam um subitem: o primado do interdiscurso, cuja assertiva “exclui que se coloquem em contraste formações discursivas consideradas independentemente umas das outras. A identidade de um discurso é indissociável de sua emergência e de sua manutenção através do interdiscurso” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 287).

Dessa forma, com base na pressuposição da presença do Outro, postulada pela noção de heterogeneidade, Maingueneau (2008b) incorporará em seus estudos do discurso a presença da heterogeneidade mostrada e constitutiva no discurso, a partir da emergência da noção de interdiscurso. A noção de interdiscurso, conforme Maingueneau (2008b, p.117), insere-se na perspectiva teórica que postula a precedência do Outro sobre o Mesmo. O autor desenvolve, como uma de suas principais hipóteses, o primado do interdiscurso sobre o discurso, além de aventar rever a noção de formação discursiva, e propor a utilização do termo posicionamento. Nesse sentido, Maingueneau destaca que o “interdiscurso tem precedência sobre o discurso” e que “a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 11).

Para Maingueneau, o fato de haver um primado do interdiscurso sobre o discurso preconiza que a unidade a ser analisada é exatamente esse espaço de trocas entre os vários discursos, em busca da apreensão da alteridade nesse interdiscurso, pois justamente não há como se falar em identidade discursiva sem a figura da alteridade.

Nesse sentido, corroboramos em nossa pesquisa com os postulados de Maingueneau, para quem a interdiscursividade é constitutiva de todo discurso, isto é,

todo discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos. Mais: para a AD, o discurso somente adquire sentido no universo de outros discursos. Desse modo, “o discurso deve ser considerado no bojo de um interdiscurso” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 22).

Para operacionalizar a imprecisão inicial do conceito de interdiscurso, Maingueneau (2008b) apresenta a tripartição dessa noção em universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

Universo discursivo é o conjunto heterogêneo que abarca, de um todo finito, as formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada. Ainda que impossível de serem apreendidas globalmente, todas elas configuram os limites dos campos. Em face de a noção de universo discursivo ser apenas uma fase inicial na delimitação do *corpus* da pesquisa, é imperativo que o analista se detenha, logo em seguida, em especificar o campo discursivo (e também o espaço discursivo).

Entende-se por universo discursivo o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que existem, ou melhor, interagem em uma conjuntura. Este conjunto é necessariamente finito, mas irrepresentável, jamais concebível em sua totalidade pela AD. Quando tal noção é utilizada, é essencialmente para aí recortar os campos discursivos (MAINGUENEAU, 1997, p. 116, destaques do autor).

Campo discursivo é o conjunto de formações discursivas em concorrência que se delimitam numa região do universo discursivo, ou seja, formações discursivas de determinado universo discursivo, que se encontram em concordância, dissonância ou em aparente neutralidade. Tendo em vista o discurso constituir-se no interior de um campo discursivo, no qual circulam os gêneros do discurso, como o discurso jornalístico. Ao investigar os discursos, cada analista especificará o campo, em conformidade com os objetivos pretendidos em sua pesquisa.

O campo discursivo é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região. O recorte de tais campos deve decorrer de hipóteses explícitas e não de uma partição espontânea do universo discursivo (MAINGUENEAU, 1997, p. 116-117, grifos do autor).

Espaço discursivo é o subconjunto do campo discursivo que liga ao menos duas formações discursivas importantes e correlacionadas, as quais serão selecionadas pelo analista, com base no conhecimento desses textos e no seu saber

histórico, para o seu propósito de análise, visando a confirmar ou não suas hipóteses de pesquisa.

O espaço discursivo, enfim, delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados. Este é, pois, definido a partir de uma decisão do analista, em função de seus objetivos de pesquisa. Não é por simples comodidade que determinados subconjuntos são recortados (porque seria difícil apreender um campo discursivo em sua totalidade), mas também e sobretudo porque uma formação discursiva dada não se opõe de forma semelhante a todas as outras que partilham seu campo: certas oposições são fundamentais, outras não desempenham diretamente um papel essencial na constituição e preservação da formação discursiva considerada (MAINGUENEAU, 1997, p. 117, grifos do autor).

A análise do espaço discursivo implica, portanto, a apreensão da interdiscursividade que se dá entre as formações discursivas e suas inter-relações, a partir da qual inferimos que os discursos, desde a sua concepção, já emergem imbricados numa relação interdiscursiva. Assim, a hipótese do primado do interdiscurso implica o estudo da presença do Outro<sup>75</sup>, que se dá por meio da heterogeneidade enunciativa, da qual nasce a identidade discursiva. No espaço discursivo,

[...] o Outro não é nem um fragmento localizável, nem uma entidade exterior; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. Ele é aquele que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite encerrar-se em um todo. É aquela parte do sentido que foi necessário o discurso sacrificar para constituir a própria identidade (MAINGUENEAU, 2008b, p. 36-37).

Na AD, a tríade universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo possibilita a apreensão da materialidade discursiva do “espaço de trocas”. Como vimos, os conceitos de dialogismo, polifonia e interdiscurso, vêm sendo retomados e ampliados em seus fundamentos. Possenti (2009, p. 153) assevera que, sob “diversos nomes – polifonia, dialogismo, heterogeneidade, intertextualidade, cada um

---

<sup>75</sup> Em *Gênese dos discursos*, Maingueneau (2008b, p. 36, nota de rodapé) esclarece: “Entende-se que esse ‘Outro’, com maiúscula, não coincide com seu homônimo lacaniano. Empregamos esse termo por não encontrarmos outro melhor”.

implicando algum viés específico [...]”, tratamos de similaridades e especificidades em constante evolução no decorrer da história dos estudos linguísticos.

### 3.4 As hipóteses de Maingueneau

Em Maingueneau (2008b)<sup>76</sup> o autor formula sete hipóteses para que o dispositivo enunciativo-discursivo da AD seja apreendido. Antes da opção pela categoria da semântica global, nós nos debruçamos sobre o estudo das sete hipóteses aventadas por Maingueneau (2008b), com o objetivo de uma compreensão ampla sobre as possibilidades de análise de nosso *corpus*.

Na análise do *corpus* da pesquisa será privilegiada a terceira hipótese, que trata do discurso a partir de um sistema de restrições/coerções globais – a perspectiva da AD como uma disciplina que considera o caráter global da prática discursiva em suas múltiplas dimensões. Dessa forma, consideramos que as múltiplas dimensões são o cerne do discurso, de modo que uma formação discursiva<sup>77</sup> só pode ser apreendida por meio de uma Semântica Global que sustente essa multiplicidade de dimensões.

Ao final da introdução (Maingueneau, 2008b, pp. 23-24), o autor pondera que essas diversas hipóteses buscam articular várias instâncias na contramão da tendência de fragmentação advogada por alguns pesquisadores. Sintetiza acerca de suas hipóteses que:

[...] não é indispensável multiplicar as linhas de ruptura para pensar a discursividade, e que se pode pensar um sistema de articulações sem anular a identidade de cada instância.

Isso fica particularmente nítido para a **primeira hipótese**, que recupera, aliás, uma ligação com as preocupações de alguns formalistas russos. Isto não é menos claro em relação à **segunda**, que se esforça, pelo viés de um mecanismo de tradução, por não tornar os discursos apenas espaços insulares, cujas relações “internas” definiriam sozinhas uma ordem semântica. A **terceira hipótese** não visa senão interpretar as diversas dimensões da textualidade discursiva, ao passo que a **quarta** quer articular essa estrutura com

<sup>76</sup> Embora a tradução pela Criar Edições tenha vindo a público em 2005, nosso trabalho está baseado na edição de 2008, publicada pela Parábola Editorial. A obra original foi publicada na França, em 1984.

<sup>77</sup> Maingueneau (2008b, p. 20, nota) esclarece a proveniência do termo formação discursiva: oriundo de M. Foucault e, em seguida, redefinido por M. Pêcheux.

os enunciadores que são seu correlato. Quanto às **três últimas**, elas participam da mesma orientação dado que **uma** relaciona discurso e instituição e as **outras duas** estabelecem relações sistemáticas entre campos *a priori* heterogêneos (grifos nossos).

A primeira hipótese – primado do interdiscurso – preconiza precedência do interdiscurso sobre o discurso. Segundo o autor, afirmar a precedência do interdiscurso “significa propor que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 20).

Eis o princípio dos princípios, pois os diversos discursos circulantes são formados em um espaço de regularidades, o que significa dizer que seria “a relação interdiscursiva que estruturaria a identidade” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 21). Essa afirmação, como já vimos, leva-nos à conclusão de que os discursos não se formam sozinhos, de forma independente e, exatamente por isso, Maingueneau passa a considerar o interdiscurso como a unidade de análise pertinente, priorizando a ideia de que um discurso está sempre em relação com outros discursos.

Desse modo, a noção de interdiscurso da AD, para além da perspectiva do dialogismo de Bakhtin e da heterogeneidade enunciativa de Authier-Revuz, Maingueneau propõe uma abordagem em quadro teórico-metodológico mais preciso. Entre a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada somente esta última é acessível aos aparelhos linguísticos. Já na heterogeneidade constitutiva, as marcas do Outro estão amalgamadas na materialidade do discurso, não pode ser apreendida apenas por uma abordagem linguística. Assim, a hipótese do primado do interdiscurso inscreve-se na hipótese da heterogeneidade discursiva, que “amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu outro” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 31).

Para sua melhor compreensão, Maingueneau procederá ao desdobramento da noção de interdiscurso na tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Essa tríade será detalhada no item 3.5.

A segunda hipótese de Maingueneau é a de uma “competência discursiva”, a qual, por sua vez, decorre do interdiscurso. A competência discursiva refere-se a um campo anônimo, cuja configuração define o lugar possível dos sujeitos falantes, de modo a evidenciar-se que o discurso está articulado à capacidade dos sujeitos de

interpretar e produzir enunciados que decorrem desse discurso. Ademais, no viés teórico adotado por Maingueneau, tal competência não está desvinculada da história, tampouco daquilo que é efetivamente enunciado; ela opera em torno de um sistema de regras que possibilita aos sujeitos identificar enunciados não compatíveis com o sistema de restrições de um determinado posicionamento.

Maingueneau propõe que essa interação semântica entre os discursos se dá por um processo de interincompreensão regrada, ou seja, no trabalho de tradução do discurso do Outro ocorrem transformações desse discurso em face do embate entre as formações discursivas. Como resultado, tem-se a apreensão do discurso do Outro, agora transformado pelo sistema de coerções/restrições semânticas, de modo a restar nesse discurso “traduzido” não mais que o seu simulacro; outrossim, o simulacro define seu modo de coexistência com outros discursos, postula Maingueneau.

Com base em seu posicionamento teórico-metodológico, Maingueneau (2008b, pp. 48-49) pondera que, ainda que inspirada na concepção de Chomsky de competência linguística – conhecimento intuitivo que um locutor nativo tem de sua língua e capacidade de produzir e interpretar um número infinito de sentenças gramaticais inéditas – a competência discursiva não se apoia nesses mesmos pressupostos, vez que o modelo proposto por Maingueneau visa a dar conta daquilo que foi enunciado, com vistas a levar em conta o componente histórico. Ou seja, a competência discursiva se relaciona a um dado campo em que enunciam os sujeitos.

É nesse quadro teórico-metodológico que Maingueneau amplia a discussão, ao afirmar que a heterogeneidade tem lugar privilegiado na competência discursiva:

[...] porque ela constitui um sistema interdiscursivo que supõe a presença constante do Outro no coração do discurso. Mas também porque, como acaba de ver, ela nos dá os meios para atribuir um estatuto de pleno direito à heterogeneidade: entre os enunciadores que pertencem a mesma formação discursiva, entre os textos de um mesmo enunciador, e mesmo entre diversas partes de um mesmo texto. O fato de dispor desses sistemas de restrições permite justamente ler heterogeneidade lá onde só se percebia um imenso campo em que se embaralhavam em todos os sentidos o mesmo e o Outro (MAINGUENEAU, 2008b, p. 58, grifos do autor).

O autor passa, então, a enfatizar que, no domínio de cada sistema, constituem-se tanto restrições históricas como restrições semânticas, por

consequente, a estrutura do conteúdo da competência discursiva e suas categorias semânticas são historicamente determinadas.

Enveredamos por uma reflexão acerca do sujeito empírico, o qual, ao longo de sua trajetória, pode se inscrever em diferentes competências discursivas. Para Maingueneau, os enunciadores produzem enunciados de diferentes discursos porque, embora os sujeitos não sejam livres na escolha dos discursos, eles dominam o sistema de regras desses discursos, e alteram os seus discursos. A comunidade de enunciadores, portanto, não preexiste ao discurso. Desse modo, a simplicidade da regra da competência discursiva baseia-se em uma proporcionalidade: “os sujeitos estão tanto menos presos a um paradigma quanto mais o acesso a um novo paradigma é formalmente fácil” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 53).

Em face de o ponto de partida para essa reflexão ser o primado do interdiscurso, Maingueneau postula que essa segunda hipótese deve ser pensada como competência interdiscursiva, de forma a supor, no quadro do espaço discursivo:

- a aptidão para reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados da ou das formação(ões) do espaço discursivo que constitui(em) seu Outro;
- a aptidão de interpretar, de traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 55).

Na análise do interdiscurso, para além do universo discursivo e do campo discurso, conforme Maingueneau, é o espaço discursivo que constitui a unidade pertinente, ainda que não seja exatamente fácil encontrar espaços discursivos constituídos pelos mesmos sistemas de restrições.

Mas esse não é o ponto essencial; o que deve ser individualizado, com efeito, é o discurso, e não o próprio sistema de restrições. O discurso resulta do relacionamento desse sistema com alguns códigos no interior de uma conjuntura histórica, e é isso que o individualiza. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 72).

Desse modo, dispor de um sistema de restrições possibilita fixar os limites da heterogeneidade em um campo em que o Mesmo e o Outro parecem indiscerníveis, uma vez que é em função de seu sistema de restrições que um discurso organiza todas as suas relações com outros discursos com os quais é posto em relação no espaço discursivo.

Outrossim, como a competência é uma noção discursiva e não de crença, ou seja, ainda que, por vezes, creia o sujeito empírico na homogeneidade de suas produções, podemos, pelo procedimento da análise semântica, interpretar que também esse sujeito empírico enuncia do interior de competências diferentes. Assim, a competência discursiva nem sempre é homogênea e unificada, pois nela interferem inúmeros fatores de heterogeneidade.

Enfim, a competência discursiva é a hipótese segundo a qual o sistema de restrições deve ser concebido como um modelo interdiscursivo, em que o enunciador produz e interpreta enunciados advindos de sua própria formação discursiva. Deter competência interdiscursiva é ter capacidade de construir o simulacro do discurso do Outro, baseado nas categorias de seu próprio sistema de coerções. Assim, na defesa da heterogeneidade que marca o interior de todo discurso, inscreve-se a competência do falante, sempre dependente das condições sócio-histórico-culturais de produção.

A terceira hipótese de Maingueneau também decorre do interdiscurso: “para dar conta desse interdiscurso, propomos que existe um sistema de restrições semânticas globais (MAINGUENEAU, 2008b, p. 22). Por ser essa terceira hipótese a categoria de análise selecionada para analisar o *corpus*, discorreremos sobre a Semântica Global no item 3.5.

A quarta hipótese formulada por Maingueneau – a polêmica como interincompreensão – refere-se ao caráter constitutivo da relação interdiscursiva, a qual faz com que a interação semântica entre os discursos seja apreendida como um processo de tradução, ou seja, de interincompreensão regrada por normas. Conforme o autor, “esse sistema de restrições deve ser concebido como um modelo de competência interdiscursiva” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 22).

A interincompreensão dos discursos não se dá no desenvolvimento dos mal-entendidos languageiros cotidianos, mas, antes, trata-se de “um mecanismo ligado à constituição das formações discursivas que remetem, para além dela mesma, a descontinuidades sócio-históricas irreduzíveis” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 101).

Maingueneau, a partir da relação estabelecida entre um discurso e seu Outro, propõe um duplo conceito para o embate polêmico: o discurso-agente (tradutor) e o discurso paciente (traduzido). Não se trata essa tradução, porém, de uma mera transposição interlinguística, quando se procede à versão de um para outro idioma, mas, antes, de regras de passagem de uma interpretação a outra, sem implicar prejuízo do significante linguístico. Trata-se, portanto, da questão da tradução

polêmica entre um discurso e seu Outro: “cada um entende os enunciados do Outro na sua própria língua, embora no interior do mesmo idioma”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 100). E o próprio autor exemplifica: “para um discurso marxista-leninista ortodoxo, qualquer discurso que se desenvolva sobre outras bases que não as suas é relacionado, em última instância, a uma das formas de heresia que os fundadores repertoriaram desde a origem” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 105).

Nesse sentido, a polêmica faz parte da identidade do discurso como uma condição necessária, na medida em que cada uma das formações discursivas do espaço discursivo traduz como “negativas” as unidades de sentido construídas por seu Outro, pois é também por essa rejeição que cada uma define sua própria identidade. A polêmica, pois, é constitutiva no próprio discurso e os discursos são incompatíveis globalmente, além de expor um aspecto do funcionamento da formação discursiva. De fato, “cada formação discursiva tem uma maneira própria de interpretar seu Outro” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 104). Ainda, o autor frisa que, enquanto há discursos que só podem funcionar reivindicando o monopólio da legitimidade – o político, por exemplo –, há outros em que o sentido exige a pluralidade dos discursos, como ocorre com o discurso jornalístico, sobretudo, no nosso caso, quando tematiza os atos de violência nas manifestações sociais, vez que se trata de um discurso atravessado por vários discursos circulantes na sociedade sobre a bandeira da “tarifa zero” defendida pelo Movimento Passe Livre.

No paradigma interdiscursivo engendrado por Maingueneau, o espaço discursivo delinea-se a partir de uma rede de interação semântica, que, por sua vez, tece um processo de interincompreensão entre as diversas posições enunciativas. E as enunciações são produzidas em conformidade com as regras da rede semântica: um discurso é constituído e preserva sua identidade no espaço discursivo: “o discurso não escapa à polêmica tanto quanto não escapa à interdiscursividade para se constituir” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 117).

Assim, no quadro enunciativo desse modelo, o desentendimento é constitutivo e recíproco, com um discurso lidando com o Outro não como tal, mas com o simulacro que dele constrói. Os discursos de cada “lado” se materializam movendo um conjunto de semas – unidade mínima de significação – positivos e negativos. A posição discursiva se associa a um dispositivo que a leva a interpretar os enunciados de seu Outro pelas categorias de semas negativos dentro de seu próprio sistema. O embate, por exemplo, entre os discursos da extrema direita e o da extrema esquerda, no Brasil:

assim, teríamos um discurso de direita mobilizando semas positivos e negativos da esquerda; os semas negativos fazem parte do enunciado do Outro – como discurso de esquerda. Assim, o discurso de direita interpreta o de esquerda pelas categorias negativas, sempre negando esse discurso. Como visto acima, Maingueneau propõe distinguir essas duas dimensões: discurso-agente para aquele discurso que traduz e discurso-paciente para aquele discurso que é traduzido.

Ao ampliar os limites da discursividade, Maingueneau permite descrever/interpretar o funcionamento de práticas discursivas em toda a sua dimensão. Essa noção rompe com a teoria da significação arraigada nos signos ou nas sentenças, uma vez que não há mais lugar para o “uso nefasto da distinção entre ‘profundeza’ e ‘superfície’ dos textos” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 18).

Na concepção de uma semântica global, torna-se fundamental a noção de polêmica para a sobrevivência do discurso. Maingueneau (2008b, pp. 113-114) destaca que:

[...] a polêmica é necessária porque sem essa relação com o Outro, sem essa falta que torna possível sua própria completude, a identidade dos discursos correria o risco de desfazer-se. É inegável, mas a essa se junta uma outra razão, a saber, a necessidade de mascarar a invulnerabilidade do discurso. Por definição, o discurso responde a tudo e não pode ser apanhado em erro [...] O discurso não tem razão a não ser na medida em que crê que pode ser ameaçado, isto é, que é de fato o Outro que ele destrói, e não seu simulacro. Cada refutação bem sucedida é uma vitória do verdadeiro sobre o falso e esse combate ritual legitima e conforta a crença.

Em outras palavras, o sistema de coerções/restrições engendrado por Maingueneau (2008b) propõe critérios do que seja ou não passível de ser enunciado a partir de determinado posicionamento. Assim, com base nesse sistema de coerções, o discurso estrutura as relações de interincompreensão com os discursos com os quais é posto em relação. Em face de essa relação com o Outro ser constitutiva, cada formação discursiva interpreta seu Outro, de modo a evidenciar uma similaridade entre a manutenção da própria identidade e a definição daquilo que o Outro pode assumir: “não existe relação polêmica ‘em si’: a relação com o Outro é função da relação consigo mesmo” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 104), ou seja, entre discursos aparentemente opostos não existe relação polêmica, esta é apenas uma forma do funcionamento interdiscursivo.

Na quinta hipótese, o discurso é apreendido como uma prática discursiva<sup>78</sup>, de modo a superar o pressuposto pelas categorias gramaticais e, ainda, a priorizar a relação entre os modos de produção e os de consumo desses textos: “o discurso não deve ser pensado somente como um conjunto de textos, mas como uma prática discursiva” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 22) .

Maingueneau, nas hipóteses anteriores, propôs que os discursos se desdobram em um espaço institucional neutro e estável. A passagem de um discurso a outro seria, então, complementada por uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que engendram esses discursos. Uma vez que esse espaço considerado neutro atuaria como um mediador transparente, não intervindo na discursividade em um espaço estável, não variaria de um discurso a outro. Ademais, para o autor, o discurso não pode ser pensado como um conjunto de textos, uma vez que deve ser pensado como uma prática discursiva. Cada prática discursiva seleciona, de acordo com sua semântica global, os modos e os espaços de circulação dos discursos. Isso significa pensar as condições de exercício da função enunciativa, encontráveis nas práticas cotidianas, as quais constituem as condições históricas para os acontecimentos e os discursos existirem. O autor, então, vai procurar articular discurso e instituição (comunidade discursiva) por meio de um sistema de restrições comuns. Com base em uma semântica global, o que interessa à AD é a possibilidade de articulação entre o discurso e a instituição. Essa articulação se comprova nos quadros de alteração que não se limitam à dominação discursiva, pois têm extensão nos espaços institucionais e “no conjunto de uma população de enunciadores” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 127).

Maingueneau (2008b, pp.121-128) discute o papel da instituição no discurso e assevera que as mudanças de um outro discurso implicam não só alteração de estrutura, mas também dos grupos que a gerem. Segundo o autor, instituição e discurso estruturam-se simultaneamente em uma imbricada relação e se relacionam por meio de um laço semântico, ou seja, por meio de um sistema comum de restrições semânticas que se pode perceber em *corpora* diferentes. A relação entre semântica do discurso e instituições não é um simples suporte para enunciações exteriores, mas estas são tomadas pela mesma dinâmica em que as instituições são tomadas. “A organização dos homens aparece como um discurso em ato, enquanto o discurso se

---

<sup>78</sup> Maingueneau (2008b, p. 22, nota) esclarece a proveniência do termo *prática discursiva*: oriundo de M. Foucault, *Arqueologia do Saber*.

desenvolve sobre as próprias categorias que estruturam essa organização” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 128).

O discurso, assim, por uma espécie de filtro, define o que é necessário para poder enunciar, fenômeno denominado por Maingueneau vocação enunciativa que, a qual submete-se às condições da formação discursiva para a inscrição de um sujeito. Logo, trata-se, de certo modo, de um ajuste voluntário dos sujeitos às condições postuladas, “com a autocensura levando aqueles que não têm as qualificações exigidas ou a possibilidade (por qualquer razão) de dotar-se delas a se excluírem” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 130). Nesse sentido, a vocação enunciativa consiste, de acordo com Maingueneau (2008b, p. 133), na conformidade entre “as práticas individuais de autor e as representações coletivas nas quais ele se reconhece e que comunidades verão encarnadas nele”.

Há, além disso, o que Maingueneau (2008b, p. 132) chama de ritos genéticos “o conjunto de atos realizados por um sujeito em vista de produzir um enunciado”. Essa noção inclui toda materialidade discursiva [texto, gêneros] e também o comportamento dos sujeitos [corpo]. O autor cita o exemplo do discurso literário, que, inicialmente, trata-se de uma produção individual, desvinculada de instituições. Por evidente, sabemos que o produtor de uma obra literária, em geral, encontra-se submetido às condições sócio-histórico-culturais em que se situa, em dada sociedade e tempo cronológico específico.

Portanto, a discursividade não é uma forma de sucessão; não há um ambiente do discurso exterior ao próprio discurso. Para Maingueneau (2008b, p. 127) amplia-se a problemática dos limites do fechamento discursivo, admitindo-se como objeto, portanto, não mais o discurso, mas a prática discursiva. Logo, o autor não mais restringe a noção de discurso à textualidade, modificando-a de forma a “fazer aparecer uma imbricação semântica irreduzível entre aspectos textuais e não textuais” (2008b, p. 136), ou seja, Maingueneau remodela a noção de discurso, a qual passa a operar como “um sistema de relações que para um discurso dado regula as localizações institucionais das diversas posições que o sujeito da enunciação pode ocupar” (MAINGUENEAU, 2008b, p.136). Na análise dessas relações, esclarece o autor que as:

[...] reflexões sobre a relação semântica do discurso e instituição nos conduzem, pois, a tomar distância em relação à idéia segundo a qual seria um simples ‘suporte’ para as enunciações que seriam

fundamentalmente exteriores a ela. Ao contrário, parece muito claro que essas enunciações são parte da mesma dinâmica semântica que a instituição. Não se poderia, pois, fazer funcionar aqui o esquema de tipo 'infraestrutural', sendo a instituição causa e o discurso reflexo ilusório. A organização dos homens aparece como um discurso em ato, enquanto que o discurso se desenvolve sobre as próprias categorias que estruturam essa organização (MAINGUENEAU, 2008b, p. 128).

Assim, passamos a pensar a discursividade como uma mesma rede operada em torno de “uma semântica global fundamentalmente dialógica” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 135), conceito ao qual passa a recorrer em face da necessidade de apreender uma formação discursiva como intrínseca às comunidades discursivas que a produzem.

A sexta hipótese considera a prática discursiva como uma prática intersemiótica: “a prática discursiva não define apenas a unidade de um conjunto de enunciados; ela pode também ser considerada como uma prática intersemiótica” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 23). É apresentado o modelo de formação discursiva como sistema de restrições “que recai sobre a organização de sentido e não como uma gramática destinada a gerar enunciados” (p. 137). Assim, o autor trata das produções de ordem não linguísticas no quadro dos domínios semióticos. E, para que não se embaralhem as terminologias, Maingueneau (2008b, p. 139) desperta a atenção para o fato de que irá “chamar de ‘textos’ os diversos tipos de produções semióticas que pertencem a uma prática discursiva” e utilizará “o termo ‘enunciado’ quando se tratar de textos em sentido estrito, isto é, de produções linguísticas”.

A partir da correspondência intersemiótica emerge a produção de discursividade na integração dos vários domínios semióticos (música, arte, arquitetura). Tal correspondência intersemiótica se realiza de modo intuitivo, porém Maingueneau (2008b, p.138) diz que “o pertencimento a uma mesma prática discursiva de objetos derivados de domínios semióticos diferentes exprime-se em termos de conformidade a um mesmo sistema de restrições semânticas”. Para além de encarar uma questão tipológica de abordagem intuitiva, trata-se de desconsiderar uma abordagem isolada em que cada domínio se revelaria fechado em si mesmo. Dessa forma, em contrariedade a essa abordagem intuitiva, Maingueneau (2008b, p. 139) insiste que se faz necessário “um desvio pela abstração e um confronto global

dos termos postos em relação; contra a abordagem insular, convém definir unidades mais amplas”.

Assim, Maingueneau (2008b, p. 138) defende que as produções intersemióticas pertencentes a uma mesma prática discursiva emergem de conformidade com um mesmo sistema de coerções semânticas, ou seja, textos pertencentes a domínios semióticos diferentes têm sua coexistência restrita por uma dada formação discursiva. Em seguida, adverte-nos Maingueneau:

A coexistência de textos que pertencem a domínios semióticos diferentes não é, entretanto, livre no interior de uma formação discursiva determinada. Não é qualquer domínio que pode figurar com qualquer outro, e essas restrições são função, ao mesmo tempo, do gênero de práticas discursivas envolvidas e do conteúdo próprio de cada uma (MAINGUENEAU, 2008b, p. 139).

Ademais, as condições sócio-históricas podem ser observadas para revelar as restrições impostas pelo gênero da prática discursiva. Em seu exemplo, Maingueneau ressalta que a prática discursiva devota impulsiona tanto a música quanto a escultura, pintura etc. No que tange às restrições ligadas a um discurso particular, o autor ressalta que as restrições definem associações, preferências, exclusões, marginalizações. Logo, o funcionamento interno de cada prática discursiva não é independente da maneira de definir as relações com outras práticas discursivas.

Os enunciados, os quadros, as peças musicais, a dança estão subjugados por sua prática discursiva a um número específico de circunstâncias pelas quais sua legitimidade é definida. O formato, o tema, as cores se inscrevem na própria condição da prática discursiva. Um quadro, uma arquitetura, uma escultura, por exemplo, ao passo que pertencem a uma prática discursiva, supõem o conjunto potencial daqueles que a ela podem ser associados. Também o modo de existência desses objetos circunscritos a determinadas instituições revela um universo de sentido: aquilo que é dizível em tal discurso.

A competência discursiva engendra mecanismos que possibilitam afirmar ou recusar o pertencimento de um texto à prática discursiva em questão. Ao concluir a sexta hipótese, reitera o autor acerca do postulado de que o sistema de coerções/restrições abrange vários suportes semióticos. Para Maingueneau:

[...] a possibilidade de integrar textos não linguísticos a uma prática discursiva, que até aqui era definida apenas com base em seus

enunciados, supõe que se possa proceder à leitura mais abrangente possível desses textos através do sistema de restrições semânticas. (MAINGUENEAU, 2008b, p.143).

De fato, na atualidade, não há de se distinguir uma prática discursiva de uma prática semiótica, em vista da naturalidade com que os analistas se debruçam sobre os mais diferentes *corpora* sempre se levando em conta a análise das múltiplas semioses.

A última hipótese busca relacionar conjuntos textuais e conjunturas históricas: “o recurso a esses sistemas de restrições não implica de forma alguma uma dissociação entre a prática discursiva e outras séries de seu ambiente sócio-histórico” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 23). Alerta o autor acerca da dificuldade, nessas relações, de inserir o dado externo da ideologia, além de não se dispor de esquema do seu mecanismo de funcionamento nas ciências sociais. Ainda que ele não disponha de uma teoria de conjunto sobre a inclusão do elemento sócio-histórico, busca explicitar a relação entre o funcionamento institucional e o funcionamento discursivo, de forma a enriquecer a análise.

Com isso, Maingueneau (2008b), no último capítulo, procura explorar os discursos abstratos, os quais são caracterizados pelo autor como aquelas produções que se constituem, em princípio, sem ligações com os contextos sócio-histórico-culturais, por conseguinte, discursos vinculados aos campos da Religião, Literatura, Filosofia, além das múltiplas semioses. O autor esclarece que os historiadores, noutro sentido, buscam valorizar textos de valor testemunhal, ou seja, textos considerados em dada época mais significativos para uma dada sociedade.

Para relacionar conjuntos textuais e conjunturas históricas, Maingueneau retoma a terminologia “esquema de correspondência”, a qual fora anteriormente elaborada por Foucault:

Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que pára o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. “Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas series temporais” (FOUCAULT, 2008, p. 83).

Ao retomar Foucault, Maingueneau propõe a superação do dualismo quanto à tipologia dos textos: os discursos denominados “abstratos”, por um lado, e, por outro, os textos privilegiados pelo historiador, em face de sua capacidade de testemunhar uma época. Em vez dessa divisão secular entre o especialista erudito que lida com os textos e o historiador, Maingueneau propõe uma abordagem ampla da discursividade com o seu contexto histórico, com o objetivo de superar a questão que coloca, em um paradigma, os discursos abstratos e, em outro, textos de sócio-historicamente marcados, com vistas a eliminar a dicotomia entre “conjuntos textuais supostamente abertos em relação para as condições de produção e outras cuja estrutura seria demasiadamente complexa e cuja significação seria demasiadamente rica” e “as obras que pertencem a *corpora* prestigiosos de discursos abstratos” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 163). E a proposta do teórico francês para superar esse abismo entre essas visões é a de que uma semântica global busca um modo de articulação entre uma conjuntura histórica e todas as instâncias do discurso.

Para a mais ampla percepção possível dos traços semânticos que interagem nos vários domínios, Maingueneau, ao escrever o último parágrafo do Gênese, propõe que seja estabelecida a relação entre a formação discursiva e as suas condições de produção.

É forçoso definir unidade semântica, separar um interior de um exterior, mas também admitir que esse dentro é de fato um fora. Em dois sentidos: porque, no espaço enunciativo, o Mesmo se constitui no Outro, o fora investindo o dentro, pelo próprio gesto de expulsá-lo; e porque, através de seu sistema de restrições, o discurso se encontra engajado em uma reversibilidade essencial com grupos, instituições, e, igualmente, com outros campos. Não há imagem simples que torne isso visível (MAINGUENEAU, 2008b, p. 178).

### **3.5 A abordagem da semântica global**

Maingueneau (2008b) propõe uma hipótese da semântica global dos discursos para apreensão da interdiscursividade, pois todas as instâncias da discursividade estão submetidas ao mesmo sistema de restrições/coerções semânticas globais. Há, dessa forma, um sistema de restrições/coerções semânticas globais que organiza os elementos de um discurso e que pode ser utilizado de modo

amplo para analisar o interdiscurso. Trata-se de um princípio que objetiva também “ligar, por diferentes vieses, duas problemáticas, a da gênese e a da interdiscursividade, apreendendo de uma só vez o discurso através do interdiscurso” (SOUZA-E-SILVA, 2015, pp. 102-103).

A semântica global, pois, diz respeito a um conjunto de regras que orienta as dimensões do discurso. Nesse sentido, os significados se compõem em diferentes dimensões do discurso, quais sejam: a intertextualidade, o vocabulário, o tema, o estatuto do enunciador e do coenunciador, a *déixis* enunciativa, o modo de enunciação e o modo de coesão, os quais apresentaremos adiante. Cumpre ressaltar que um método “que se funda sobre uma semântica ‘global’ não apreende o discurso privilegiando esse ou aquele dentre seus ‘planos’, mas integrando-os todos ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 75). Desse modo, a condição global dessa “semântica se manifesta no fato de que ela restringe simultaneamente o conjunto de ‘planos’ discursivos: tanto o vocabulário quanto os temas tratados, a intertextualidade ou as instâncias de enunciação” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 22).

Nessa perspectiva, é possível afastar esquemas de análise que acatam as teorias da significação cujo foco esteja voltado aos signos ou às sentenças, já que a semântica global propicia ao analista normas de funcionamento do discurso. Nesse sentido, não pode haver um lugar específico ou privilegiado incorporado ao funcionamento discursivo. Como consequência desse pressuposto, rejeita-se a noção de superfície textual para admitir que “um discurso não tem nenhuma ‘profundeza’, que sua especificidade não se localiza em alguma ‘base’ que seria seu fundamento, mas que se desdobra sobre todas as suas dimensões” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 18).

Por essa hipótese, Maingueneau procura trabalhar com discursos de vários gêneros, de modo a apreender em todos eles as marcas – linguísticas e não linguísticas – com o mesmo grau de relevância. Trata-se, portanto, de apreender o discurso de um ponto de vista inovador: apreensão do discurso pelos planos – intertextualidade, vocabulário, temas, estatuto do enunciador e do coenunciador, *déixis* enunciativa, modo de enunciação e modo de coesão – da Semântica Global. Conforme Maingueneau, esse sistema de restrições/coerções é concebido como um filtro que estabelece critérios – com base em dado posicionamento no campo –, os quais determinam o que é ou não passível de ser enunciado no interior de uma dada

formação discursiva. É por isso que um enunciador é capaz de apreender e internalizar os enunciados pertencentes à sua FD e, a partir de seu lugar de fala, passar a também produzir enunciados em consonância com sua FD. Em outro sentido, a compreensão do enunciado de uma FD antagônica somente se dá por meio a apreensão de um simulacro desse enunciado. Podemos dizer, assim, que essa possibilidade de filtrar um enunciado incompatível com o sistema de restrições de uma dada FD como um enunciado pertencente a uma FD antagônica faz com que o sistema de restrições desenvolva a noção de competência interdiscursiva: do interior de uma FD é possível estabelecer a distinção com relação ao enunciado por outra FD, reconhecendo-se, dessa forma, a incompatibilidade semântica entre os enunciados do eu e do Outro.

Ademais, para Maingueneau, tanto as instituições quanto os discursos devem ser articulados pelo sistema de restrições semânticas comuns, evitando-se, portanto, considerá-los em planos separados, pois, para o autor:

[...] não há, inicialmente, uma instituição, depois uma massa documental, enunciadores, ritos genéticos, uma enunciação, uma difusão e, por fim, um consumo, mas uma mesma rede que rege semanticamente essas diversas instâncias (MAINGUENEAU, 2008b, pp. 135-136).

Ao propor a articulação entre discurso e instituição, Maingueneau passa a conceber o discurso como uma prática discursiva. Entretanto, para além das práticas sociais, Maingueneau assevera que a prática discursiva também deve ser considerada uma prática intersemiótica, de modo a abarcar os enunciados linguísticos às variadas produções semióticas, uma vez que essas múltiplas práticas de uma comunidade discursiva são submetidas às mesmas condições sócio-históricas de produção. Desse modo, ambas as práticas – produção linguística e produção semiótica –, em face de sua submissão ao mesmo conjunto de regras, são proficientes em reconhecer as produções de sua própria FD, bem como apreender a incompatibilidade das produções do seu Outro.

A pesquisa, conforme mencionado anteriormente, com foco na abordagem enunciativo-discursiva da AD, adota a categoria de análise formulada por Maingueneau em *Gênese dos discursos* (2008b): a *semântica global*. Com o objetivo de estabelecer um modelo formal de compreensão do discurso por meio do interdiscurso, o autor estabelece um percurso teórico-metodológico, de modo a

conceber um sistema de restrições/coerções semânticas globais que investe o discurso na multiplicidade de suas dimensões. Um sistema, portanto, capaz de integrar as dimensões discursivas – intertextualidade, vocabulário, tema, estatuto do enunciador e do coenunciador, *déixis* enunciativa, modo de enunciação e modo de coesão. Adverte Maingueneau que essa lista de “planos” do discurso

[...] não é objeto de uma elaboração teórica suficiente para pretender definir um modelo de textualidade. Sua única finalidade é ilustrar a variedade das dimensões abarcadas pela perspectiva de uma semântica global, e nada impede de isolar outras ou de repartir diferentemente as divisões propostas. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 77).

Apesar de Maingueneau propor a flexibilidade dessas instâncias na apreensão da discursividade, ao discorrermos sobre cada um dos planos da semântica global, optamos por manter a sequência proposta pelo autor. Outrossim, por considerarmos que não é possível trabalhar com a perspectiva de que há um lugar privilegiado de constituição de efeitos de sentido, adotamos a hipótese de Maingueneau de que o funcionamento para os planos do discurso obedece a um sistema de restrições semânticas, o qual determina um filtro dos critérios que tornam o discurso pertencente a determinado posicionamento. E, ainda, Maingueneau especifica que se trata de “libertar-nos de uma problemática do signo, ou mesmo da sentença, para apreender o dinamismo da ‘significância’ que domina toda a discursividade: o enunciado, mas também a enunciação, e mesmo além dela” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 22), ou seja, passamos a considerar que toda produção e circulação dos discursos de certa conjuntura estão organizadas em conformidade com os sistemas de restrições semânticas inerentes a cada posicionamento.

Conforme Charaudeau & Maingueneau (2004), trata-se o posicionamento de uma das categorias de base da AD, responsável tanto pela instauração quanto pela conservação de uma identidade daquele que enuncia. Essa identidade enunciativa é definida pelo posicionamento em um determinado campo discursivo:

Esse termo [posicionamento] designa ao mesmo tempo as operações pelas quais a identidade discursiva se instaura e se conserva num campo discursivo, e essa própria identidade. Ambiguidade interessante, pois uma identidade enunciativa não é fechada e cristalizada, ela se conserva por meio do interdiscurso por um trabalho de reconfiguração. O posicionamento não diz respeito apenas aos “conteúdos”, mas às diversas dimensões do discurso: ele se manifesta

também na escolha destes ou daqueles gêneros de discurso, no modo de citar etc. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, pp. 392-393).

Dessa forma, ao adotarmos essa perspectiva de uma análise com base em um sistema de restrições semânticas, procuramos manter nosso foco aos signos ou às sentenças, pois a semântica global propicia ao analista normas de funcionamento do discurso. E com base nesse pressuposto, rejeitamos a noção de superfície textual para, antes, admitirmos que o “discurso não tem nenhuma profundidade, que sua especificidade não se localiza em alguma base que seria seu fundamento, mas que se desdobra sobre todas as suas dimensões” (Maingueneau, 2008b, p. 18). Logo, a adoção dessa noção permite identificar um conjunto de regras que especifica modos de dizer de cada discurso por meio de indícios que a materialidade do discurso permite observar.

Observa-se, assim, que, como os planos da semântica global se estruturam ao mesmo tempo, em conformidade com o mesmo conjunto de regras para a construção dos significados, também os efeitos de sentido podem emergir nas múltiplas dimensões dos discursos. Eis porque a análise dos diferentes planos do discurso não precisa ser realizada em etapas, o que possibilita desde uma variação até uma relação entre os diferentes planos discursivos. Apresentamos, a seguir, os planos da Semântica Global.

O primeiro plano refere-se à intertextualidade, que constitui “tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 77). Ao constituir-se como mais um dos dispositivos que regem os múltiplos planos do discurso, o autor destaca que a intertextualidade é a primeira dimensão a ser observada na apreensão do fenômeno da semântica global, por se tratar de relações intertextuais legitimadas pelo sistema de coerções. Resta, assim sedimentado, que a intertextualidade abrange tipos de relações intertextuais definidas como legítimas pelas coerções semânticas de um determinado campo discursivo.

Enquanto a interdiscursividade é constitutiva, portanto, nem sempre deixa marcas na materialidade linguística, a intertextualidade deixa seus rastros por meio do intertexto – o conjunto de fragmentos efetivamente citados por um discurso. Ressalte-se que a intertextualidade não se afigura como um apanhado de fragmentos com vistas a preencher um sentido do texto. Nela podemos também observar o modo de citação legitimado pela formação discursiva, o tipo ou gênero do discurso do qual

esse texto citado resulta. Nessa perspectiva, podem-se distinguir dois tipos de intertextualidade: a intertextualidade interna e a intertextualidade externa, ambas controladas pelo sistema de restrições.

Maingueneau (2008b, p. 82) denomina intertextualidade interna o trabalho da memória discursiva no interior de determinado campo. O autor exemplifica a partir dos elementos de seu *corpus* em análise: ambos os discursos – jansenismo e humanismo devoto – são católicos, do mesmo campo discursivo (religioso), mas não têm, por exemplo, a mesma concepção da autoridade da Tradição, o que leva cada um deles a citar trechos, autores concordes com a sua competência discursiva. Assim, apesar de ambos os discursos tratarem do mesmo tema, cada um o faz à sua maneira.

Quanto à intertextualidade externa, Maingueneau frisa que alguns discursos conservam certa relação com outros campos, passíveis ou não de serem citados. Essas considerações levam a reflexões teóricas, sobretudo, aquelas acerca da excelsa importância do interdiscurso e da memória discursiva.

No sistema de restrições/coerções globais, outro plano da semântica global apresentado por Maingueneau (2008b, p. 83) é o vocabulário<sup>79</sup>. Para o autor, não faz sentido falar do vocabulário deste ou daquele discurso, como se houvesse um léxico específico, mas, antes, em sentidos distintos atribuídos a um mesmo item lexical por discursos diferentes. O discurso, portanto, se não possui um léxico próprio que lhe é imanente; a palavra, em si, não se constitui uma unidade de análise, restando tão somente o uso polissêmico dessas mesmas unidades lexicais, ou seja, as palavras são empregadas em face de sua virtualidade de sentido na língua.

No processo de enunciação, tanto enunciador quanto coenunciador compartilham o mesmo código, no entanto, o vocábulo pode ser explorado por diferentes discursos, pois é o sistema de coerções que solidifica o estatuto atribuído a cada código. Logo, a palavra, em si mesma, não emerge como uma unidade de análise. “Além de seu estrito valor semântico, as palavras tendem a adquirir o estatuto de ‘signos de pertencimento’” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 81), já que os enunciadores

---

<sup>79</sup> Permutamos no transcorrer do processo de análise o termo vocabulário pela noção de código linguageiro, conforme descrito em Charaudeau & Maingueneau (2004, pp. 97-98) e Maingueneau (2008a, p. 52). Para o autor, em face do posicionamento do enunciador em dado campo discursivo, associam-se nessa noção as acepções de sistema semiótico e de código prescritivo: “o código linguageiro que mobiliza o discurso é, com efeito, aquele através do qual ele pretende que se deva enunciar, o único legítimo junto ao universo de sentido que ele instaura” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 52). Ainda, o conceito de código linguageiro é retomado por Maingueneau em *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 104.

marcam, por meio de termos específicos, um que definirá seu posicionamento no campo discursivo. Logo, para as unidades lexicais o que vale é o estatuto de signos de pertencimento, para além do valor semântico, ou seja, como a palavra em si não constitui uma unidade de análise pertinente, ela pode ser explorada contraditoriamente por diferentes discursos; o que importa, de fato, é quem emprega a palavra e qual o seu posicionamento discursivo.

Determinados itens lexicais podem constituir a chave da interpretação de determinado discurso. Essa relação entre o sistema de coerções de um discurso e a área de significação linguística de determinados termos e explica que, dependendo do posicionamento discursivo, “os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 81).

Os temas do discurso também fazem parte dos planos da semântica global, os quais podem ser compreendidos tanto em uma frase quanto em uma obra inteira. Assim estabelecida, a acepção de tema como sendo aquilo de que trata o discurso, independentemente do nível desse discurso é, portanto, uma concepção entendida em sentido amplo: “aquele de que um discurso trata em qualquer nível que seja” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 81).

Valendo-se de Pêcheux (1975)<sup>80</sup>, Maingueneau (2008b, p. 82) assevera que, no tangente ao tema, o que importa de fato é o seu tratamento semântico:

Uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva<sup>81</sup>.

Destacamos que, para a AD, o tema em si é irrelevante, pois, de forma semelhante ao que ocorre com o vocabulário não há interesse em estudar os temas de um discurso isoladamente nem em estabelecer uma hierarquia entre eles, porque a ação do sistema de coerções semânticas é perceptível em qualquer ponto do texto, ou seja, importa ao analista como o tema se desdobra e recai sobre todos os pontos do discurso. Ainda, à semelhança do vocabulário, a especificidade de um discurso se define não por seus temas, mas por sua formação discursiva, ou seja, é imperativa a

---

<sup>80</sup> Les vérités de la palice. Paris: Maspero, 1975, p. 145.

<sup>81</sup> Ressaltamos que o conteúdo desta citação retiramos da versão brasileira: *Semântica e Discurso*. Trad. Eni P. Orlandi *et al.* 5ª edição. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014c, pp. 147-148.

constituição de seu sentido na relação com as formações discursivas. O que ao analista, de fato, interessa não é o tema, mas o trabalho semântico que lhe é conferido.

Uma observação relevante é a de que mesmo temas relativamente divergentes fazem parte de um mesmo universo, vez que não há de se falar em temas absolutamente originais. De fato, em vista de os vários temas encontrarem-se diluídos em múltiplos outros discursos, será o sistema de restrições semânticas que edificará os temas de modo relativamente divergente, sendo, portanto, contraditório admitir a identidade ou a disjunção total de certo tema.

Em face de o discurso ser definido não somente pelo tema, mas, antes, por seu posicionamento, e, também, em vista da necessidade de dar conta dessa especificidade, Maingueneau propõe que, no espaço discursivo, um discurso integra semanticamente todos os seus temas, o que significa dizer que eles estão todos de acordo com seu sistema de coerções. O autor apresenta os temas subdivididos em dois conjuntos denominados de específicos e impostos. Os específicos são aqueles próprios de um discurso, portanto, sua presença se explica por uma relação semântica privilegiada com o seu sistema de coerções, ao passo que os impostos são obrigados a integrar determinados temas, os quais, por sua vez, são subdivididos em: compatíveis (aqueles que convergem com o sistema de coerções semânticas do discurso relacionados às coerções semânticas do próprio discurso) e incompatíveis (precisam ser integrados, mesmo não sendo compatíveis com as coerções semânticas).

Dentre os planos da semântica global, discorreremos também acerca do estatuto do enunciador e do coenunciador. Conforme a competência discursiva, cada discurso define o estatuto que o enunciador se confere e confere ao coenunciador para legitimação do seu dizer, ou seja, cada discurso, de acordo com a competência (inter)discursiva, define o estatuto que o enunciador deve se conferir e o estatuto que ele confere a seu coenunciador para legitimar seu dizer.

No referente a esse plano, Maingueneau (2008b, p. 91-92) apresenta a questão do estatuto do enunciador e do coenunciador tanto pelo viés institucional – um enunciador ligado à instituição – quanto pelo intertextual, na qual temos um enunciador anônimo que não se atribui a nenhuma inscrição social. Outrossim, o enunciador institucional leva à dimensão intertextual dado que acrescenta certa relação do enunciador e do coenunciador com as várias fontes do saber.

A noção de estatuto do enunciador e do coenunciador está relacionada também à capacidade de tecer correspondências entre múltiplos discursos – depende da competência (inter)discursiva. Nesse processo discursivo, há de se ter em mente, ainda, que enunciador e destinatário, ao enunciarem de determinado lugar, projetam imagens de si nos seus discursos, as quais, por sua vez, legitimam o seu dizer.

Mainueneau (2008b, p. 87), uma vez mais, exemplifica a partir dos estudos dos discursos do jansenismo e do humanismo devoto. O enunciador do discurso humanista devoto se vê, institucionalmente, integrado a uma Ordem: é membro de uma comunidade religiosa reconhecida e dirige-se a seus coenunciadores também inscritos em Ordens socialmente bem caracterizadas. Esse discurso supõe um enunciador culto, capaz de tecer relações com múltiplas fontes de saber: um verdadeiro humanista. Já o enunciador do discurso jansenista é frequentemente anônimo e não se atribui nenhuma inscrição social: um simples cristão que se dirige a almas simples.

O discurso comporta, ainda, de acordo com suas coerções semânticas, uma dêixis enunciativa, de modo a situar a enunciação no tempo e no espaço; em sua dupla modalidade, espacial e temporal, “define de fato uma instância de enunciação legítima, delimita a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação (MAINGUENEAU, 2008b, p. 89, grifos do autor).

Na língua, a *dêixis* define as coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação. Na enunciação, a *dêixis* discursiva tem a mesma função, no entanto, apresenta-se no universo de sentido constituído de acordo com coerções de determinadas formações discursivas. Não se trata simplesmente de um conjunto de localizações no espaço e no tempo que um ato de enunciação apresenta, devido aos embreantes (apenas local e data da produção textual), mas, antes, do estatuto discursivo dos enunciadores.

Em uma cenografia, como em qualquer situação de comunicação, a figura do enunciador, o fiador, e a figura correlativa do coenunciador são associadas a uma cronografia (um momento) e a uma topografia (um lugar) das quais supostamente o discurso surge.

A cenografia, como o ethos que dela participa, implica um processo de enlaçamento paradoxal: desde sua emergência, a fala supõe uma certa cena de enunciação que, de fato, se valida progressivamente por essa mesma enunciação. A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena de onde a fala emerge é precisamente a cena requerida

para enunciar, como convém, a política, a filosofia, a ciência...  
(MAINGUENEAU, 2014, p. 77).

Assim, na expressão de Maingueneau, estão associadas em uma cenografia as figuras do enunciador e a do coenunciador. Ainda, no quadro de uma cenografia enunciativa, também a cenografia abriga os coenunciadores do discurso, uma topografia e uma cronografia. Nesse sentido, acrescenta Possenti (2008):

[...] esses lugares supõem igualmente uma cronografia (um momento) e uma topografia (um lugar), das quais o discurso pretende originar-se (a cronografia e a topografia não são tempos cronológicos nem espaços geográficos, mas “tempos” e “espaços” ideológicos, históricos: a favela, a cidade, a civilização, a globalização).  
(POSSENTI, 2008, p. 205, grifos do autor).

Enfim, a noção de *dêixis* discursiva legitima o discurso na medida em que determinados discursos só são possíveis em determinado lugar e momento.

De fato, retomando o que dissemos relativamente à instância do estatuto do enunciador e do coenunciador – mencionados no item imediatamente anterior –, somando-se aos postulados da *dêixis* enunciativa, esses dois “planos” da semântica global são atualmente apresentados por Maingueneau no quadro de uma cenografia enunciativa: abriga desde os coenunciadores do discurso até uma topografia e uma cronografia.

Ressaltamos que o conceito de cenografia precede, pois, o de gênero, na medida em que ela se refere a uma produção textual efetivamente realizada em determinado gênero. Maingueneau (2008a, p. 70) assevera a cenografia “não é imposta pelo gênero, mas construída pelo próprio texto: um sermão pode ser enunciado por meio de uma cenografia professoral, profética, amigável etc.”. Essa cenografia “define de fato uma instância de enunciação legítima, delimita a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 89, destaques do autor).

O discurso caracteriza-se, também, por uma maneira de dizer, denominada por Maingueneau (2008b, p. 91) modo de enunciação, o qual é regido pelas mesmas restrições semânticas que presidem o próprio conteúdo discursivo. O discurso, para o teórico francês, possui uma vocalidade específica, “uma maneira de dizer” que se manifesta por meio de um tom. Também, há de se ressaltar que todo discurso “produz um espaço onde se desdobra uma ‘voz’ que lhe é própria. Não se trata de fazer um

texto mudo falar, mas de circunscrever as particularidades da voz que sua semântica impõe (MAINGUENEAU, 2008b, p. 91). Para a hipótese do modo de enunciação, Maingueneau (2008b) ressalta a voz enunciativa fictícia como garantia da presença do um corpo do enunciador e do tom enunciativo. No processo de enunciação, o enunciador busca conferir relevo – a si próprio e também a seu coenunciador – para legitimar o seu dizer. O enunciador, dessa forma, atribui-se no discurso uma posição institucional e marca sua relação com o saber.

No exemplo do discurso humanista devoto, Maingueneau ressalta que esse discurso tem por objetivo agregar enunciador e coenunciador em uma mesma “Ordem” de sociabilidade ideal, por sua própria enunciação. Assim, o texto se apresenta como uma maneira de interação entre os coenunciadores, os quais são vistos como ‘pessoas’ de bem. Dessa forma, as conversações e diálogos fictícios serão os gêneros mais utilizados para a efetivar a integração entre o enunciador e o coenunciador. Além disso, esses gêneros apresentam um tom, uma vocalidade, um modo de dizer adaptados às pessoas e às circunstâncias, o que implica a apresentação de uma elocução suave, moderada, flexível.

Conforme Maingueneau, a noção de *tom* permite relacionar o enunciador a uma fonte discursiva, além de possibilitar ao coenunciador elaborar uma representação do corpo do enunciador, e não do autor efetivamente. “O próprio ‘tom’ se apoia sobre uma dupla figura do enunciador, a de um caráter e a de uma corporalidade, estreitamente associadas” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 92). Apoiase, portanto, sobre uma dupla dimensão discursiva da figura do enunciador: a noção de caráter pode ser apreendida como um conjunto de características “psicológicas”, disposições mentais; a noção de corporalidade, como uma certa maneira de se “movimentar” no espaço social. Ambas estão intimamente ligadas (SOUZA-E-SILVA & ROCHA, 2009, p. 14). Por conseguinte, “cada discurso também tem o seu corpo textual que jamais se dá a ver, mas está presente por toda parte, disseminado em todos os planos discursivos” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 92).

Novamente, trazemos o exemplo do estudo empreendido por Maingueneau (2008b, p. 92). O discurso do humanismo devoto, que tem por objetivo integrar enunciador e coenunciador em uma mesma “Ordem” de sociabilidade ideal, apresenta-se como um processo de adaptação às pessoas e às circunstâncias. Nesse sentido, o enunciador do discurso humanista devoto se caracteriza por sua “afabilidade, disponibilidade, jovialidade etc., que acabam por se cristalizar em uma

‘doçura’ exemplar”]; impõe, ainda, uma corporalidade que os textos, seguindo a grade “humoral” da medicina da época, caracterizam como “sanguíneo”, em oposição ao humor “melancólico”. O enunciador, conforme Maingueneau (2008b, p. 93), “se constrói também como ‘tom’, ‘caráter’, ‘corporalidade’ específicos”. Assim, tom, caráter e corporalidade provêm de um conjunto difuso de representações sociais – valorizadas ou desvalorizadas – sobre as quais se apoia a enunciação.

Para pensar o entrelaçamento entre discurso e seu modo de enunciação, Maingueneau (2008b, p. 93) postula a noção de incorporação:

1. O discurso, através do corpo textual, faz o enunciador encarnar-se, dá-lhe corpo;
2. Esse fenômeno funda a “incorporação” pelos sujeitos de esquemas que definem uma forma concreta, socialmente caracterizável, de habitar o mundo, de entrar em relação com os outros;
3. Essa dupla “incorporação” assegura, ela própria, a “incorporação imaginária” dos destinatários<sup>82</sup> no corpo dos adeptos do discurso.

Ressaltamos, pois, que em Maingueneau (2008b) o autor ainda não se refere ao conceito de *ethos*, o qual será desenvolvido em suas publicações posteriores. Maingueneau (2008b, p. 93), assim, argumenta que sua proposta se trata de “algo completamente diferente de um dispositivo retórico pelo qual o autor ‘escolheria’ o procedimento mais de acordo com que ele ‘quer dizer’”.

Nessa primeira aproximação, quando foi apresentado o plano do modo de enunciação, já nos deparamos com a noção de *incorporação*. Mais: que o “tom se apoia sobre uma dupla figura do enunciador, a de um caráter e a de uma corporalidade, estreitamente associadas” (Maingueneau, 2008b, p. 92). A primeira instância da dupla figura do enunciador – o *caráter* – apresenta-se em conformidade com o que Aristóteles descreveu por *ethos*. Já a segunda instância – a *corporalidade* – mostra-se como um avanço na concepção de *ethos*, pois amplia o foco da oralidade para o da escrita, ao vislumbrar uma vocalidade imanente na produção textual escrita.

Maingueneau (2008b, p. 94) recupera Bourdieu, para quem a linguagem está diretamente relacionada a uma técnica do corpo, já que, por meio de sua porção fonológica, a linguagem é tomada em uma dimensão corporal em interação com o

---

<sup>82</sup> Na AD, Maingueneau propõe que o enunciador é aquele que designa de quem é a origem do discurso (fonte do dizer). Nas obras posteriores a *Gênese dos discursos*, Maingueneau substituiu o termo destinatário por coenunciador, assim como o seu uso no plural, coenunciadores. Em face da vigência do novo acordo ortográfico, utilizaremos o vocábulo coenunciadores em consonância com a norma, para designar tanto enunciador como coenunciador como corresponsáveis pela cena de enunciação.

mundo social. Também em *Gênese*, Maingueneau enfatiza que Bakhtin já houvera insistido “sobre ‘papel excepcional do tom [...], o aspecto menos estudado da vida verbal’, ligado à ‘relação do locutor com a pessoa do parceiro’” (TODOROV, 1981, p. 83, *apud* Maingueneau, 2008b, p. 90). Ainda, Bakhtin (2003, p. 291) acrescenta que “quando escolhemos as palavras para o enunciado é como se nos guiássemos pelo tom emocional próprio de uma palavra isolada: selecionamos aquelas que pelo tom correspondem à expressão do nosso enunciado e rejeitamos as outras”.

Maingueneau (2008b, p. 94), ainda se valendo de Bourdieu, acrescenta que “é por intermédio da disciplina corporal e linguística que se opera a incorporação das estruturas objetivas e que as ‘escolhas’ constitutivas de uma relação com o mundo econômico e social são interiorizadas sob a forma de montagens duráveis e subtraídas à tomada de consciência”.

Desse modo, por meio da síntese dessas reflexões linguísticas, de elementos da corporalidade e a partir da noção inicial de tom, Maingueneau desenvolve a noção de incorporação: todo discurso escrito possui uma vocalidade específica, que se manifesta por meio de um tom, o qual explicita a figura do enunciador, e não a do autor do discurso. De fato, Maingueneau (2008b, p. 93) propõe “algo completamente diferente de um dispositivo retórico pelo qual o autor ‘escolheria’ o procedimento mais de acordo com que ele ‘quer dizer’”.

Posteriormente, Maingueneau (1997)<sup>83</sup> já escreve um capítulo específico com o título: “O ETHOS”. Assim, para a integração do conceito de *ethos*, a AD postula a realização de um duplo deslocamento: a) os efeitos de sentido que o enunciador pretende produzir no auditório são impostos não pelo sujeito, mas, antes, por sua formação discursiva: “O que é dito e o tom como é dito são igualmente importantes e inseparáveis”; b) a “AD deve recorrer a uma concepção de *ethos* que, de alguma forma, seja transversal à oposição entre o oral e o escrito. [...] Embora o texto seja escrito, ele é sustentado por uma voz específica. [...] Parece-nos que a fé em um discurso, a possibilidade de que os sujeitos nele se reconheçam presume que ele esteja associado a uma certa voz (que preferiremos chamar de tom, à medida que seja possível falar do ‘tom’ de um texto do mesmo modo que se fala de uma pessoa)”. (MAINGUENEAU, 1997, p. 46).

---

<sup>83</sup> A obra *Novas Tendências em Análise do Discurso* foi publicada originalmente em 1987.

Maingueneau (1991)<sup>84</sup> também traz um capítulo específico sobre o *ethos*, com o seguinte parágrafo inicial:

Até agora, falamos de “lugares”, de “status”, de “circunstâncias”..., porém a descrição dos dispositivos não deve nos fazer esquecer que o discurso é inseparável de uma “voz” que o instaura, mesmo que isso seja apenas um efeito dos seus arranjos. Voltamos aqui à antiga problemática do *ethos*. (MAINGUENEAU, 1991, p. 183, tradução nossa)<sup>85</sup>.

Ainda, Maingueneau acrescenta um termo importante para a análise do *ethos*: o *fiador*:

Não se trata, evidentemente, do autor efetivo, mas de um ser fictício construído pelo coenunciador, a partir dos traços semânticos do *ton* e, eventualmente, de outros índices, estatutários, fornecidos pelo texto. Chamaremos esse ser de *fiador*, cuja função, precisamente, é a de assumir a responsabilidade pela veracidade do enunciado. Esse *fiador* possui um caráter e uma corporalidade. (MAINGUENEAU, 1991, p. 184, tradução nossa)<sup>86</sup>.

Ao *fiador* são atribuídos um *caráter* e uma *corporalidade*, em que o caráter corresponde a um conjunto de características psicológicas e a corporalidade passa a estar associada, inclusive, a uma compleição física e às vestimentas do enunciador. Assim, o *ethos* passa a também implicar uma maneira de se movimentar no espaço social e uma disciplina tácita do corpo apreendida mediante um comportamento global.

Maingueneau, nessa obra, afirma que:

O *ethos* permite articular um arquivo e uma ação política. Pelo *ethos*, um arquivo pode tomar forma, abrindo-se a uma série de identificações. Introduziremos o conceito de incorporação para nos referirmos a esse emaranhado essencial de um dizer e de um fazer no processo enunciativo. Socorrendo-nos da etimologia, faremos operar essa “incorporação” em três registros relacionados:  
– O arquivo confere uma “corporalidade” ao enunciador-fiador, dá-lhe corpo, permitindo, assim, pela leitura, uma imagem do coenunciador.

<sup>84</sup> *L'Analyse du Discours*, obra publicada em 1991, porém ainda não traduzida no Brasil.

<sup>85</sup> Jusqu'à présent nous avons parler de “places”, de “statut”, de “circonstances”..., mais la description des appareils ne doit pas faire oublier que le discours est inséparable d'une “voix” qui le porte, même si celle-ci n'est qu'un effet de ses agencements. On rejoint ici la vieille problématique de l'éthos.

<sup>86</sup> Il ne s'agit évidemment pas de l'auteur effectif, mais d'un être fictif construit par le co-énonciateur à partir des traits sémantiques du ton et éventuellement d'autres indices, statutaires, donnés par le texte. On appellera cet être le garant, dont la fonction est précisément d'assumer la responsabilité de la vérité de l'énoncé. Ce garant possède un caractère et une corporalité.

- Pelo discurso, o coenunciador incorpora, assimila um conjunto de esquemas que definem um modo específico de habitar o mundo, a sociedade.
- Essas duas primeiras incorporações são a condição de uma outra, por meio da qual os coenunciadores adentram o corpo, a comunidade imaginária dos adeptos desse arquivo. (MAINGUENEAU, 1991, p. 186, tradução nossa)<sup>87</sup>.

Com isso, Maingueneau evolui a noção de incorporação, com o intuito de abarcar como o coenunciador se apropria do *ethos*, de forma a atuar de três modos intrínsecos:

- a [...] a enunciação leva o co-enunciador a conferir um *ethos* ao seu fiador, ela lhe dá corpo;
- a o co-enunciador incorpora, assimila, desse modo, um conjunto de esquemas que definem para um dado sujeito, pela maneira de controlar seu corpo, de habitá-lo, uma forma específica de se inscrever no mundo; essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, o da comunidade imaginária dos que comungam na adesão de um mesmo discurso (MAINGUENEAU, 2008a, p. 65)<sup>88</sup>.

Posteriormente, em Maingueneau (2013) é reforçada a ideia de *ethos* e reiterada sua vinculação às noções de vocalidade e de corporalidade do texto escrito. Além disso, Maingueneau, que já havia cristalizado o uso da noção de fiador em *O contexto da obra literária*<sup>89</sup>, cuja obra foi ampliada em *Discurso Literário*<sup>90</sup>, reitera que, durante a enunciação, o fiador revela, pela vocalidade que confere um corpo ao texto escrito, a personalidade do enunciador. Desse modo, o fiador revela tanto uma maneira de dizer quanto uma maneira de ser:

[...] o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância

---

<sup>87</sup> “l’*éthos* permet d’articuler une archive et une action politique. A travers l’*éthos* une archive peut prendre corps, ouvrant à une série d’identifications. Nous introduirons le concept d’incorporation pour référer à cette intrication essentielle d’un dire et d’un faire dans le procès énonciatif. En sollicitant quelque peu l’étymologie nous ferons jouer cette “incorporation” sur trois registres connexes : l’archive confère une “corporalité” à l’énonciateur-garant, elle lui donne corps, permettant ainsi par la lecture une identification du co-énonciateur ; à travers le discours, le co-énonciateur incorpore, assimile un ensemble de schèmes qui définissent une manière spécifique d’habiter le monde, la société ; ces deux premières incorporations sont la condition d’une autre, celle par laquelle les co-énonciateurs entrent dans le corps, la communauté imaginaire des adeptes de cette archive.”

<sup>88</sup> Originalmente, o artigo foi publicado na França, revista *Pratiques* nº 113, junho de 2002, pp. 55-68.

<sup>89</sup> Publicada na França em 1993, traduzida no Brasil, em 2001, pela Editora Martins Fontes.

<sup>90</sup> Publicada na França em 2005, traduzida no Brasil, em 2006, pela Editora Contexto. Consultamos a segunda edição, de 2016.

subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito. (MAINGUENEAU, 2013, p. 107).

Reitera, ainda, Maingueneau (2013, p. 108). que sua noção de *ethos*, além da dimensão da vocalidade, abarca também um conjunto de determinações físicas e psíquicas:

Ao fiador [...] são atribuídos um caráter e uma corporalidade [...]. O “caráter” corresponde a uma gama de traços psicológicos. Já a “corporalidade” corresponde a uma compleição corporal, mas também uma maneira de se vestir e de se movimentar no espaço social. [...] Caráter de corporalidade do fiador provém de um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas

Outra inovação em Maingueneau (2013) dá conta da imbricação entre *ethos* e cena, ao postular “uma enunciação que implica uma cena” (Maingueneau, 2013, p. 104). Essa imbricação do *ethos* dá-se, notadamente, com a cena englobante, com a cena genérica e com a cenografia. O autor reforça, portanto, que o fiador legitima sua maneira de dizer por meio do seu próprio enunciado, ou seja, o conteúdo do enunciado, de forma intrínseca, depende da cena de enunciação que o sustenta.

Ressaltamos que essa imbricação do discurso com o seu modo de enunciar opera a emergência de que o modo de enunciação frequentemente se torna o tema do discurso (SOUZA-E-SILVA & ROCHA, 2009, p. 14).

Para finalizarmos as reflexões sobre o plano do modo de enunciação, assevera Maingueneau (2008b, p. 97) que o enunciador não é um ponto de origem estável, isto é, não se vale de uma expressão cristalizada, exprimindo-se deste ou daquele modo. Resta postulado, assim, que uma maneira de dizer determina uma maneira de ser, e, ainda, a maneira de dizer é responsável pela constituição do *ethos* discursivo, imperativo na construção do sentido propiciado pelo discurso. Em síntese, é com base em indícios presentes na materialidade textual que o coenunciador constrói a figura do enunciador, investindo-o também de um caráter, de um tom e de uma corporalidade. Em artigos mais recentes<sup>91</sup>, Maingueneau acrescenta aos

---

<sup>91</sup> *Ethos et argumentation philosophique* (1996), *Ethos, cenografia e incorporação*, (1999); *Problèmes d’ethos* (2002); *L’ethos: un articulateur* (2013), dentre outros disponíveis no sítio eletrônico de Maingueneau: <http://dominique.maingueneau.pagesperso-orange.fr/index.html>, acesso em 03 nov. 2017.

elementos do *ethos* discursivo o aporte dos estereótipos, ou seja, adiciona as representações sociais contemporâneas, valorizadas ou desvalorizadas.

O modo de coesão, conforme Maingueneau (2008b, p. 94), tem a ver com a intradiscursividade, isto é, o modo pelo qual o discurso constitui suas próprias remissões internas. O modo de coesão remete à teoria da anáfora discursiva e recobre fenômenos variados, como o recorte discursivo (atravessa as divisões em gêneros constituídos) e os encadeamentos (sobrevêm em um nível mais superficial).

Eis porque as restrições da semântica global não podem ser tomadas apenas como análise de ideias, mas, antes, devem ser tomadas como as que especificam e definem o funcionamento discursivo. No dizer de Maingueneau (2008b, p. 101), “o sistema de restrições define tanto uma relação com o corpo, com o outro [...] quanto com ideias, é o direito e o avesso do discurso, toda uma relação imaginária com o mundo”.

Do modo de coesão resulta também o modo de encadeamento. Cada discurso, a partir de suas coerções, tem um modo próprio de construir seus parágrafos, seus capítulos, sua forma de argumentar, de passar de um tema a outro. Além disso, reforçam a noção de que cada posicionamento possui um modo singular de construir os próprios discursos, isto é, “uma maneira que lhe é própria de construir seus parágrafos, seus capítulos, de argumentar, de passar de um tema a outro...” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 96).

No contexto da análise das dimensões da semântica global, podemos concluir que os planos devem ser integrados na análise de múltiplos gêneros, ou seja, para a construção da cena enunciativa, Maingueneau (2008b) não aventa a possibilidade do privilégio de um ou outro plano, mas, antes, postula a imbricação de todos os planos. Por evidente, de conformidade com o *corpus* analisado, emergirá com maior destaque uma ou outra dimensão da semântica global, determinada também em face desse ou daquele gênero analisado.

Apresentada essa última dimensão, vislumbramos, portanto, a semântica global como categoria de análise para apreender nos discursos os planos quantos sejam possíveis, sem, contudo, privilegiar um em detrimento de outro; ainda, se nos afigura essa categoria um procedimento teórico-metodológico possível para analisar, a partir do campo jornalístico, o espaço discursivo da produção de editoriais, especificamente, o editorial do jornal *Folha de S.Paulo*.

Para a AD, na perspectiva enunciativo-discursiva, à qual se filia Maingueneau, o interdiscurso precede o discurso e as instâncias do discurso se submetem a um sistema de coerções/restrições semânticas, com o objetivo de determinar critérios que tornam o discurso vinculado a determinado posicionamento. Assim, com base na semântica global, os planos devem ser integrados na análise de múltiplos gêneros, para a construção da cena enunciativa, Maingueneau (2008b) não aventa a possibilidade do privilégio de um ou outro plano discursivo. Logo, ao integrar todos os planos discursivos, tanto no que se refere à ordem do enunciado quanto na da enunciação, para estruturar a constituição de um corpo enunciativo, o autor defende a imbricação de todos os planos discursivos, de modo a fazer emergir efeitos de sentido. Frisamos, uma vez mais, que para Maingueneau inexistente um lugar privilegiado de constituição de efeitos de sentido, aliás, o autor não discute a natureza do sentido e de sua relação com a língua, mas, antes, trabalha com a perspectiva de integração, no processo de análise, tanto a materialidade linguística quanto as condições sócio-histórico-culturais de produção da prática discursiva.

A perspectiva de Maingueneau – apreensão da discursividade pelo sistema de restrições/coerções semânticas – permite a ampliação da interdiscursividade, pois se torna possível a identificação da singularidade dos modos de dizer de cada discurso, a partir da percepção, por exemplo, dos elementos disseminados na materialidade do discurso. Ainda, é com base nessa perspectiva que o analista de discurso, no processo de seleção e constituição do *corpus*, deve proceder em consonância com os preceitos de uma disciplina que não dispõe de *corpora* a priori, ou seja, em AD, o *corpus* não se configura como um objeto simplesmente disponível ao analista. Lembremos que a AD é uma disciplina de fronteira, portanto, o pesquisador deve constituir seu objeto de análise com base em um processo de negociação entre a constituição do seu *corpus* e, concomitantemente, atento aos limites da disciplina. De conformidade com o *corpus* a ser analisado, emergirá com maior destaque um ou outro plano da semântica global, determinado também em face desse ou daquele gênero de discurso analisado.

No próximo capítulo, procederemos à análise do *corpus* selecionado, com base na eleição das noções de condições sócio-histórico-culturais de produção, do interdiscurso e da integração dos “planos” da semântica global, de modo a, ante tal ênfase ao exterior linguístico, aplicarmos essas categorias na análise dos discursos

veiculados em editoriais do jornal *Folha de S.Paulo* sobre a tema dos atos de violência nas manifestações sociais em São Paulo, entre 2013 e 2016.

## CAPÍTULO IV – FOLHA DE S.PAULO: A SEMÂNTICA GLOBAL E OS ATOS DE VIOLÊNCIA NAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS

Neste capítulo, analisamos o *corpus* constituído sobre a temática da violência nas manifestações sociais, ocorridas na cidade de São Paulo, no período entre 2013 e 2016. O *corpus* a ser analisado são três editoriais do jornal *Folha de S.Paulo*, com o objetivo de verificar de que modo os planos da semântica global operam no funcionamento dessas práticas discursivas veiculadas nessa mídia impressa e quais efeitos de sentido emergem nesses discursos. Para tanto, centramo-nos na análise dos seguintes editoriais, a seguir discriminados, conforme o título e a data de publicação: “Retomar a Paulista”, de 13.06.2013; “Agentes do caos”, de 15.06.2013 e “Fascistas à solta”, de 02.09.2016.

Em nossos estudos, nossa atenção tem se voltado às relações entre os atos de violência nas manifestações sociais e o *discurso jornalístico*. Em busca de possíveis repostas para essas inquietações, propomo-nos à análise do *corpus* selecionado, de modo a adentrar o *universo discursivo* pelo *campo discursivo* jornalístico: com a escolha do jornal *Folha de S.Paulo*, procedemos ao acompanhamento e leitura dos periódicos que circularam durante o período de 2013 a 2016, com a retenção em arquivo dos editoriais cuja tematização fosse restrita às grandes manifestações sociais ocorridas na cidade de São Paulo. Após leituras de nosso arquivo, composto por dez editoriais, selecionamos três deles, com foco naqueles que expusessem em sua relação interdiscursiva os *atos de violência* em manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre.

Selecionamos, então, esses três editoriais do jornal *Folha de S.Paulo*, os quais versam sobre as manifestações sociais capitaneadas pelo Movimento Passe Livre no período entre 2013 e 2016. Nesses três discursos selecionados, objetivamos analisar como as dimensões da *Semântica Global* operam no funcionamento da prática de *atos de violência* no curso das manifestações sociais, particularmente, no período entre 2013 e 2016, em São Paulo, e como emergem efeitos de sentido da imbricação desses discursos no jornal *Folha de S.Paulo*: a) investigar a relação interdiscursiva nesses editoriais, ou seja, como se dá a relação do discurso jornalístico com os discursos concorrentes sobre os atos de violência praticados durante as manifestações sociais; b) analisar como a *semântica global* se constitui no gênero de

discurso editorial, de modo a buscar apreender efeitos de sentido desse discurso e quais as principais implicações do seu modo de dizer; c) verificar se as categorias de análise selecionadas permitem comparar se há distinção entre os *posicionamentos* adotados pela *Folha de S.Paulo*, em 2016, em face daqueles externados em 2013.

O ponto de partida para a análise dos discursos foi o de verificar se eles depreendiam estratégias construídas em torno do tema *atos de violência* (MICHAUD, 1989) nas manifestações sociais, ocorridas na capital de São Paulo. Para isso, selecionamos os discursos em uma sequência cronológica, com início no ano de 2013 até 2016 e, em seguida, procedemos à aplicação das categorias de análise. Enumeramos os discursos para melhor agrupá-los e organizarmos a análise da seguinte forma: discurso 01: “Retomar a Paulista”; discurso 02: “Agentes do caos”; e discurso 03: “Fascistas à solta”.

Serão tomadas como categorias de análise as condições sócio-históricoculturais de produção, o interdiscurso e as dimensões da Semântica Global: a intertextualidade, o tema, o código languageiro, o estatuto do enunciador e do coenunciador, a *dêixis* discursiva, o modo de enunciação e o modo de coesão.

Para o atingimento de certa uniformidade analítica na análise do *corpus* e aplicarmos as categorias selecionadas, procedemos à leitura dos discursos, de modo a obtermos uma aproximação dos temas abordados em cada um dos discursos selecionados.

Em face de a categoria analítica da Semântica Global, em todas as suas dimensões, possibilitar-nos um olhar amplificado dos múltiplos discursos sobre violência circulantes na mídia impressa, procederemos à aplicação dos “planos”, de modo a obter uma quantidade de análises que revelem o alcance dos nossos objetivos de pesquisa.

Para melhor operacionalizar o processo de análise, alguns autores preconizam a segmentação do discurso em *recortes*, conforme Orlandi (2001), na busca de explorar ao máximo os efeitos de sentido emergentes em cada fragmento. Em face de o *corpus* de nossa pesquisa ser composto de discursos extremamente curtos, procederemos à análise considerando, cada um dos discursos, um único recorte, perfazendo, ao cabo, três recortes. Acreditamos que essa metodologia nos permitirá alcançar com maior eficiência e efetividade nossos objetivos.

#### 4.1 Análise do discurso 01: “Retomar a Paulista”

O discurso 01, veiculado em 13.06.2016, o qual será objeto de nossa primeira análise, aborda os atos de violência cometidos pelos manifestantes contrários ao aumento da passagem do transporte público<sup>92</sup>. Cumpre destacar que, anteriormente, houve manifestações nos dias 6, 7 e 11 de junho de 2013, porém sem que esses protestos organizados pelo MPL tenham sido registrados pelos grandes veículos de mídia. A partir de 13 de junho, a FSP inicia uma vasta cobertura dessas manifestações, em face do exponencial aumento da dimensão desses protestos, os quais se transformaram em gigantescas manifestações sociais que tomaram as principais vias da maioria das capitais do Brasil.

##### **Retomar a Paulista (13.06.2013)<sup>93</sup>**

*Avenida vital de São Paulo se tornou território preferido de protestos abusivos, que prejudicam milhões para chamar a atenção do público*

Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo — e chega perto demais de consegui-lo.

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 — abaixo da inflação, é útil assinalar — não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados.

Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do

---

<sup>92</sup> No primeiro ano do mandato de sua gestão, o prefeito Fernando Haddad autorizou o aumento das tarifas, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, a partir de 02.06.2013, na cidade de São Paulo-SP.

<sup>93</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/113690-retomar-a-paulista.shtml>

poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus?

Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito constitucional de manifestação. Demonstram, com isso, a ignorância de um preceito básico do convívio democrático: cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas.

O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir — menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões.

Cientes de sua condição marginal e sectária, os militantes lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horário de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas.

É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais.

Não basta, porém, exigir que organizadores informem à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), 30 dias antes, o local da manifestação. A depender de horário e número previsto de participantes, o poder público deveria vetar as potencialmente mais perturbadoras e indicar locais alternativos.

No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência.

Logo após o título, focamos, inicialmente, o fragmento de texto destacado do corpo do discurso 01<sup>94</sup>, estilo utilizado à época pela FSP, com o objetivo de captar a atenção do coenunciador para o tema a ser desenvolvido, além de condensar a tese ali defendida: “Avenida vital de São Paulo se tornou território preferido de protestos abusivos, que prejudicam milhões para chamar a atenção do público”. Maingueneau (2014, p. 23) se refere a essa estratégia de “destacabilidade”<sup>95</sup>, advertindo que o excerto destacado, por vezes, sofre alterações em sua forma: “o enunciado raramente

<sup>94</sup> Essa chamada do editorial, logo abaixo do título, conforme Manual da Redação (2018, p. 214), denomina-se “olho” no jargão jornalístico.

<sup>95</sup> A “destacabilidade” é um conceito trabalhado por Maingueneau em alguns artigos e, ainda, em sua obra Frases sem texto.

é idêntico à sequência à qual se imagina que ele corresponda no texto-fonte”. De fato, não encontraremos no “discurso 01” a passagem que fora destacada pelo editor com as mesmas palavras, ditas na mesma sequência textual.

Ninguém duvida de que os que operam esse destacamento não invocam restrições puramente retóricas para justificar as alterações a que submetem os enunciados: em particular, a necessidade de condensar a informação ou de tornar o enunciado destacado mais ‘marcante’, de ‘atrair’ a atenção do leitor (MAINGUENEAU, pp. 26-27).

Maingueneau (2014, p. 25), em vista de a frase ter sido destacada do texto cujo “leitor tem sob seus olhos o texto-fonte”, nomeia esse procedimento de “destacamento fraco”. Com essa estratégia discursiva, a FSP mobiliza o assinante e/ou leitor a se debruçar sobre a enunciação completa, a qual se encontra logo após o “olho”, na mesma página do jornal.

Neste discurso 01, temos instaurada a cenografia dos atos de violência praticados por alguns manifestantes, construída discursivamente e composta a partir das restrições do discurso jornalístico. Com a exposição de uma crítica ao projeto do MPL de gratuidade dos transportes públicos, temos instalada no discurso uma cenografia que apresenta um embate entre os direitos constitucionais, tanto o direito de manifestação quanto o direito de ir e vir dos cidadãos, instaurando, pois, a polêmica, como atestado nos seguintes enunciados:

O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir — menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões.

No quadro da AD, o tema, por si só, não é preponderante, pois o que importa é o seu tratamento semântico, ou seja, considera-se a constituição de seu efeito de sentido na relação com as FDs. Assim como no caso do código linguageiro, a especificidade de um discurso define-se não por seus temas, mas por sua formação discursiva. A esse respeito, Maingueneau (2008b, p. 82), valendo-se de Pêcheux, assevera:

Uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhes seria próprio, como se estivesse preso a sua literalidade. Ao

contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva.

É na cenografia que os atos de violência praticados pelos manifestantes aparecem como tema. O qual reflete aspectos do comportamento violento dos manifestantes, de forma generalizada<sup>96</sup>: “jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados”. Emerge desse tema uma reflexão, a partir, inicialmente, do próprio título: “Retomar a Paulista”. A FSP, portanto, desvela o seu posicionamento de considerar que os manifestantes têm “a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos” e, assim, cobrar maior empenho das forças estaduais de segurança na repressão aos protestos, no sentido de que se possa “retomar a Paulista”<sup>97</sup>.

Ao longo do discurso 01, o enunciador continua a tecer uma cenografia de forma a apresentar as ações violentas perpetradas por parte dos manifestantes, o que contribui para a construção do tema pelo enunciador. Além de tematizar o comportamento violento dos manifestantes, o enunciador explicita sua posição por intermédio do desenvolvimento do tema; emerge daí uma reflexão, a partir, inicialmente, do próprio título: “Retomar a Paulista”. A FSP desvela o seu posicionamento no sentido de reiterar maior empenho das forças estaduais de segurança na repressão aos protestos: “cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas”.

A análise do discurso 01 nos revela que ele é marcado pela intertextualidade, pois, para a sua construção, recupera-se a memória discursiva das duas grandes mobilizações anteriores capitaneadas pelo MPL, visto que esse discurso enuncia que ele tematiza os fatos transcorridos no “terceiro protesto”. Assim, destacamos a forma como foi trabalhada, neste caso, a intertextualidade implícita, pois não há citação das datas exatas em que ocorreram as manifestações anteriores, além de não haver

---

<sup>96</sup> As tarifas de ônibus, trens urbanos e metrô foram reajustadas para R\$ 3,20 a partir de 2 de junho, desencadeando os protestos, que ocorreram nos dias 6, 7 e 11 de junho, porém não foram tema de editoriais na *Folha de S.Paulo*.

<sup>97</sup> Os manifestantes, em São Paulo, tentaram chegar à Avenida Paulista, mas foram reprimidos pela Polícia Militar ao chegar no cruzamento da rua da Consolação com a Maria Antônia.

indicador explícito da fonte, mas apenas indicação direta de conteúdo, com vistas a manter a coerência do discurso. O êxito na obtenção de determinado efeito de sentido está justamente na capacidade de o coenunciador identificar essa intertextualidade. Enunciar que já se trata do “terceiro protesto” na cidade de São Paulo faz com que o coenunciador, no momento da apreensão do discurso, depreenda efeitos de sentido com essa intertextualidade, a partir, por exemplo, da atualização do saldo de feridos e de prejuízos levantados pela FSP: “Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito”.

O estatuto do enunciador, desde o título destacado, já revela uma posição de recriminação dos atos de violência nas manifestações sociais, além de sua cobrança das autoridades da área de Segurança Pública, para que procedam a uma repressão mais enérgica dos atos de vandalismo. Ao tecer o discurso em terceira pessoa, emerge, desde o primeiro enunciado, um enunciador que se atribui o estatuto de alguém que conhece as ações e as possíveis motivações do “jovens predispostos à violência” e a “vandalizar”, sobre as quais ele enfatiza o caráter de “irrealismo da bandeira” defendida pelos integrantes do MPL. Por sua forma de dizer e por seu estatuto, o apelo do enunciador a um discurso que remete à crítica ao projeto de gratuidade dos transportes públicos funciona como um espaço representativo, construído com o propósito de alcançar a adesão dos coenunciadores na composição dessa cenografia.

O enunciador deixa pistas de sua imagem, por exemplo, nas escolhas lexicais e no modo como procede ao encadeamento da estrutura de coesão do discurso. Desse modo, o estatuto do enunciador investido na cenografia, por meio da seleção lexical, ao incorporar ao discurso termos do belicismo, vai incorporando o coenunciador ao universo de um conflito de guerra urbana, o que valida o que está sendo dito. Eis algumas marcas que legitimam o estatuto desse enunciador: “manifestantes feridos”, “ônibus danificados”, “R\$ 100 mil de prejuízos”, “milhões de paulistanos reféns”.

Intermediado por uma competência interdiscursiva, o estatuto atribuído ao coenunciador faz com que ele construa, com base nessas referências uma imagem do enunciador como a de alguém que não tolera atos de violência e, ato contínuo, a

imagem de um jornal que não deixa de chamar à responsabilidade o Poder Executivo para que exerça com maior rigor a repressão aos atos de vandalismo disseminados na cidade de São Paulo. Desse modo, também a imagem do veículo de comunicação vai sendo construída pelo coenunciador, em face da virulência do posicionamento do enunciador, que, por sua forma de dizer e por seu estatuto, faz uma convocação ao discurso belicista, funcionando como um espaço edificado com o intuito de obter a adesão do coenunciador.

O estatuto do enunciador revela um posicionamento de recriminação dos atos de violência de alguns dos participantes nas manifestações sociais, além de sua cobrança de várias das autoridades do município e do Estado: “Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista”. O enunciador exige desses dois níveis da administração pública uma proficiente repressão das ações dos manifestantes contra o patrimônio público e privado. Emerge, assim, um enunciador que se atribui o estatuto de alguém que defende, inclusive, a proibição de manifestações “nessa artéria vital da cidade”, chegando a modalizar que, a “depende de horário e número previsto de participantes, o poder público deveria vetar as potencialmente mais perturbadoras e indicar locais alternativos”. Seu argumento é o de que nas “imediações estão sete grandes hospitais”.

O estatuto atribuído ao coenunciador, o qual, mobilizado por sua competência interdiscursiva, faz com que ele construa, com base nessas referências, uma imagem de um enunciador que, após ver a cidade de São Paulo passar por várias manifestações de rua e suas consequências, em face dos atos de violência ocorridos, chega à conclusão de que já é “hora de pôr um ponto final nisso”. O jornal FSP reitera ao Poder Judiciário para que, por sua responsabilidade, de ofício, faça imperar “a força da lei”. Quanto ao “vandalismo”, há de se “investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência”. Logo, a imagem do veículo de comunicação, novamente, vai sendo construída pelo coenunciador, em vista dos posicionamentos do enunciador, que, por sua forma de dizer e por seu estatuto, faz uma convocação ao discurso jurídico, com fulcro em obter a adesão do coenunciador.

O discurso é construído no ato da enunciação, de acordo com os sistemas de restrições semânticas e de uma *déixis* espaço-temporal que delimita a cena. Nesse

discurso, a *dêixis* discursiva constrói a cronografia e topografia discursivas, os quais, devidamente delimitados pelas marcas linguísticas, constroem a *cena de enunciação*. No quadro de uma cenografia enunciativa, portanto, temos a *dêixis*, o enunciador e o coenunciador, ou seja, *aqui-agora / eu-tu*. Essa cenografia engloba os coenunciadores do discurso, uma topografia e uma cronografia. A *dêixis*, “em sua dupla modalidade espacial e temporal, define de fato uma instância de enunciação legítima e delimita a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 89).

Nesse discurso 01, desenvolvido como uma produção argumentativa que busca resgatar, na cena de enunciação, os atos de violência cometidos por manifestantes, a cenografia construída resgata a imagem do oportunismo dos integrantes do MPL. Aqui, a topografia discursiva é marcada pelo dêitico<sup>98</sup> espacial, conforme atestamos em: “Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo”, mostrando ao coenunciador o transcorrer das ações em um espaço urbano, particularmente, na área central da capital do Estado de São Paulo. Ainda, outras topografias: “avenida paulista, artéria vital da cidade”; “o local da manifestação”; “na avenida Paulista [...] estão sete grandes hospitais”. Essas marcações espaciais mostram ao coenunciador o transcorrer das ações em um espaço urbano sensível, a cuja alusão sobressai o caráter do maior direito do ser humano, o direito à vida, exemplificado pela presença de hospitais na via mais importante, “vital”, da cidade de São Paulo.

Quanto à cronografia discursiva, o tempo é linguístico, marcado no plano da *dêixis*, confirmado nas seguintes marcas linguísticas: “marcar protestos em horário de pico de trânsito”; “exigir que organizadores informem à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), 30 dias antes, o local da manifestação”.

Quanto ao modo de enunciação, verificamos que ele confirma, por meio da materialidade linguística, uma enunciação acerca do “protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo – e chega perto demais de fazê-lo”. O modo de enunciação confirma, ainda, um discurso voltado para o político, histórico, sociológico, judiciário. O mundo social acionado é o jornalístico, o que nos permite afirmar que não se fala nos manifestantes pacíficos em momento nenhum do

---

<sup>98</sup> Conforme Maingueneau (2004, p. 108), trata-se dos elementos indiciais que marcam no enunciado a embreagem enunciativa, tais como: embreantes de pessoa (pronomes pessoais, demonstrativos, possessivos); embreantes temporais e espaciais (os dêiticos temporais e espaciais).

discurso. O próprio modo de enunciação remete a um *tom* de protesto e de revolta do enunciador, comprovado, na seleção lexical. Nesse discurso, destacamos o uso pelo enunciador da ironia para descrever a ideologia da anarquia reivindicada pelo grupo de manifestantes, denominado “grupelho” pelo enunciador:

Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus?

O efeito de sentido que aí emerge é o de desacreditar o movimento e sua proposta de implementação da “tarifa zero” para os transportes públicos.

O enunciador, em terceira pessoa, insere-se na cena, argumentando que o Poder Judiciário precisa combater a impunidade dos manifestantes violentos. Essa cenografia legitima a enunciação, delimita a cena e, ao mesmo tempo, apoia-se em uma cena validada para a população das grandes metrópoles, construindo, finalmente, uma cenografia de protesto da empresa jornalística contra o uso da violência por parte dos manifestantes em protestos de rua. Outro efeito de sentido emergente é o de a FSP é contrária à proposta de desacreditar o movimento e sua proposta da “tarifa zero” para os transportes públicos.

Verificamos, quanto ao modo de enunciação, o discurso de um enunciador conhecedor do que determina a Carta Magna, com vistas a buscar obter a adesão do coenunciador aos preceitos legais vigentes na sociedade brasileira, democrática e capitalista. Confirma, portanto, um discurso voltado para o político e para o judiciário, o que nos permite afirmar a presença de uma condenação aos atos praticados pelos manifestantes. Mais: a FSP enuncia a defesa de um uso maior de força legal contra os manifestantes. Relevamos o uso pelo enunciador da ironia para se referir aos manifestantes:

Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito constitucional de manifestação. Demonstram, com isso, a ignorância de um preceito básico do convívio democrático: cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas.

Com relação ao modo de enunciação, confirmamos, conforme materializado discursivamente, uma enunciação sobre a “condição marginal e sectária” dos manifestantes. Verificamos o engendramento de uma argumentação estruturada na oposição de direitos – o direito de manifestação em oposição ao direito de ir e vir. A estratégia é atribuir o protesto a “milhares” de manifestantes que, por sua vez, com seus atos de violência, prejudicam o direito de ir e vir de “milhões”. Isso é possível pela memória discursiva presente no uso desse argumento de quantidade, com apelo ao princípio da democracia, em que a razão, inicialmente, está com a maioria, os milhões de cidadãos prejudicados na maior metrópole do país.

O modo de enunciação confirma, ainda, o atravessamento de um interdiscurso jurídico, construído de forma a remeter a um tom legalista, para enfrentar os manifestantes, com “a força da lei”, conforme o demonstra o léxico selecionado nos enunciados ora analisados. Nesse discurso, salientamos o uso pelo enunciador de uma convocação exaltada do Poder Judiciário, na qual podemos inferir o jargão próprio de um gênero de discurso que circula no campo da administração – um ofício, um memorando –, a circular nessa esfera do poder burocrático do Estado, a fim de “pôr um ponto final nisso”.

No que toca ao **vandalismo**, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpre **investigar**, **identificar** e **processar** os responsáveis. Como em toda forma de **criminalidade**, aqui também a **impunidade** é o maior incentivo à **reincidência** (grifos nossos).

Podemos, assim, supor um documento oficial que pudesse vir a tramitar, com jargões recorrentes da administração pública, tais como os famigerados: *solicitando as urgentes providências cabíveis que o caso requer*.

O modo de coesão, conforme Maingueneau (2008b), relaciona-se com a *intradiscursividade*, isto é, com a maneira pela qual o discurso constitui suas remissões internas, lançando mão tanto do recorte discursivo quanto do modo de encadeamento, de forma que o modo de encadeamento, em cada discurso e a partir de suas coerções, tem uma forma própria de estruturar enunciados, com estratégias de argumentação, forma de proceder à progressão do tema e de passar de um a outro tema. Ainda na perspectiva da semântica global, o autor afirma que as restrições não são apenas destinadas a analisar ideias:

Elas especificam o funcionamento discursivo que, em graus diversos, investiu o vivido dos sujeitos. Vimos como a “doutrina” era em realidade inseparável de uma interdiscursividade, de um modo de enunciação, de um processo de “incorporação”..., que são as mesmas categorias que governam todos esses planos ao mesmo tempo. O sistema de restrições define tanto uma relação com o corpo, com o outro... quanto com ideias, é o direito e o avesso do discurso, toda uma relação imaginária com o mundo. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 96-97).

Ressaltamos que, nesse discurso 01, ocorre uma continuidade peculiar na progressão do tema, de modo que um determinado enunciado, por exemplo, necessita ser analisado em conformidade com os demais dessa estrutura majoritariamente opinativa/dissertativa, em terceira pessoa, com o objetivo de ser um recurso que vá contribuir para conduzir o coenunciador para a cenografia e lhe permitir conceber os efeitos de sentido que vão sendo construídos ao longo desse discurso. Desse modo, relevamos, quanto ao modo de coesão, a fragmentação na estruturação do discurso em vista de uma produção bastante concisa, eficiente e efetiva em sua contribuição no sentido de organizar a alocação de cada um dos argumentos utilizados pelo enunciador a favor da tese aí defendida,

Ainda, ressaltamos o detalhe preciso da descrição de cada característica relevante dos “black blocs” e a efetividade ao elencar os fatos históricos, os quais revelam a habilidade do enunciador em produzir um discurso de acordo com as restrições semânticas do discurso jornalístico. Outrossim, salientamos que, ao afirmarmos acerca de tal “simplicidade”, levamos em conta o público-alvo da FSP, caracterizado, como já vimos, pela própria empresa jornalística, como leitores “ultraqualificados”.

Enfatizamos no discurso 01 o título “Retomar a Paulista”, a partir do qual o veículo de comunicação concita a todos – Polícia Militar e as pessoas prejudicadas pelos atos de violência – a se insurgirem contra os manifestantes arregimentados pelo Movimento Passe Livre, e a “retomar a Paulista”. Com uma linguagem restrita ao campo jornalístico, consoante o nível de apreensão de leitura do público-alvo da FSP, o enunciador já revela como o tema dos atos de violência nas manifestações em São Paulo vai sendo tratado.

Quanto ao modo de coesão, ressaltamos a estratégia argumentativa em que o direito à “liberdade de ir e vir” é colocado acima do “direito de manifestação”, sendo que este último é, ainda, reduzido em face de sua representatividade, de forma a tentar persuadir o coenunciador de que mesmo que ele se identifique com os

manifestantes – que são “milhares” –, ele não está acima dos “milhões” de cidadãos que foram cerceados no seu direito de ir e vir. É com o uso de jargões do interdiscurso jurídico, atravessados no campo discursivo jornalístico, que o enunciador revela como se dá a construção do tema dos atos de violência nas manifestações em São Paulo.

Conforme o princípio de coerções semânticas, o código linguageiro atribui sentidos distintos para um mesmo vocábulo que tenha seu uso privilegiado em discursos diferentes, em face de sua polissemia, fazendo, portanto, com que uma palavra, por si só, não se constitua uma unidade de análise. É o sistema de coerções que restringe o estatuto atribuído a um dado código linguageiro que legitima um discurso na sociedade, na qual interagem enunciador e coenunciador. Além disso, em cada discurso, dos mais diferentes campos, predomina o uso de determinada terminologia, de modo a demarcar um dado léxico como inerente a determinado campo: “a restrição do universo lexical é inseparável da constituição de um território de convivência” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 85).

Seria errado pensar que, em um discurso, as palavras não são empregadas a não ser em razão de suas virtualidades de sentido em língua. Porque, além de seu estrito valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 85).

Segundo Maingueneau (2013, p. 128), o enunciador, direta ou indiretamente, marca sua presença por meio do que diz. Há, nesse discurso 01, escolhas feitas para marcar a posição do enunciador, as quais são explicitadas no código, como podemos atestar nas seguintes marcas linguísticas, próprias do léxico pertencente ao campo jurídico, com uma profusão de alusões à defesa da segurança pública e da ordem pública: “direito de manifestação”, “direito constitucional de manifestação”, “exercício de direitos”, “conflito entre prerrogativas”, “liberdade de ir e vir”.

A cenografia que até então vai sendo construída é a de uma visão de que o MPL, com suas ações de violência, busca visibilidade nas mídias. É a cena validada que possibilita a busca da inserção do coenunciador nessa cenografia. Assim, a cenografia revela-se por meio das pistas localizáveis no discurso; é pelo que o discurso diz e pela situação que representa, que a cenografia se justifica. Nesse discurso, o código linguageiro contribui para solidificar o estatuto de enunciador, pois legitima seu o dizer. Os posicionamentos do enunciador são também explicitados pelo

código linguageiro selecionado, como podemos atestar nas seguintes marcas linguísticas, próprias do léxico inerente ao interdiscurso jurídico, com uma profusão de alusões à “condição marginal e sectária” dos manifestantes que, em vista de se tratar de “militantes” com apego ao seu ponto de vista, portanto, indivíduos caracterizados por um *ethos* de intolerantes e intransigentes, primam por “marcar protestos em horário de pico de trânsito na avenida Paulista, artéria vital da cidade” com fulcro em “prejudicar o número máximo de pessoas”.

Nesse discurso, para reforçar o que pretende dizer e facilitar o entendimento do coenunciador, o enunciador cria uma cenografia de guerrilha urbana, enquanto se utiliza da presença do interdiscurso jurídico, confirmando que todo discurso remete a outro. Com as devidas ressalvas, o próprio título “Retomar a Paulista” remete a conflitos bélicos – ainda que com o uso de equipamentos não letais – entre manifestantes e poder público, em que a FSP se posiciona no sentido de defender a retomada de uma área que fora perdida nos enfrentamentos ocorridos nos dias anteriores. A empresa jornalística convoca as forças do Estado e do município para uma incursão na “avenida vital da cidade”, com a missão precípua de sua retomada. Em seu balanço de guerra, em cujas materialidades linguísticas buscam dar conta do “saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL)”. Logo no primeiro enunciado, o discurso 01 explicita: “Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito”. Tudo isso gera uma competência interdiscursiva em que o coenunciador vai sendo envolvido, devido à sua memória discursiva; ainda, dá-se a incorporação do discurso pela presença do *Outro*.

Os manifestantes são alçados à posição de inimigos da sociedade, pois, para a publicação impressa, a maioria dos jovens envolvidos nos protestos não passa de um “grupelho” com a única finalidade de “vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista”. Com a força do uso desse código linguageiro, a FSP trata a reivindicação social de transporte público gratuito como uma posição de “irrealismo da bandeira”.

Em seguida, a FSP argumenta que, dentre os manifestantes, há uns poucos “que parecem ter algo na cabeça além de capuzes”, pois “justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito

constitucional de manifestação”. Nesse contexto, a FSP visa a desacreditar a versão dos manifestantes acerca da possibilidade de as forças de segurança do Estado terem feito uso excessivo de força para a repressão aos manifestantes mascarados.

A empresa jornalística, além de reduzir os “militantes” a uma “condição marginal e sectária”, chega, com base no sistema político da democracia ora vigente no país, a desdenhar da inexperiência e do conhecimento dos jovens acerca dos preceitos em voga na Carta Magna brasileira. Em vista do arvorado “direito de manifestação” alegado nos protestos de rua, segue excerto que materializa linguisticamente esse posicionamento da FSP:

“Demonstram, com isso, a ignorância de um preceito básico do convívio democrático: cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas”.

A interdiscursividade jurídica faz-se presente, ainda, no último enunciado desse discurso 01, em que o enunciador faz referências específicas ao direito penal e ao direito processual penal, com vistas a acionar o Poder Executivo para cumprimento do seu dever de ofício. Os efeitos de sentido provocados pelo interdiscurso do campo jurídico se estabelecem pela interação da memória discursiva e colaboram para legitimar a voz enunciativa. Eis um discurso que enuncia contra os manifestantes, condenando-os por sua já declarada “criminalidade” pela mídia impressa como atestamos a partir da escolha pelo enunciador das seguintes marcas linguísticas:

No que toca ao **vandalismo**, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de **criminalidade**, aqui também a **impunidade** é o maior incentivo à **reincidência** (grifos nossos).

A cenografia final instaura um tom legalista, pois, com os inimigos nomeados, identificados criminalmente e, para que não ocorra “reincidência”, a FSP convoca tanto o poder estatal e poder municipal quanto os seus coenunciadores para, em nome da ordem pública e da segurança pública, “retomar a Paulista”.

## 4.2 Análise do discurso 02: “Agentes do caos”

O discurso jornalístico da FSP, de 16.06.2016, o qual será objeto de nossa segunda análise, aborda os atos de violência perpetrados pelos manifestantes contra o aumento da passagem do transporte público, e, sobretudo, dos atos de violência cometidos pelas forças estaduais de segurança no exercício do enfrentamento a determinados grupos de manifestantes, denominados “black blocs”, na cidade de São Paulo. Além da motivação contrária ao aumento das tarifas, as manifestações sociais passaram a angariar o apoio da classe média, ao incorporar à causa inicial do MPL demandas como a reforma política, implementação de medidas contra a corrupção, dentre outras.

### **Agentes do caos (15.06.2013)<sup>99</sup>**

*Contra manifestantes, PM paulista agiu com inaceitável violência, que lhe cumpria coibir, paradoxalmente, ajudou a parar São Paulo*

A Polícia Militar do Estado de São Paulo protagonizou, na noite de anteontem, um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda mais grave que o vandalismo e a violência dos manifestantes, que tinha por missão coibir. Cabe à PM impor a ordem, e não contribuir para a desordem.

O Movimento Passe Livre preconiza a paralisação de São Paulo em nome da irreal reivindicação de tarifa zero para os transportes públicos. Tolera, se não acolhe, facções interessadas apenas em depredar equipamentos públicos, que num intervalo de seis dias transformaram áreas centrais da capital, por três vezes, em praças de guerra.

No quarto protesto, a responsável maior pela violência passou a ser a própria PM. Pessoas sem envolvimento no confronto foram vítimas da brutalidade policial. Transeuntes, funcionários do comércio, manifestantes pacíficos e até frequentadores de bar foram atacados com cassetetes e bombas.

Sete repórteres da **Folha** terminaram atingidos, quatro deles com balas de borracha, em meio à violência indiscriminada da polícia. A jornalista Giuliana Vallone foi alvejada no olho e recebeu 15 pontos no rosto. O comandante da PM diz que o disparo foi feito para o chão.

---

<sup>99</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/113982-agentes-do-caos.shtml>

Não é só por solidariedade profissional que se mencionam, neste espaço, as agressões sofridas por repórteres desta Folha — e de outros órgãos de imprensa. Antes de mais nada, como qualquer cidadão, eles não poderiam ser atacados por policiais cuja ação não parecia obedecer a qualquer plano ou estratégia.

Há uma razão adicional para a força policial não tomar jornalistas por alvo: o trabalho da imprensa oferece um testemunho expurgado do radicalismo sectário que se impregnou nas manifestações contra o aumento das tarifas.

As arbitrariedades cometidas pela polícia no quarto protesto não poderiam contrastar de modo mais nítido com a exemplar disciplina exibida pelo PM Wanderlei Vignoli, na terceira manifestação. Ele sacou a arma, mas não disparou, mesmo isolado e ferido por manifestantes. "Somos treinados para manter o autocontrole", declarou.

Lamentavelmente, o comportamento da PM na quinta-feira veio impugnar a expectativa de que a tropa revelasse o mesmo senso de equilíbrio e, por que não, de coragem. Pois há coragem em manter a calma e o discernimento sob ameaça de uma multidão. Revela-se despreparo — e covardia —, entretanto, quando se ataca indiscriminadamente a população indefesa, ainda que sob a justificativa de defender a liberdade de ir e vir dos prejudicados pela manifestação.

Nem mesmo o saldo de 13 PMs feridos justifica o emprego de meios excessivos pela polícia. Tampouco foi eficaz a ação da PM, afinal ela acabou contribuindo para paralisar a cidade, mais até do que o próprio protesto.

De promotores da paz pública, policiais transformaram-se em agentes do caos e da truculência que lhes cabia reprimir, dentro da lei, da legitimidade e da razão.

Logo após o título, ressaltou-se o fragmento de texto que fora destacado do corpo do editorial — o “olho” —, do mesmo modo como foi feito no discurso 01, como estratégia de captação do coenunciador para a apresentação da síntese da tese a ser desenvolvida logo a seguir: “Contra manifestantes, PM paulista agiu com inaceitável violência, que lhe cumpria coibir, paradoxalmente, ajudou a parar São Paulo”. Conforme já discorremos, também com relação ao “discurso 01”, trata-se de um “destacamento fraco”, conforme referido por Maingueneau (2014), em vista de a frase ter sido destacada de um texto próximo ao leitor.

Importa destacar que a cenografia criada no discurso 02 é diferente daquela encontrada no discurso 01, quando foram engendradas as cenas dos atos de violência praticados por manifestantes. No discurso 02, temos construída a cenografia dos atos de violência praticados por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo contra manifestantes durante mais uma imensa manifestação de rua.

Observamos que o enunciador compõe inicialmente uma cenografia validada na memória discursiva, de modo a recorrer ao conhecimento do coenunciador acerca dos atos de violência ocorridos em manifestações sociais anteriores, apresentando uma cenografia de crítica à atuação truculenta da Polícia Militar.

Quanto ao tema do discurso, sempre considerado o seu tratamento semântico, ressaltamos que nesse discurso o tema dos atos de violência nas manifestações sociais é abordado pela FSP, tanto aquela cometida pelos manifestantes quanto a exercida pelas forças estaduais de segurança na missão de enfrentamento de alguns dos grupos de manifestantes na execução de ações violentas no transcurso dos protestos de rua na cidade de São Paulo. Dessa forma, um tema compatível com as relações semânticas do discurso jornalístico, devidamente integrado à rede semântica, em face dos entrecruzamentos jurídicos, sociológicos e históricos aos quais estão submetidos os envolvidos nesse embate violento.

Destacamos que o enunciador, ao compor a cenografia dos atos de violência praticados por componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tem o objetivo de propiciar que o coenunciador também vá efetivando a construção do tema do discurso. Outrossim, o enunciador apresenta nessa cenografia as argumentações que serão imperativas para a efetivação do tema. Ainda, as cenografias validadas ao longo desse discurso 02 indicam as pistas de que o coenunciador necessitará para urdir o tema do discurso

Em detrimento do foco na violência perpetrada pelos manifestantes, o discurso 02 tematiza o comportamento violento dos policiais na ação de enfrentamento aos participantes considerados violentos nos protestos: “A Polícia Militar do Estado de São Paulo protagonizou, na noite de anteontem, um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda mais grave que o vandalismo e a

violência dos manifestantes". O desenvolvimento da cenografia que valida esse discurso faz emergir o tema dos atos de violência nas manifestações sociais, do qual vem também à tona uma reflexão, a partir, inicialmente, do próprio título: "Agentes do caos", ao desvelar o posicionamento de que a FSP considera a existência da "violência dos manifestantes"; que entre os militantes do MPL há tolerância com "facções interessadas apenas em depredar equipamentos públicos", porém, a ênfase do tratamento ao tema recai sobre o "despreparo, a truculência e falta de controle" da Polícia Militar paulista.

O discurso, reforçamos, além de tematizar o comportamento violento das "facções" nos protestos de rua, foca nos atos de violência cometidos por policiais militares do Estado de São Paulo: "a responsável maior pela violência passou a ser a própria PM". A FSP desvela o seu *posicionamento* no sentido de buscar explicitar "as arbitrariedades cometidas pela polícia".

O discurso 02 é marcado pela intertextualidade implícita. O discurso, a partir da recuperação da memória discursiva acerca dos protestos grandes anteriores, tematiza os eventos transcorridos no "quarto protesto". Com o mesmo procedimento discursivo adotado no discurso 01, o enunciador não dá conta das datas em que ocorreram as três manifestações anteriores. Entretanto, um procedimento distinto aqui evidencia na enunciação uma referência direta ao protesto anterior: "na terceira manifestação...". Enuncia, dessa forma, que já se trata do "quarto protesto" na cidade de São Paulo, o que faz com que o coenunciador, no momento da apreensão do discurso, depreenda efeitos de sentido com essa intertextualidade, tais como a estratégia discursiva de defesa corporativista dos repórteres da FSP:

No quarto protesto, a responsável maior pela violência passou a ser a própria PM. Pessoas sem envolvimento no confronto foram vítimas da brutalidade policial. Transeuntes, funcionários do comércio, manifestantes pacíficos e até frequentadores de bar foram atacados com cassetetes e bombas.

Sete repórteres da **Folha** terminaram atingidos, quatro deles com balas de borracha, em meio à violência indiscriminada da polícia. A jornalista Giuliana Vallone foi alvejada no olho e recebeu 15 pontos no rosto.

A cenografia que aqui vai se desenvolvendo instala uma visão de que a FSP visa a oferecer ao seu seletor público-alvo, no dizer da própria empresa jornalística, uma visão dos acontecimentos, cujo foco prima por se configurar “um testemunho expurgado do radicalismo sectário que se impregnou nas manifestações contra o aumento das tarifas”. Em face de a cena validada possibilitar a inserção do coenunciador nessa cenografia, ela justamente se revela por meio daquilo que diz o discurso, materializado em pistas localizáveis, por exemplo, no código linguageiro, o qual contribui para solidificar o estatuto de enunciador, pois legitima seu o dizer. Os posicionamentos do enunciador são também explicitados pelo código linguageiro selecionado, como podemos atestar nas seguintes materialidades linguísticas:

Revela-se despreparo — e covardia —, entretanto, quando se ataca indiscriminadamente a população indefesa, ainda que sob a justificativa de defender a liberdade de ir e vir dos prejudicados pela manifestação.

Outrossim, quanto ao código linguageiro, chama-nos a atenção nesse discurso, todo o torneio linguístico para evitar nomear, objetivamente, os responsáveis pelos atos de violência contra o patrimônio público e privado, denominados pela FSP de “facções interessadas apenas em depredar”. O código linguageiro “facções”, de fato, refere-se aos integrantes do grupo “black blocs”, os quais, vestidos com roupas e máscaras pretas, executam uma “ação direta”<sup>100</sup>, com vistas a externar seus protestos contra os denominados símbolos do capitalismo, utilizando-se da estratégia de se posicionar, em bloco, entre os manifestantes e a tropa de contenção<sup>101</sup>.

Como vimos anteriormente, além de contribuir para estruturar o estatuto de enunciador, de modo a legitimar o seu dizer legitimado, o código linguageiro explicitado delimita posicionamentos do enunciador, conforme podemos atestar nas seguintes marcas linguísticas, próprias do léxico pertencente ao campo da atuação operacional dos órgãos de segurança pública, como a alusão ao uso polêmico das

---

<sup>100</sup> A “ação direta” é a segunda fase na manifestação, em que os “black blocs” praticam atos de violência. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-08-18/apos-protestos-black-blocs-chegam-a-segunda-geracao-no-brasil.html>>. Acesso em 15 fev. 2018.

<sup>101</sup> A tática dos grupos “black blocs” obteve repercussão internacional durante a ação desses manifestantes no encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, em 1999. Outra atuação que obteve atenção mundial ocorreu durante a posse do Presidente Donald Trump, em 20.01.2017, em Washington-EUA.

munições de elastômero, utilizadas em técnica policial-militar não letal para conter agressores desarmados, evitando-se, assim, o uso de munição real (letal), cuja utilização, nesses casos de protestos, não encontrariam, *grosso modo*, abrigo nas causas excludentes de culpabilidade<sup>102</sup>. Desse modo, durante o uso desse recurso não letal, ocorre de serem atingidas pessoas que se encontram no local da manifestação, como é o caso dos manifestantes pacíficos e também o de profissionais que trabalham nos protestos – repórteres, câmeras, fotógrafos, notadamente profissionais das mídias. O uso dessas famigeradas “balas de borracha” vem suscitando enormes embates jurídicos, sempre com novas guerras de liminares a cada grande manifestação<sup>103</sup>.

Nesse discurso, o código linguageiro contribui para a construção do estatuto de enunciador, de forma a legitimar o seu modo de dizer. As escolhas lexicais objetivam – e conseguem – marcar a posição do enunciador, com vistas a pôr em relação antagônica termos como “coragem” – ao se referir ao correto comportamento técnico-operacional do soldado PM Wanderlei Vignoli –, e “covardia”, para definir o comportamento da tropa durante a repressão aos manifestantes. Observamos o uso desses termos nas seguintes marcas linguísticas:

[...] há coragem em manter a calma e o discernimento sob ameaça de uma multidão. Revela-se despreparo — e covardia —, entretanto, quando se ataca indiscriminadamente a população indefesa, ainda que sob a justificativa de defender a liberdade de ir e vir dos prejudicados pela manifestação.

Enfim, com esse uso do código linguageiro, a FSP construiu uma imagem negativa dos policiais militares paulistas: “de promotores da paz pública, policiais transformaram-se em agentes do caos e da truculência”.

Nesse discurso 02, o estatuto do enunciador, com vistas a legitimar o seu modo de dizer, compõe uma cenografia de contraste entre a ação técnica de um policial militar isolado e a falta de técnica e de estratégia de atuação da tropa em grupo, a qual agiu energicamente contra manifestantes de rua. Nessa cenografia, o

<sup>102</sup> Conforme artigo 23 do Código Penal: Não há crime quando o agente pratica o fato: I - em estado de necessidade; II - em legítima defesa; III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

<sup>103</sup> O estudo desses *posicionamentos*, na análise de todas as jurisprudências em embate, suscita outra pesquisa, com base, por exemplo, na *polêmica*, conforme ancoragem teórica proposta em Maingueneau (2008b), Amossy (2017), dentre outros.

enunciador constrói sua imagem pelas escolhas lexicais e pelo modo de estruturar a coesão do discurso. Desde o título destacado nesse discurso, o enunciador já revela uma posição preponderante de crítica não aos atos de violência dos manifestantes, mas, antes, de reprovação às atitudes violentas dos agentes do Estado no processo de enfrentamento a determinados grupos, no dizer da própria FSP, na repressão a “facções interessadas apenas em depredar equipamentos públicos, que num intervalo de seis dias transformaram áreas centrais da capital, por três vezes, em praças de guerra”.

Em um discurso em terceira pessoa, emerge um enunciador que se atribui o estatuto de conhecedor dos ideais do MPL, o qual “preconiza a paralisação de São Paulo em nome da irreal reivindicação de tarifa zero para os transportes públicos”. Sobre esse ideal, o enunciador enfatiza o seu caráter de irrealidade do Movimento. Tendo em vista a ênfase do enunciador não nas reivindicações do MPL, mas, antes, na violência policial, passa a utilizar, nesse discurso, termos do universo da guerra, de modo a também incorporar o coenunciador ao universo de um conflito de guerra civil em curso na maior metrópole do País, o que valida o que está sendo dito. Eis algumas marcas que legitimam o estatuto desse enunciador: “espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle”, “vandalismo”, “violência”, “facções”, “praças de guerra”.

O estatuto atribuído ao coenunciador faz com que ele construa, por meio da competência interdiscursiva, uma imagem de um enunciador intolerante para com o cometimento de atos exacerbados no exercício da função policial-militar, que é a de zelar pela ordem pública e pela segurança pública, pois, no dizer da FSP, cumpre “à PM impor a ordem, e não contribuir para a desordem”. Emerge, assim, a imagem de um jornal extremamente crítico ao *modus operandi* das forças estaduais de segurança, particularmente, da Polícia Militar. Nesse sentido, também a imagem do veículo de comunicação vai sendo construída pelo coenunciador, em face da sedimentação do posicionamento do enunciador, que, por sua forma de dizer e por seu estatuto, faz uma convocação ao discurso legalista, com o objetivo, explicitado em toda a sua materialidade linguística, de obter a adesão do coenunciador.

O estatuto do enunciador revela posicionamentos de reprovação dos atos de violência praticados pelos policiais militares, e o faz de modo a generalizar a postura da instituição policial-militar, que, com sua forma de atuação, “acabou contribuindo para paralisar a cidade, ainda mais do que o próprio protesto”. O enunciador chega a

exemplificar que “nem mesmo o saldo de 13 PMs feridos justifica o emprego de meios excessivos pela polícia”. Emerge, assim, um enunciador que se atribui o estatuto de alguém que defende a repressão aos atos de violência cometidos no curso das manifestações, porém advoga que a força policial deve “reprimir, dentro da lei, da legitimidade e da razão”. Seu argumento é o de que a repressão violenta aos manifestantes, nesse quarto protesto, “acabou contribuindo para paralisar a cidade, mais até do que o próprio protesto”.

Em face da intermediação operada por uma competência interdiscursiva, o estatuto atribuído ao coenunciador implica, com base nessas referências, a emergência de uma imagem do enunciador como a de alguém que, após tomar conhecimento de que “sete repórteres da Folha terminaram atingidos, quatro deles com balas de borracha”, quer fazer crer ao coenunciador que não é tão somente por “solidariedade profissional que se mencionam, neste espaço, as agressões sofridas por repórteres desta Folha”. O jornal FSP se utiliza uma vez mais da estratégia da generalização para criar o efeito de sentido de que a empresa jornalística não sai em defesa somente de seus repórteres, mas, antes, luta em prol dos direitos de toda a sociedade: “[a PM] ataca indiscriminadamente a população indefesa”. Outrossim, a imagem da empresa jornalística vai sendo apreendida pelo coenunciador, em vista da inferência acerca dos posicionamentos do enunciador, o qual, pelo seu modo de dizer e pelo seu estatuto, faz remissão ao discurso jurídico – o preceito constitucional do “direito de ir e vir” –, como estratégia discursiva de obtenção do aval do coenunciador.

Quanto à *déixis* espaço-temporal, ressalta Maingueneau (2008b, p. 88) que se trata de referenciais tanto temporais quanto espaciais relativos a um ato de enunciação. Entretanto, enfatiza o autor que não se refere tão somente a enunciados proferidos em dados locais e em determinadas datas, “tanto mais que o estatuto textual dos enunciadores não coincide com a realidade bibliográfica dos autores”. Nesse discurso 02, o estatuto do enunciador, no sentido de legitimar o dizer, apresenta a cenografia, arquitetada de conformidade com a *déixis* discursiva: a topografia discursiva é marcada pelo dêitico espacial, atestado como segue: “Movimento Passe Livre preconiza a paralisação de São Paulo”, mostrando ao coenunciador o transcorrer das ações em um espaço urbano. Quanto à cronografia discursiva, o tempo é linguístico, demarcado no plano da *déixis*, confirmado nas seguintes marcas linguísticas: “num intervalo de seis dias, transformaram áreas centrais da capital, por três vezes, em praças de guerra”. Essa *déixis* enunciativa, ao se referir a esse espaço

transformado pelos atos de violência, cria o efeito de sentido de uma cidade imersa em uma guerra civil. Em face de sua competência discursiva, essa data denunciada pela FSP – “o comportamento da PM na quinta-feira [13.06.2013] veio impugnar a expectativa de que a tropa revelasse o mesmo senso de equilíbrio” –, uma data, portanto, marcada por forte repressão aos manifestantes nas ruas de São Paulo, é relacionada pelo coenunciador com o horário dos protestos ocorridos no período do início da noite do dia 13.06.2013. Valendo-nos das condições de produção, registramos que também houve manifestações na capital no dia 14.06.2013, noticiadas pela FSP no caderno Cotidiano, porém não tematizadas nessa data no editorial desse jornal, o que, efetivamente, ocorreu no dia 15.06.2013, o qual ora vem sendo analisado.

Quanto ao modo de enunciação, atestamos o seu desenvolvimento, por exemplo, nas pistas materializadas discursivamente, que busca dar conta do modo como a “Polícia Militar do Estado de São Paulo protagonizou [...] um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda mais grave que o vandalismo e a violência dos manifestantes”. Além de confirmar um discurso voltado para o político e para o legalista, o modo de enunciação também confirma o mundo social do universo jornalístico, no qual estão inseridas as enunciações acerca dos atos de violência tanto dos manifestantes quanto dos policiais militares que atuaram na repressão às “facções interessadas penas em depredar equipamentos públicos”. Entretanto, esse modo de enunciação já remete a um tom legalista na enunciação, insurgindo-se contra a Instituição Polícia Militar, acusada nesse discurso, de “contribuir para a desordem”.

O modo de enunciação no discurso 02 engendra uma cenografia que se alterna em comparação com o discurso 01; no discurso 02, a cenografia revela os atos de violência cometidos por agentes das forças de segurança do Estado de São Paulo, cena validada na memória coletiva dos participantes de protestos na capital.

Já quanto ao intuito de obter a adesão do coenunciador à tese de que “pessoas sem envolvimento no confronto foram vítimas da brutalidade policial”, o enunciador faz uso do recurso estilístico da gradação, uma figura de pensamento, cujo efeito de sentido é o de incrementar o significado das palavras no seu aspecto semântico. Emerge em nossa análise o efeito de que o enunciador tem o objetivo corporativista de defender os jornalistas que foram atingidos no embate entre manifestantes e polícia. Para obter esse efeito, a enunciação tem início com a descrição de outros sujeitos da cena de enunciação: “transeuntes, funcionários do

comércio, manifestantes pacíficos e até frequentadores de bar foram atacados com cassetetes e bombas”. Eis, portanto, um modo de enunciação com uma clara exploração da visada de *pathos*, com o objetivo de comover o coenunciador.

Em seguida, o enunciador chega ao ponto pretendido, ou seja, defender os colegas de profissão vitimados, segundo nosso ponto de vista, em face do seu ofício de jornalistas:

Sete repórteres da Folha terminaram atingidos, quatro deles com balas de borracha, em meio à violência indiscriminada da polícia. A jornalista Giuliana Vallone foi alvejada no olho e recebeu 15 pontos no rosto.

[...]

Não é só por solidariedade profissional que se mencionam, neste espaço, as agressões sofridas por repórteres desta Folha — e de outros órgãos de imprensa.

Confirma, portanto, um modo de enunciação voltado, antes, para um corporativismo explícito, apesar de o argumento seguinte equiparar os profissionais de imprensa ao cidadão comum, o que corrobora, pois, a estratégia de adesão: “como qualquer cidadão, eles [repórteres] não poderiam ser atacados por policiais cuja ação não parecia obedecer a qualquer plano ou estratégia”. Essa assertiva faz emergir o efeito de sentido de que os policiais militares do Estado de São Paulo trabalham nos eventos sem o denominado Plano de Comando e, para a execução das ações práticas, não fazem uso de nenhuma estratégia, no dizer do jornal, ou do chamado Procedimento Operacional Padrão (POP), para cada atuação policial-militar.

No mesmo discurso, a FSP enuncia a ação de um PM ocorrida no protesto anterior (terceiro protesto). Essa manifestação de rua também foi objeto de cobertura jornalística, conforme vimos no discurso 01, cujo posicionamento condenava as ações violentas de parte dos manifestantes. Como argumento favorável a essa tese, o início do discurso 01 exalta o número de policiais militares feridos. No discurso 02, o número de policiais feridos deixa de ser um argumento favorável: “Nem mesmo o saldo de 13 PMs feridos justifica o emprego de meios excessivos pela polícia”.

No discurso em análise, o PM de excepcional comportamento técnico-operacional é assim descrito pela FSP: “exemplar disciplina pelo PM Wanderlei Vignoli, na terceira manifestação. Ele sacou a arma, mas não disparou, mesmo isolado e ferido por manifestantes. ‘Somos treinados para manter o autocontrole’, declarou”. A hipótese é a de que o PM não fez uso de seu armamento, por se tratar

de uma arma letal<sup>104</sup>, o que jamais poderia ser feito, em se tratando do enfrentamento a manifestantes de rua desarmados. Esse modo de enunciação quer fazer crer ao coenunciador que a instituição policial-militar, que treina o PM Wanderlei com um dado padrão operacional, não faz com a mesma proficiência o treinamento técnico-tático do restante do efetivo da Instituição – atualmente, em torno de 90 mil homens e mulheres<sup>105</sup>. Sobretudo, uma corporação que preconiza o procedimento operacional de atuação de tropa em grupo<sup>106</sup>.

O modo de enunciação remete também a um *tom* de incredulidade à declaração do oficial comandante da operação. A FSP, nesse discurso, uma vez mais, faz uso da ironia para desacreditar a fala do oficial, quando interpelado acerca do fato de uma das jornalistas ter sido atingida por uma munição de elastômero no rosto: “comandante da PM diz que o disparo foi para o chão”. Registre-se, pois, um modo de enunciar pleno de lacunas, sem o nome do tal “comandante da PM”<sup>107</sup>.

Todas as profissões possuem suas especificidades técnicas, as quais, geralmente, não são de pleno domínio dos jornalistas<sup>108</sup>. É a principal característica do discurso tópico, o qual busca apreender os acontecimentos na sociedade, porém apenas o faz topicalizando-os, conforme Maingueneau (2007b; 2010). Essa topicalização superficial, produzida pela materialidade linguística, opera a construção dos efeitos de sentido em pleno acordo com as coerções semânticas do discurso jornalístico.

No que se refere ainda ao modo de enunciação, verificamos que se trata de um processo de construção controlado com maestria pelo enunciador, de forma a ir sinalizando com elementos materializados discursivamente acerca do comportamento truculento da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O modo como se estrutura a argumentação nesse discurso se dá pela comparação entre um comportamento de “covardia” em oposição à postura de

---

<sup>104</sup> Uma pistola semiautomática, marca Taurus (fabricação nacional), calibre .40 (PT-24/7).

<sup>105</sup> A PMESP é a maior força com treinamento policial-militar de toda a América Latina, conforme SSP-SP, dados disponíveis em [www.ssp.sp.gov.br](http://www.ssp.sp.gov.br). Acesso em 23 fev. 2018.

<sup>106</sup> A forma de atuação básica da PMESP é de, no mínimo, em dupla. No caso do acompanhamento a manifestações, a tropa é organizada em pelotões.

<sup>107</sup> Conforme verificamos, o Comandante-Geral da PMESP nunca estaria no local das manifestações, pois, em face do sistema hierarquizado da Instituição, para cada demanda operacional é designado oficial superior para seu comandamento, o qual, por sua vez, reporta-se a várias instâncias superiores, até as informações relativas a cada operação policial-militar chegar ao Estado-Maior operacional do Comando Geral da Organização.

<sup>108</sup> Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, em 25.02.2018, Otávio Frias Filho afirma que “nem todos os jornalistas estamos preparados para abordar os assuntos sobre os quais escrevemos.”

“coragem”, comportamentos distintos adotados pela tropa ante a situações de enfrentamento aos atos de violência nos “terceiro” e “quarto” protestos. A estratégia é atribuir ao ato de “coragem” do PM o epíteto de um soldado que, no terceiro protesto soube “manter a calma e o discernimento sob ameaça de uma multidão”, enquanto que ao se referir ao ato de “covardia”, a enunciação prima por buscar revelar “despreparo [...] quando se ataca indiscriminadamente a população indefesa”. Isso ocorre em face de uma memória discursiva presente no uso dessa estratégia de comparação entre procedimentos operacionais distintos, ainda que se trate de ocorrências também distintas, que tiveram lugar nessas duas grandes manifestações sociais na área central da metrópole paulista.

Ademais, esse modo de enunciação confirma a estratégia de se privilegiar na discussão acerca do tema dos atos de violência nas manifestações sociais as topicalizações comuns inerentes ao interdiscurso jurídico, construído de forma a remeter a um tom inquisitorial, amparado em um uso desse discurso “dentro da lei, da legitimidade e da razão”. Essa materialidade linguística contribui para construção dos efeitos de sentido, em consonância com as coerções do campo discurso em análise, de forma a instaurar um processo de transformação da imagem dos policiais militares: “de promotores da paz pública”, pelo discurso jornalístico, os agentes “transformaram-se em agentes do caos e da truculência”.

Quanto ao modo de coesão, o enunciador, em terceira pessoa, insere-se na cena tecendo argumentos que subsidiam o posicionamento da FSP de que nesse discurso 02, ao tentar coibir ações violentas por parte dos manifestantes, a polícia militar incorreu em ineficácia, “afinal ela acabou contribuindo para paralisar a cidade, mais até do que o próprio protesto”. Essa cenografia legitima a enunciação, delimita a cena e, ao mesmo tempo, apoia-se em uma cena validada para a população das grandes metrópoles, sobretudo a paulistana, que detém na memória as cenas de violência disseminadas no seu cotidiano de megalópole.

Destacamos, no âmbito do seletor coenunciador da FSP, as características da forma na estruturação do discurso 02: um discurso conciso, conforme às coerções do campo discursivo jornalístico, com grande segmentação de enunciados (dez). Ressaltamos o uso nesse discurso de algumas imagens estilísticas, como a hipérbole, a gradação e as metáforas bélicas. Esses recursos, no dizer de Charaudeau (2015, p. 92) objetivam, no processo de transformação da notícia, criar um efeito de

espetacularização, na qual ressalta-se, por vezes, em detrimento da *visada de informação*, a *visada de captação* do discurso.

A instância midiática acha-se, então, “condenada” a procurar emocionar seu público, a mobilizar sua afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida. O efeito produzido por essa visada encontra-se no extremo oposto ao efeito de racionalidade que deveria direcionar a visada de informação.

Destaca-se, ainda, a progressão na argumentação, estabelecendo, todo o tempo, comparação entre os atos de violência dos manifestantes e as ações de repressão aos manifestantes violentos por parte dos policiais militares. Essa habilidade do enunciador resulta na produção de um discurso com riqueza estilística, cujas restrições semânticas revelam características de um discurso jornalístico mais próximas do denominado jornalismo popular<sup>109</sup>.

A construção da cenografia que valida esse discurso traz à tona o tema da violência policial. O próprio título remete à caracterização dos policiais não de “promotores da paz pública”, mas, antes, os policiais militares paulistas são denominados “Agentes do caos”, o que auxilia na construção da cenografia. Os efeitos de sentido são possíveis na cena enunciativa porque a FSP se atribui o dever de denunciar os atos de violência cometidos pelos agentes da lei contra os manifestantes integrantes do MPL. Com um dizer conforme às restrições do discurso jornalístico, o enunciador já revela que desenvolverá o tema com foco nos atos de violência cometidos durante as manifestações em São Paulo, não pelos manifestantes, mas, sim, pelos agentes de segurança do Estado.

Observamos, também, quanto ao modo de coesão, o efeito causado pela função metalinguística nesse discurso 02, no qual o discurso jornalístico se diz perseguidor um caminho em busca de uma construção imparcial e objetiva, ao declarar a existência de “uma razão adicional para a força policial não tomar jornalistas como alvo: o trabalho da imprensa oferece um testemunho expurgado do radicalismo sectário que se impregnou nas manifestações”.

Com uma pretensa imparcialidade e objetividade, o enunciador nesse discurso revela como se dá a estruturação do tema das “arbitrariedades cometidas

---

<sup>109</sup> Conforme Dias (2008), cujo olhar científico aprofundou os estudos do discurso da violência, ao analisar as marcas da oralidade presentes no jornalismo popular, especificamente, no jornal *Notícias Populares*.

pela polícia no quarto protesto” contra o aumento das passagens do transporte público em São Paulo. De fato, revela-se um discurso pleno de um posicionamento bem marcado, de retaliação às forças estaduais de segurança, tendo em vista o braço armado do Estado ter alcançado os repórteres da FSP, os quais foram vitimados em combate, da mesma forma que ocorre quando da cobertura de conflitos entre nações. Todos os anos, as entidades de defesa da categoria divulgam balanços de jornalistas mortos e feridos no cumprimento do seu mister, cujos incidentes e acidentes durante o exercício profissional resultam, ao nosso ver, das idiossincrasias inerentes à profissão.

Nesse discurso, para ratificar seu dizer e buscar obter a adesão do coenunciador da FSP, assinante e/ou leitor, o enunciador cria uma cenografia de caos urbano, enquanto se utiliza da presença do interdiscurso jurídico, confirmado desde o primeiro enunciado nesse discurso 02, reiterando o paradigma interdiscursivo de que todo discurso remete a outro, principalmente quando, no caso em análise, materializado linguisticamente acerca do conceito jurídico de “ordem pública”, função precípua da Polícia Militar, conforme descrito na Constituição Federal<sup>110</sup>. A partir do próprio título “Agentes do caos” já firma o tema a ser desenvolvido nesse discurso, no qual a PM é acusada de “contribuir para a desordem”, comportando-se os policiais militares como “agentes do caos e da truculência”. Emerge, assim, o efeito de sentido de crítica ao *modus operandi* das forças de segurança do Estado.

Na relação interdiscursiva legalista, a FSP enuncia sua discordância da “irreal reivindicação de tarifa zero para os transportes públicos”, e denuncia conflitos entre manifestantes e forças estaduais de segurança, que “num intervalo de seis dias transformaram áreas centrais da capital, por três vezes, em praças de guerra”. Nesse discurso, portanto, permanece a discordância da FSP quanto à reivindicação da tarifa zero para os transportes públicos, entretanto, o foco do jornal é abordar as “arbitrariedades cometidas pela polícia” contra “a população indefesa”, “transeuntes, funcionários do comércio, manifestantes pacíficos e até frequentadores de bar”, todos, conforme descrição pormenorizada, “atacados com cassetetes e bombas”.

Não foi esquecido de mencionar nessa quarta manifestação “o saldo de 13 PMs feridos”. No discurso 01, a FSP também se referiu a um saldo de “oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos...”. No primeiro, o

---

<sup>110</sup> CF, artigo 144.

“saldo” serviu para justificar o argumento de que os manifestantes deveriam ser coibidos; no segundo, o mesmo argumento é utilizado no sentido contrário, de que esse “saldo [...] não justifica o emprego de meios excessivos pela polícia.

O discurso 02 não deixa de mencionar no transcorrer das manifestações nas “áreas centrais da capital” as ações violentas das “facções interessadas apenas em depredar equipamentos públicos”. Com a força do uso desse código linguageiro, a FSP trata a ideia do transporte público gratuito como uma posição de “irreal reivindicação”, porém o foco nesse discurso é o de denunciar que a “Polícia Militar do Estado de São Paulo [...] protagonizou [...] o uso de meios excessivos”, o que “acabou contribuindo para paralisar a cidade, mais até do que o próprio protesto”.

A interdiscursividade jurídica, reiteramos, encontra-se presente nesse discurso 02, no qual tanto o direito penal quanto o direito processual penal são referenciados, visando ao acionamento, para as devidas providências, do Poder Executivo. Esse interdiscurso jurídico faz emergir efeitos de sentido, os quais, por sua vez, se estabelecem pela interação da memória discursiva, de forma a implicar uma legitimação à voz enunciativa. Ressalta-se, assim, um discurso contrário à instituição policial-militar, condenando as “arbitrariedades cometidas pela polícia”, ou melhor, pelos policiais militares que trabalharam na repressão às ações de parte dos manifestantes, além de convocar a organização militar estadual a exercer o seu mister baseado na legalidade, de conformidade, portanto, com as leis e as normas técnicas que amparam as intervenções policiais no atendimento de ocorrências, consubstanciadas em seus procedimentos operacionais padrão (POP), para serem executados em todos os 645 municípios do Estado de São Paulo.

O final do discurso 02 instaura a cenografia da expectativa da sociedade por uma força estadual de segurança que seja capaz de coibir ações violentas em manifestações com aplicação de estratégias de contenção na mais estrita legalidade, ou seja, com a utilização de técnicas policiais que objetivem preservar a incolumidade física de manifestantes pacíficos e de transeuntes inocentes. Atestamos essas assertivas a partir da escolha pelo enunciador das seguintes marcas linguísticas: “de promotores da paz pública, policiais transformaram-se em agentes do caos e da truculência que lhes cabia reprimir, **dentro da lei, da legitimidade** e da razão” (grifos nossos).

### 4.3 Análise do discurso 03: “Fascistas à solta”

Desde 2013, quando o estopim dos grandes protestos foi a luta pela redução das tarifas dos transportes públicos, deu-se uma ampliação nas demandas dos manifestantes, que passaram a ter maior apoio de parte da população brasileira, para reivindicações de mudanças estruturais no Brasil, tanto sociais quanto políticas. No que tange às grandes manifestações de 2016, o discurso 03, veiculado na FSP, em 02 de setembro de 2016, versa sobre os atos de violência ocorridos durante protestos de manifestantes contrários à aprovação do *impeachment* de Dilma Rousseff, à época, empossada na Presidência do Brasil.

#### **Fascistas à solta<sup>111</sup>**

Toda democracia digna desse nome assegura a mais ampla liberdade de manifestação, desde que pacífica. Atos de violência são reprimidos — e seus autores detidos e processados pelas autoridades.

Essa distinção essencial entre o legítimo e o intolerável em protestos de rua vem-se perdendo no Brasil. Desde as jornadas de junho de 2013, agentes provocadores caracterizados como "black blocs" praticam depredações e outras formas de vandalismo e continuam impunes.

Alegam ser adeptos de uma ideologia anarcoide que utiliza a "violência simbólica" como suposta tática política. Os extremos do espectro político se confundem de tal modo que o comportamento desses milicianos, dispostos a impor seu ponto de vista pela truculência e pela intimidação, merece antes o epíteto de fascista.

Não foi nada "simbólica", aliás, a violência empregada contra o cinegrafista Santiago Andrade, assassinado por dois "black blocs" numa manifestação no Rio em fevereiro de 2014, sem que os criminosos tenham ido a julgamento até hoje.

O roteiro é conhecido. Esses soldados da arruaça se infiltram em protestos de esquerda, cujas lideranças têm medo de repudiá-los. Além de danificar propriedade pública e privada, agridem a polícia com o objetivo de provocar retaliação.

---

<sup>111</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/09/1809423-fascistas-a-solta.shtml>. O editorial foi publicado em 02 set. 2016.

A polícia revela-se pouco preparada para manter a ordem e garantir que apenas os manifestantes violentos sejam coibidos. Não faltaram episódios em que policiais cruzaram os braços em face da baderna ou exorbitaram na repressão, atingindo inocentes.

Desaparecidos de cena, os delinquentes voltaram a agir em meio aos protestos contra o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) nas noites de quarta-feira (31/08) e quinta-feira (1º/09) em São Paulo, atacando prédios no centro da cidade, entre eles a sede deste jornal.

Grupelhos extremistas costumam atrair psicóticos, simplórios e agentes duplos, mas quem manipula os cordéis? O que pretendem tais pescadores de águas turvas? Quem financia e treina essas patrulhas fascistoides? Está mais do que na hora de as autoridades agirem de modo sistemático a fim de desbaratá-las e submeter os responsáveis ao rigor da lei.

Democracias incapazes de reprimir os fanáticos da violência são candidatas a repetir a malfadada República de Weimar, na Alemanha dos anos 1930, tragada pela violência de rua até dar lugar à pior ditadura que jamais houve.

A cenografia escolhida para apresentar o discurso está relacionada com a intolerância da FSP em vista dos atos de violência praticados nas manifestações sociais. Ao longo do discurso 03, o enunciador argumenta contra o que denomina de comportamento “fascista” dos manifestantes denominados “black blocs”. No desenvolvimento do discurso, a cenografia passa a ser a de depredação dos equipamentos públicos e do prédio da FSP, como atestamos em:

Desaparecidos de cena, os delinquentes voltaram a agir em meio aos protestos contra o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) nas noites de quarta-feira (31/08) e quinta-feira (1º/09) em São Paulo, atacando prédios no centro da cidade, entre eles a sede deste jornal.

Nesse discurso, inicialmente, a cenografia é a da memória de um acontecimento que marcou as grandes manifestações de 2013. Este fato é retomado pela ativação da memória discursiva, com o auxílio tanto da intertextualidade externa quanto da intertextualidade interna, as quais integram a prática discursiva acerca das ações violentas de parte dos manifestantes. Essa compreensão ocorre em razão da competência (inter)discursiva. A análise procura enfatizar que esse discurso é marcado pela intertextualidade, pois, para a sua construção, recupera-se a memória discursiva das grandes mobilizações dos movimentos sociais, visto que o fenômeno

da violência nas manifestações de rua reverbera em toda a sociedade brasileira, sobretudo, desde 2013. No interior do discurso jornalístico, dá-se a recuperação de dados da própria memória discursiva, pois, após várias manifestações populares, pró-governo ou contra o governo, há uma ampla cobertura das mídias.

Nesse sentido, a intertextualidade, legitimada graças à competência interdiscursiva, resgata a memória discursiva no interior do discurso jornalístico sobre o comportamento violento dos manifestantes “black blocs”. Isso garante a manutenção desse discurso, conservando-o nesse espaço discursivo. Destacamos, primeiramente, a forma como foi trabalhada tanto a intertextualidade implícita quanto a intertextualidade explícita, e o êxito na obtenção de determinados efeitos de sentido está justamente na capacidade de o coenunciador identificar essas intertextualidades. Enunciados, como referir-se aos atos de violência cometidos por integrantes do grupo “black blocs”, durante as manifestações de 2013, são eventos que marcaram um novo comportamento no cotidiano das grandes vias das metrópoles, principalmente as das capitais do país. Esses fatos têm de ser ativados no momento da apreensão do discurso pelo coenunciador para que ele depreenda efeitos de sentido com essa intertextualidade, a partir, por exemplo, do comportamento das forças estaduais de segurança perante as duas manifestações referidas pelo enunciador: “Não faltaram episódios em que policiais cruzaram os braços em face da baderna ou exorbitaram na repressão, atingindo inocentes”.

A intertextualidade aqui, apesar de não ter a citação de quando foi que “policiais cruzaram os braços”<sup>112</sup> ou em qual das manifestações os policiais paulistas “exorbitaram na repressão”<sup>113</sup>, a alusão a esses “episódios” conta com a memória discursiva do coenunciador para que se alcance o efeito de sentido pretendido pelo enunciador. Trata-se, portanto, de uma intertextualidade implícita, pois não há indicador explícito da fonte, mas apenas indicação direta de conteúdo, a fim de estabelecer coerência com o que o autor afirma acerca dos diferentes comportamentos adotados por policiais paulistas em manifestações sociais.

A intertextualidade é explícita quando o autor cita “a violência empregada contra o cinegrafista Santiago Andrade, assassinado por dois ‘black blocs’ numa manifestação no Rio em fevereiro de 2014, sem que os criminosos tenham ido a julgamento até hoje”. Essa estratégia empregada pelo enunciador é usada para obter

---

<sup>112</sup> Protestos de 15 de abril 2016.

<sup>113</sup> Sobretudo nos quatro primeiros protestos, a contar de 13 de junho 2013.

a adesão do coenunciador à sua denúncia acerca da violência dos “black blocs” e também sobre a morosidade do Poder Judiciário brasileiro e, por fim, ao seu posicionamento.

A cenografia até então construída, a de intolerância, desde 2013, com os atos de violência nas manifestações sociais, é validada, por exemplo, pelo código linguageiro. Por meio dessa cena validada é que o enunciador busca também inserir nessa cenografia o coenunciador.

A cenografia se revela por meio das pistas localizáveis no discurso, pois ela se justifica exatamente pelo dizer no discurso. A especificidade da materialidade linguística e o uso do código linguageiro próprio revelam a habilidade do enunciador em procurar construir um discurso em terceira pessoa, cujas restrições semânticas desvelam as singularidades do discurso opinativo/dissertativo gerado no âmbito do campo discursivo jornalístico, tramando, dessa forma, um modo também próprio de coesão. Ademais, o código linguageiro colabora para a construção do estatuto do enunciador, pois legitima o seu dizer: o vocábulo “fascistas” no título e “o epíteto de fascista” enunciados nesse discurso reforçam as restrições semânticas do discurso, sinalizando a imagem discursiva de uma cenografia de denúncia, que visa a argumentar contra os atos de violência perpetrados pelos manifestantes “black blocs” no transcorrer dos protestos de rua. As escolhas lexicais feitas legitimam e marcam a posição do enunciador, como podemos atestar nas seguintes marcas linguísticas, próprias do léxico do universo da violência, com uma profusão de alusões ao belicismo: “black blocs”, “agentes provocadores”, “milicianos”, “criminosos”, “soldados da arruaça”, “manifestantes violentos”, “delinquentes”, “Grupelhos extremistas”, “fanáticos da violência”. O enunciador, ao utilizar a materialidade linguística “criminosos”, dá corpo a um enunciador inconformado com a lentidão da Justiça, que “até hoje” não realizou o julgamento de dois integrantes do “black bloc” acusados de homicídio do cinegrafista Santiago Andrade, durante os protestos no Rio de Janeiro, em 06.02.2014<sup>114</sup>. A escolha do código linguageiro “criminosos” faz com que o enunciador marque seu posicionamento e, por conseguinte, o da empresa no campo discursivo jornalístico. Emerge o efeito de sentido de um enunciador investido do

---

<sup>114</sup> Fábio Cardoso e Caio Silva, soltos após 13 meses de prisão preventiva, aguardam o julgamento do Superior Tribunal de Justiça, por homicídio doloso triplamente qualificado ou, como requer a defesa, homicídio culposo, com pena de até 8 anos de prisão.

papel de juiz, que já proferiu a sua sentença: os acusados “black blocs” já são, pela imprensa, culpados!

A escolha do código linguageiro também marca o conhecimento de áreas profissionais específicas, como verificamos na materialidade linguística dos enunciados. A escolha de expressões como “polícia revela-se pouco preparada para manter a ordem e garantir que apenas os manifestantes violentos sejam coibidos” (grifo nosso) sugere um questionamento declarado da empresa jornalística à Secretaria de Segurança Pública sobre a competência técnica dos policiais militares que atuam na proteção dos manifestantes durante os protestos. Reitere-se que, no discurso da administração, distingue-se *ordem pública*<sup>115</sup> de *segurança pública*. Assim, essa referência à competência constitucional da Polícia Militar do Estado de São Paulo como responsável pela manutenção da *segurança* e da *ordem pública* colabora para determinar um conhecimento atinente à posição nesse espaço tanto do enunciador quanto do coenunciador.

A seleção do código linguageiro na construção desse discurso 03 reforça as restrições semânticas do discurso jornalístico, sinalizando a imagem de um jornal fiscalizador da sociedade e dos poderes públicos; um jornal intolerante com o descumprimento das leis ora vigentes. Para isso, o enunciador, implicitamente, convoca o coenunciador, na tentativa de buscar sua adesão ao posicionamento da empresa jornalística acerca desse embate.

É na cenografia que os atos de violência praticados pelos “black blocs” aparecem como tema, o qual reflete aspectos das ações violentas desses manifestantes. Relevamos que, à guisa de comparação, a cenografia criada no discurso 03 engendra posicionamento similar àquele enunciado no discurso 01, quando foram instauradas as cenas dos atos de violência praticados por parte dos manifestantes contrários ao aumento de tarifa dos transportes públicos. No discurso 03, temos construída a cenografia dos atos de violência praticados por manifestantes integrantes do movimento “black bloc” em São Paulo. Note-se que, em ambos, a FSP procede a uma enunciação contrária aos protestos, concitando as forças estaduais de

---

<sup>115</sup> “A ordem pública não deixa de ser uma situação de legalidade e moralidade normal, apurada por quem tenha competência para isso sentir e valorar. A ordem pública, em outras palavras, existirá onde estiver ausente a desordem, isto é, os atos de violência, de que espécie forem, contra as pessoas, bens ou o próprio Estado”. (LAZZARINI, 1986, p. 14).

segurança ao enfrentamento das ações violentas perpetradas por manifestantes. A FSP considera, portanto, que os manifestantes têm de ser responsabilizados:

Desaparecidos de cena, os delinquentes voltaram a agir em meio aos protestos contra o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) nas noites de quarta-feira (31/08) e quinta-feira (1º/09) em São Paulo, atacando prédios no centro da cidade, entre eles a sede deste jornal.

[...]

Está mais do que na hora de as autoridades agirem de modo sistemático a fim de desbaratá-las e submeter os responsáveis ao rigor da lei.

Há nesse discurso 03 o tema da violência nas manifestações sociais, compatível com as relações semânticas do discurso jornalístico, mas que, ao mesmo tempo, precisa ser integrada à rede semântica devido às influências políticas, sociológicas e históricas às quais todos na sociedade estão submetidos. O tema tratado reflete aspectos inerentes ao comportamento violento de uma parcela específica dentre os manifestantes, o que proporciona uma reflexão, a partir, inicialmente, do próprio título: “Fascistas à solta”. O enunciador instala uma cenografia validada na memória discursiva, de modo a recorrer ao conhecimento do coenunciador acerca dos atos de violência ocorridos em manifestações sociais, desde 2013, organizadas pelo MPL, apresentando uma cenografia de crítica à atuação violenta dos “black blocs”.

Ao longo do discurso, o enunciador adota atitudes que comprovam o fato de que pretende denunciar os atos de violência cometidos pelos “black blocs”, o que contribui para a construção do tema. O enunciador dá pistas materializadas discursivamente sobre o comportamento, em 2016, dos “manifestantes violentos”, como vemos em:

Essa distinção essencial entre o legítimo e o intolerável em protestos de rua vem-se perdendo no Brasil. Desde as jornadas de junho de 2013, agentes provocadores caracterizados como “black blocs” praticam depredações e outras formas de vandalismo e continuam impunes.

Destacamos que o tema dessa prática discursiva permite manter a memória discursiva acerca das manifestações, de modo a garantir sua circulação no próprio espaço discursivo e também de interdiscursos retirados de outros campos, o que reforça o tema. Além disso, a construção do tema e a disseminação dos efeitos de sentido nesse discurso jornalístico são possíveis devido à relação interdiscursiva com o discurso histórico, sociológico, político, o que só é facilitado pela capacidade de o coenunciador tecer correspondências entre múltiplos discursos, que, por sua vez, dependem da competência (inter)discursiva.

O enunciador enaltece o fato de a vigência do sistema político democrático auxiliar na construção do tema, de forma a motivar uma reflexão sobre outras formas (piores?) de governo, alertando o coenunciador de que a “democracia” pode ser “tragada pela violência de rua até dar lugar à pior ditadura”.

Quanto ao estatuto do enunciador e do coenunciador, segundo Maingueneau (2008b), ambos são vistos no quadro de uma *cenografia enunciativa*, que abriga os coenunciadores do discurso. Ou seja, a ação do coenunciador é imperativa para a construção do discurso, e somente podemos depreender o estatuto do enunciador e do coenunciador no quadro de uma *cenografia* (MAINGUENEAU, 2008a). Para isso, como já dito, o enunciador deixa pistas de sua imagem, por exemplo, nas escolhas lexicais e no modo como vai realizando a coesão do discurso.

O discurso 03 engendra uma nova cenografia, a de ações contra estabelecimentos públicos e, também, contra o prédio da FSP, o que contribui para estabelecer o estatuto do enunciador, pois é ele que dá voz ao discurso e, ao mesmo tempo, busca conduzir o coenunciador para a cenografia, fazendo emergir efeitos de sentido que vão sendo construídos ao longo do discurso. Vislumbramos aqui uma aproximação maior com o coenunciador, com o objetivo de buscar inscrevê-lo no discurso; uma estratégia linguística em que há apenas o uso da terceira pessoa, com vistas a uma expansão para além de um único enunciador, de modo a abarcar um sujeito que, portanto, enuncia não apenas em nome da FSP, mas, antes, em nome da coletividade dos assinantes e/ou leitores dessa mídia impressa: emerge agora da empresa jornalística um posicionamento relacionado aos atos de violência ecorrentes das ações praticadas pelos manifestantes, de forma a condenar as atitudes dos integrantes do movimento “black bloc” e, ato contínuo, passar a exigir das autoridades reações efetivas de combate aos manifestantes violentos.

O estatuto do enunciador faz emergir, nesse discurso, uma posição de recriminação dos atos de violência ocorridos nas manifestações sociais. Ao engendrar um discurso em terceira pessoa, ressalta um enunciador-observador dos atos de violência cometidos pelos integrantes do movimento “black bloc”. Ao fazer alusão ao interdiscurso político, histórico, sociológico, o enunciador assume seu posicionamento, pois traz para a constituição desse discurso outros discursos, com os quais conserva certa relação, já que no discurso jornalístico é forte a presença da crença do exercício do seu papel de fiscalizador das mobilizações da sociedade, principalmente as ações e inações do poder público.

O enunciador, ainda, atribui-se o estatuto de alguém que conhece as ações e as possíveis motivações dos “black blocs”, sobre as quais ele discorre nesse discurso 03. Desse modo, por meio da seleção de nove itens lexicais utilizados como sinônimos do termo “black bloc” disseminados por todo o discurso 03, o enunciador vai incorporando o coenunciador ao universo de um conflito urbano bem contemporâneo, o que valida o que está sendo dito. Eis algumas marcas que legitimam o estatuto desse enunciador: “agentes provocadores caracterizados como ‘black blocs’ praticam depredações e outras formas de vandalismo” (grifos nossos).

Por intermédio da competência interdiscursiva, o estatuto atribuído ao coenunciador faz com que ele construa, com base nessas referências uma imagem do enunciador fiscal dos poderes; do Executivo, fazendo críticas à polícia; do Judiciário, cobrando o julgamento dos acusados, chegando ao ponto de enunciar o veredito da culpabilidade, ao denominar os acusados de “criminosos”. Desse modo, também a imagem do veículo de comunicação vai sendo construída pelo coenunciador, em face da virulência do posicionamento do enunciador, que, por sua forma de dizer e por seu estatuto, faz uma convocação ao discurso belicista, funcionando como um espaço edificado com o intuito de obter a adesão do coenunciador.

Quanto ao estatuto do enunciador, observamos, nesse discurso, que ele está ligado às condições sócio-históricas de produção, pois, desde 2013, circula um conhecimento enciclopédico de como mudaram as formas de comportamento dos cidadãos nas manifestações: trata-se de “roteiro conhecido”. A convocação para os atos de protesto conta, na “era da experiência digital”<sup>116</sup>, com o apoio de tecnologia

---

<sup>116</sup> Conforme informação disponível em <<https://miltonjung.com.br/2018/03/16/mundo-corporativo-melhor-experiencia-melhor-venda-diz-leo-xavier-da-pontomobi/>>. Acesso em 12 março 2018.

de comunicação extremamente veloz pela *internet*. Fenômeno iniciado em 2013, o agendamento dos encontros entre os grupos dá-se por meio das redes sociais mais populares, o que tende a viabilizar a participação de milhares de pessoas em manifestações de rua.

O estatuto do enunciador recorre aos estereótipos disseminados pela sociedade contemporânea, como o de manifestante violento que, em suas ações de protesto, foca tanto bens públicos quanto particulares, móveis e imóveis, conforme verificamos no enunciado: “Grupelhos extremistas costumam atrair psicóticos, simplórios e agentes duplos”. De si, o enunciador constrói uma imagem positiva e busca partilhar com o coenunciador dos mesmos valores sociais vigentes, em defesa das normas sociais e das leis: “Está mais do que na hora de as autoridades agirem de modo sistemático a fim de [...] submeter os responsáveis ao rigor da lei”. Para a construção desse discurso, o enunciador recorre a uma cenografia marcada no próprio espaço discursivo urbano, em particular, a metrópole paulistana. Essa cenografia revela um *ethos* discursivo de alguém que fala de um lugar legitimado. Mais: trata-se de uma cenografia apoiada em uma cena estereotipada de evocação da imagem do manifestante “black bloc”, com estereótipo de violento, como vemos em “o comportamento desses milicianos, dispostos a impor seu ponto de vista pela truculência e pela intimidação, merece antes o epíteto de fascista”. A cenografia, criada discursivamente, apoia-se em cenas validadas, instaladas na memória (inter)discursiva. Essa descrição dos integrantes dos “black blocs” se dá exatamente como ocorre com o estereótipo de policial militar, segundo o enunciador: “A polícia revela-se pouco preparada para manter a ordem”, posicionamento que, neste caso, ativa no coenunciador estereótipos que se espriam para uma generalização de toda a instituição policial-militar.

Ainda, o estatuto do enunciador situa o seu discurso em relação ao discurso do outro, não apenas o coenunciador mais imediato, mas também de outros discursos historicamente constituídos, com os quais o enunciador já interagiu e que emergem no discurso 03, como exemplificado no enunciado: “a malfadada República de Weimar, na Alemanha dos anos 1930”. Dessa forma, inferimos que o estatuto do coenunciador pode vir a assimilar do enunciador a imagem de alguém que conhece o transcorrer das ações de violência ocorridas nas grandes manifestações sociais, pois nesse discurso a imagem construída pelo enunciador pode ser afiançada pela maioria

dos coenunciadores dessa publicação, que tende<sup>117</sup>, por exemplo, a se indignar contra as ações de “black blocs” contra o jornal FSP. Aqui, o estatuto do enunciador pode enlaçar o coenunciador com uma enunciação pungente, de clamor público. Para isso, o enunciador lança mão da estratégia de recuperação no coenunciador de uma memória discursiva de defesa da liberdade de expressão como um direito intrínseco ao atual sistema democrático brasileiro. O enunciador conta, ainda, com o posicionamento do coenunciador, e acredita que pelo menos a maioria dos assinantes do periódico seja contra a liberdade de expressão.

Nesse discurso 03, o estatuto do enunciador apresenta a cenografia, concebida em conformidade com a *dêixis* discursiva: a topografia discursiva é marcada pelos dêiticos espaciais, atestados a seguir: “manifestação no Rio”, “em São Paulo”; “prédios no centro da cidade [de São Paulo]”, as quais explicitam ao coenunciador o transcorrer das ações em um espaço urbano, particularmente na área central dessas capitais. Ainda, o dêitico espacial “entre eles a sede deste jornal [*Folha de S. Paulo*]” ratifica a situação de enunciação como um ato verdadeiro, atribuindo-lhe um *status* de credibilidade, com vistas a enlaçar o coenunciador. Quanto à cronografia discursiva, o tempo é linguístico, marcado no plano da *dêixis*, confirmado nas seguintes marcas linguísticas: “cinegrafista Santiago Andrade assassinado [...] em fevereiro de 2014”, “protestos contra o impeachment da ex-presidente Dilma Roussef (PT) nas noites de 31 (quarta-feira) e quinta-feira (1º) [31 de agosto e primeiro de setembro de 2016]”, “Desde as jornadas de junho de 2013” – período que marca o início das grandes manifestações de rua nas maiores cidades do Brasil.

Destacamos, ainda, como importante dêitico temporal a data de publicação dessa edição do jornal: 02.09.2016. Já o dêitico temporal “Alemanha dos anos 1930” atua na memória discursiva do coenunciador como um tempo passado que, por suas consequências históricas, jamais deverá voltar. Sendo assim, o discurso aqui se constrói também em função do tempo e do espaço construído no próprio discurso, ou seja, o uso desses indicadores espaciais e temporais legitimam o dizer do enunciador, com o objetivo de tentar obter, com base nessa cena de enunciação, a adesão do coenunciador para o posicionamento sedimentado nesse discurso.

---

<sup>117</sup> Com base no parâmetro do leitor denominado “ultraqualificado” do jornal *Folha de S. Paulo*.

O modo de enunciação no discurso 03 engendra uma cenografia que recupera aquela que fora instaurada no discurso 01. Essa cenografia também dá conta de atos de violência praticados por manifestantes, contudo, trata-se, agora, de uma cenografia que revela os atos de violência cometidos especificamente por manifestantes “black blocs”, no dizer da FSP, acolhidos e/ou tolerados pelos organizadores, desde 2013, nas grandes manifestações, principalmente, a partir da terceira manifestação, a qual fora tematizada no discurso 01.

Ao enunciar em terceira pessoa, com base, portanto, em uma enunciação pretensamente representativa de uma grande parcela da sociedade, o enunciador procede a uma enunciação de viés coletivo de combate aos manifestantes que praticam atos de violência nas manifestações sociais, em especial, os “black blocs”. Essa cenografia legitima a enunciação, delimita a cena e, ao mesmo tempo, apoia-se em cenas validadas armazenadas na memória discursiva dos coenunciadores acerca dos manifestantes violentos em protestos de rua.

Também, por meio dessa cenografia, o discurso chega ao coenunciador: a instância enunciativa atribui *caráter* e *corporalidade* ao enunciador, que revela o seu *ethos* na medida em que engendra a imagem discursiva de alguém especialista no tema das manifestações sociais, sobretudo aquelas transcorridas, desde 2013, em São Paulo.

Esse modo de enunciação vai sendo construído nesse discurso 03 pelo enunciador, de forma a ir explicitando as pistas linguísticas acerca das táticas de manifestação de rua dos “black blocs”. Verificamos uma progressão do tema no modo de argumentar por meio da exemplificação de fatos históricos relativos às ações violentas de manifestantes. Isso é possível pela memória discursiva presente nas práticas contumazes de atos de violência cometidos durante os protestos de rua no Brasil, desde junho de 2013, por parte dos grupos de “black blocs”. O modo de enunciação confirma, ainda, um discurso voltado para o político, histórico, sociológico, judiciário. O mundo social acionado é o do jornalístico, o que nos permite afirmar que em nenhum momento é abordado por essa mídia impressa o tema dos manifestantes pacíficos, pois, como preleciona Marcondes Filho (1997), de acordo com a lógica do “capital”, e, conforme Charaudeau (2015), notícia sem “visada de *pathos*” não vende. Reitere-se que, apesar de, no jornal FSP, o editorial não pautar as notícias, o tema dos atos de violência em manifestações obteve ampla cobertura do periódico, naquela data, de forma a figurar no caderno Poder e nas polêmicas do espaço Painel do Leitor,

as quais, por sua vez, reverberaram no embate entre leitores, mediados pela FSP, no transcorrer dos dias seguintes, cujo conteúdo, por si só, é passível de uma outra pesquisa, com a aplicação, por exemplo, da quarta categoria de análise, proposta por Maingueneau (2008b).

Assim, instala-se a cenografia da condenação dos atos de violência empreendidos pelos manifestantes “black blocs”, e que faz emergir um *fiador*, uma instância subjetiva, portanto, que é voltada ao espaço discursivo urbano; um *fiador* que envida esforços no sentido de enlaçar o coenunciador, nessa cena, nas ruas tomadas por manifestantes na região central de São Paulo.

Consoante Maingueneau (2008b, p. 92), o *tom* apoia-se sobre uma dupla figura do enunciador, a de um *caráter* e a de uma *corporalidade*; ainda, permite relacionar o enunciador a uma fonte discursiva, além de possibilitar ao coenunciador elaborar uma representação do enunciador. Logo, o *tom*, além de dar autoridade ao dito, possibilita introduzir os coenunciadores na enunciação jornalística, condição essencial para a construção dos efeitos de sentido que serão apreendidos, como no enunciado a seguir, construído com o *tom de ironia*:

Não foi nada "simbólica", aliás, a violência empregada contra o cinegrafista Santiago Andrade, assassinado por dois "black blocs" numa manifestação no Rio em fevereiro de 2014, sem que os criminosos tenham ido a julgamento até hoje.

Ressaltamos a técnica do uso das perguntas retóricas, como estratégia de enlaçamento do coenunciador: “Grupelhos extremistas costumam atrair psicóticos, simplórios e agentes duplos, mas quem manipula os cordéis? O que pretendem tais pescadores de águas turvas? Quem financia e treina essas patrulhas fascistoides?”. Eis que o discurso preconiza ao coenunciador uma resposta, com viés de verdade única, às indagações proferidas: “O roteiro é conhecido [dos coenunciadores]. Esses soldados da arruaça se infiltram em protestos de esquerda, cujas lideranças têm medo de repudiá-los”.

Recordamos que, em algumas manifestações<sup>118</sup> contra o governo de Dilma Roussef, os próprios manifestantes identificavam e apontavam para a Polícia Militar quais eram os sujeitos que propugnavam atos de violência, os quais eram retirados

---

<sup>118</sup> Sobretudo nos protestos de 15 de março 2015 e 13 de março 2016.

desses protestos e, em seguida, conduzidos ao distrito policial para fins de responsabilização penal.

Destacamos, quanto ao modo de coesão, que, de acordo com as coerções semânticas desse discurso, as quais são restritas a um espaço discursivo específico, na segunda página do jornal FSP, com uma estrutura opinativa, em 3ª pessoa, esse discurso detém, em si, o objetivo de estruturar argumentações proficientes com vistas a tentar conduzir para a cenografia o coenunciador e dele obter a sua adesão às teses defendidas pelo enunciador. Para isso, chama-nos a atenção, da mesma forma que nos discursos 01 e 02, um discurso conciso no qual se organizam enunciados estruturados a partir de diferentes técnicas de argumentação – por comprovação; causa e consequência; argumentos social, político, histórico. O efeito que emerge dessa estrutura é a obtenção de clareza e precisão dos argumentos. Ainda, ressaltamos o detalhe preciso da descrição das características relevantes dos manifestantes “black blocs” e técnica da comparação, a qual revela a habilidade do enunciador em fisgar o coenunciador, de modo a levá-lo, de acordo com as restrições semânticas desse discurso jornalístico, a percorrer na História o caminho factível que pode conduzir uma nação democrática a uma ditadura.

Desse modo de coesão, ainda, emerge um *fiador* que ratifica o posicionamento da FSP de que, nesse discurso 03, os manifestantes de comportamento violento devem ser coibidos pelas forças estaduais de segurança. Ademais, é importante destacar o fato de, a partir do seu posicionamento, a empresa jornalística não mais concitar apenas o Poder Judiciário para “submeter os responsáveis ao rigor da lei”, mas, desta vez, convocar a Nação para esse mister. Apreendemos esse efeito de sentido em face do modo de dizer da FSP, isto é, como ela se dirige, não a esse ou àquele segmento da sociedade brasileira, mas, antes, às “democracias incapazes de reprimir os fanáticos da violência...”.

A construção da cenografia que valida esse discurso traz à tona o tema dos atos de violência, os quais, desta vez, majoritariamente, foram praticados por manifestantes “black blocs”. Com uma imbricação de interdiscursos dos vários campos, sobre os quais vimos discorrendo, o enunciador já revela como vai sendo desenvolvida a construção do tema da violência dos “black blocs”.

Quanto ao modo de coesão, verificamos também que os enunciados se apresentam curtos, com uma enunciação clara, precisa e concisa<sup>119</sup>, por meio da estruturação de enunciados concisos, os quais contribuem para facilitar o encadeamento das variadas estratégias de construção das argumentações à tese defendida no discurso 03. Destaque-se, na enunciação, o hábil manuseio do código linguageiro “democracia”, logo no início do discurso e, mais tarde, quando de sua retomada, no final, com a estratégia de colocá-la em oposição à “ditadura”, em perfeita estratégia de circularidade:

Toda **democracia** digna desse nome assegura a mais ampla liberdade de manifestação, desde que pacífica. Atos de violência são reprimidos — e seus autores detidos e processados pelas autoridades.

[...]

**Democracias** incapazes de reprimir os fanáticos da violência são candidatas a repetir a malfadada República de Weimar, na Alemanha dos anos 1930, tragada pela violência de rua até dar lugar à pior ditadura que jamais houve. (grifos nossos).

Nesse sentido, o coenunciador, em face da seleção do código linguageiro, do tema, do estatuto de enunciador e de coenunciador, da *dêixis* enunciativa, do modo de enunciação, do modo de coesão e da intertextualidade, é levado, muito provavelmente, aderir ao posicionamento do enunciador. Ainda, é bem provável que esse coenunciador possa a via a construir o *ethos* de um fiador que denuncia os atos de violência perpetrados pelos manifestantes dos grupos “black blocs” e evidencia o posicionamento da empresa jornalística como contrária à causa dos manifestantes, portanto, contra a proposta de gratuidade do sistema de transporte público, sobretudo, na cidade de São Paulo.

Nesse discurso 03, para ratificar seu dizer e buscar obter a adesão do coenunciador da FSP – assinante e/ou leitor – o enunciador cria uma cenografia de violência contra a Democracia, enquanto se utiliza da presença do interdiscurso político e da História, construídos por um sistema de restrições semânticas, os quais condicionam o que pode ou não ser linguisticamente materializado, confirmados desde o primeiro enunciado nesse discurso, reiterando o paradigma interdiscursivo de que um discurso sempre remete a outro, principalmente, no caso em análise, quando,

---

<sup>119</sup> Conforme já salientamos, com base no parâmetro do leitor denominado “ultraqualificado” do jornal *Folha de S.Paulo*.

na argumentação final, o enunciador lança mão da exemplificação histórica do período entre as duas Grandes Guerras: “a malfadada República de Weimar”. Salientamos, ainda, que já a enunciação “Fascistas à solta” remete, de imediato, ao conhecimento da História, sobre uma das ditaduras mais conhecidas do planeta. Esse conhecimento advém do contato com os fatos históricos desde os bancos escolares, do seu registro em múltiplas manifestações artísticas circulantes na sociedade. Tudo isso gera uma competência interdiscursiva em que o coenunciador vai sendo envolvido, devido à sua memória discursiva. O efeito de sentido da menção a esse período histórico é o de buscar aterrorizar o coenunciador, em face dos desdobramentos instaurados na memória discursiva dos coenunciadores, ao serem retomados interdiscursos que acenam para uma estrutura de oposição ideológica: “democracia” *versus* “ditadura”.

A presença do interdiscurso sociológico é bastante marcada, em especial, pela referência a Bourdieu (2014), por meio da expressão “violência simbólica”<sup>120</sup>. Os efeitos de sentido provocados pelo interdiscurso, nesse caso, o discurso sociológico, estabelecem-se pela interação da memória discursiva e colaboram para legitimar a voz enunciativa, como atestamos, a seguir, a partir da escolha pelo enunciador das seguintes marcas linguísticas:

Alegam ser adeptos de uma ideologia anarcoide que utiliza a "violência simbólica" como suposta tática política. Os extremos do espectro político se confundem de tal modo que o comportamento desses milicianos, dispostos a impor seu ponto de vista pela truculência e pela intimidação, merece antes o epíteto de fascista.

Instala-se, também, nesse discurso, a cenografia da ironia, a qual faz emergir um fiador, uma instância subjetiva que é voltada a desacreditar as ações dos manifestantes. A cenografia do discurso e o *ethos* do fiador podem ser reforçados ainda por outros enunciados: ao ser construído esse tom de ironia, todas as motivações dessas manifestações são satirizadas pela FSP. A cenografia confirma que o posicionamento dessa empresa jornalística é contrário às motivações políticas dos vários movimentos sociais que se mobilizaram contra o resultado do

---

<sup>120</sup> Conforme Bourdieu (2014), a “violência simbólica” expressa-se na imposição “legítima” e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo do trabalho. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo: ao contrário, o oprimido considera a situação natural e inevitável.

impeachment<sup>121</sup>. A publicação ironiza as ações dos integrantes do movimento “black bloc”, denominando-as de “ideologia anarcoide”, que, no Brasil, “costumam atrair psicóticos, simplórios e agentes duplos”. O discurso explicita seu posicionamento sobre os atos de violência dos manifestantes nos protestos de rua e reitera a ironia ao enfatizar que o grupo “black bloc” faz uso de uma “suposta tática política”. A FSP, portanto, posiciona-se nesse discurso, de forma clara, contrária à ideologia do movimento “black bloc”; contrária à ideologia política, em geral, defendida por esse grupo, nessas manifestações aludidas no discurso 03.

Destacamos que a alusão ao Fascismo/Nazismo, em posição antagônica ao sistema político da Democracia, legitima o posicionamento do enunciador e, ao mesmo tempo, visa a obter a adesão do coenunciador.

Ressaltamos o entrecruzamento de diversos discursos que são construídos por um sistema de restrições semânticas, o qual direciona o que pode e o que não pode ser materializado discursivamente. Essa relação interdiscursiva permite que o discurso construa efeitos de sentido com objetivo de enunciar também o posicionamento da empresa *Folha da Manhã S.A.* sobre o tema da violência nas manifestações populares, particularmente aquelas em que participam os integrantes do movimento “black bloc” e, ainda, obter a adesão dos coenunciadores – assinantes e/ou leitores em geral. Dessa forma, os efeitos de sentido que o interdiscurso provoca se configuram pela ativação da memória discursiva acerca das enormes manifestações populares desde o ano de 2013.

O final do discurso 03 instaura a cenografia dos riscos de ataque à democracia nacional, de modo a alertar a sociedade de que as democracias devem ser capazes “de reprimir os fanáticos da violência”. De fato, as democracias vivem constantemente sob a iminência de ataques a seus pressupostos; são os novos bárbaros gestados no paradigma da *modernidade líquida*. Atestamos essas assertivas, a partir da escolha pelo enunciador das seguintes marcas linguísticas:

Democracias incapazes de reprimir os fanáticos da violência são candidatas a repetir a malfadada República de Weimar, na Alemanha dos anos 1930, tragada pela violência de rua até dar lugar à pior ditadura que jamais houve.

---

<sup>121</sup> Em 31 de agosto de 2016, Presidente Dilma Rousseff perdeu o mandato por 61 votos favoráveis e 20 contrários. Entretanto, os Senadores rejeitaram pena de sua inabilitação para funções públicas. Em seguida, assumiu Michel Temer.

Resta, finalmente, instaurado, também nesse discurso, um *tom* legalista, pois, desde o primeiro enunciado, a empresa jornalística enuncia: “Toda democracia digna desse nome assegura a mais ampla liberdade de manifestação, desde que pacífica. Atos de violência são reprimidos — e seus autores detidos e processados pelas autoridades”. Um alerta, portanto, para o risco iminente à sociedade brasileira, aliás, mesmo para as democracias mais sólidas, de se ver sucumbir um projeto democrático, em decorrência de atos de violência generalizados, disseminados em manifestações de rua. Em nome da ordem pública, da segurança pública e de um projeto de sociedade livre e igualitária, a FSP argumenta no sentido de combater os posicionamentos ideológicos que espelham radicalismos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, propusemo-nos a investigar como as dimensões da semântica global operam o tema dos *atos de violência* (MICHAUD, 1989) ocorridos no transcurso de manifestações sociais, cujo funcionamento se dá como *discurso tópico* (MAINGUENEAU, 2007a; 2010) na prática discursiva jornalística, em 2013 e em 2016, nas grandes manifestações sociais ocorridas em São Paulo.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, tomamos como referencial teórico-metodológico a AD, na abordagem enunciativo-discursiva proposta por Maingueneau (2008b). Elegemos como categorias de análise o interdiscurso e a semântica global em suas dimensões (o vocabulário, a intertextualidade, o tema, o estatuto do enunciador e do coenunciador, a *déixis* discursiva, o modo de enunciação e o modo de coesão), além das condições de produção dos discursos analisados.

A proposta de verificar a interligação dos planos discursivos nos discursos, conforme Maingueneau (2008b), é assaz produtiva para a AD e para os estudos discursivos em geral. Nesta pesquisa, a proposta de integrar as dimensões da semântica global nos permitiu a realização de análises mais aprofundadas, ao aplicarmos o conjunto desses planos discursivos nos discursos selecionados para a constituição do *corpus*. Ao aplicarmos todo o conjunto de planos da semântica global nos três discursos selecionados, ocorreram no processo de análise, por exemplo, repetições de estrutura vocabular, em face da emergência de efeitos de sentido similares em discursos distintos, em consonância com o que preconizam as próprias especificidades do código linguageiro utilizado na análise de cada um dos discursos selecionados.

Quanto ao *corpus*, observamos, conforme Maingueneau (2008b), que não há como privilegiar regras para o funcionamento semântico, e que é o olhar do analista que seleciona o campo de seu interesse para comprovar sua análise e, assim, ampliar as possibilidades de abordagem de um mesmo *corpus*. Nos discursos selecionados, buscamos, inicialmente, identificar tema e cenografia, com vistas à emergência dos primeiros efeitos de sentido, para, a seguir, aplicamos os demais planos da semântica global. Pudemos, assim, verificar que não é possível privilegiar um plano em detrimento de outro, mas enlaçá-los em um mesmo movimento, o que implica afirmar que os efeitos de sentido vêm à tona não em um plano específico do discurso, mas,

antes emergem no conjunto e se estruturam de acordo com as regras de uma semântica global.

Tendo em vista a ênfase no tratamento semântico do tema, de modo a se considerar que a constituição de seu efeito de sentido se dê na relação com as FDs, apreendemos que é na cenografia que os atos de violência ocorridos em grandes manifestações de rua aparecem como tema. Os atos de violência cometidos por manifestantes, tematizados nos discursos 01 e 03, bem como o tema dos atos de violência praticados pelas forças estaduais de segurança pública, em São Paulo, inserto no discurso 02 – temas compatíveis com as relações semânticas do discurso jornalístico, com plena integração à rede semântica – resultam de experiências compartilhadas pelos integrantes da comunidade paulistana, guardadas na memória coletiva, as quais espelham a vida urbana na metrópole, especificamente o fenômeno das grandes manifestações de rua que ressurgiram no Brasil, nas denominadas “jornadas de junho de 2013”. Verificamos, ademais, que a construção dos temas e a disseminação dos efeitos de sentido nesses discursos se baseiam na capacidade de o coenunciador tecer correspondências entre múltiplos discursos, disseminados entre 2013 e 2016, a depender, portanto, da competência (inter)discursiva do coenunciador.

Comprovamos, nas análises, que os discursos que tematizam os atos de violência em manifestações são permanentemente suscetíveis a atravessamentos de diferentes discursos, em especial, o político, o jurídico, o sociológico, elaborados a partir do reconhecimento do outro e até de sua incorporação, o que possibilita a construção ininterrupta de sua identidade. De fato, ao investigarmos a relação interdiscursiva, ou seja, como se dá a relação do discurso jornalístico com os discursos concorrentes sobre os atos de violência praticados durante as manifestações sociais, observamos que uma das marcas do discurso da FSP é exatamente o entrecruzamento de discursos, ou seja, o funcionamento discursivo desses discursos indica que essa prática discursiva jornalística se estabiliza em diversos caminhos interdiscursivos, o que exige conhecimento por parte do coenunciador desse campo discursivo. Isso nos possibilitou compreender que há, no espaço discursivo analisado, uma infinidade de relações interdiscursivas, conforme destacamos em cada materialidade discursiva exemplificada. Desse modo, o discurso jornalístico, notadamente o que tematiza os atos de violência em manifestações, remete a outros discursos, constituindo-se em uma relação interdiscursiva, donde buscamos relacionar os atos de violência nas manifestações sociais a outros

discursos e às condições sócio-históricas de produção, pois essa prática discursiva detém uma multiplicidade de relações interdiscursivas.

Verificamos na análise a estratégia da “destacabilidade”, referida por Maingueneau (2014, p. 23), nos discursos 01 e 02, O “olho”, no modo de dizer jornalístico, foi analisado como “destacamento fraco”, em vista de a frase ter sido destacada de um enunciado próximo ao leitor, como recurso estilístico de síntese da tese defendida nesses dois discursos e, ainda, para a captação do coenunciador para o tema que foi desenvolvido em cada discurso. No discurso 03, a FSP não recorreu ao recurso da destacabilidade.

Observamos que nos três discursos o enunciador compõe cenografias validadas na memória discursiva, de modo a recorrer ao conhecimento do coenunciador acerca dos atos de violência ocorridos em manifestações sociais anteriores, apresentando, no discurso 01, temos construída a cenografia dos atos de violência praticados por manifestantes, a qual engendra um embate entre os direitos constitucionais de manifestação e o direito de ir e vir dos cidadãos, instaurando, pois, a polêmica. Nesse sentido, a FSP se posiciona contra as propostas e os atos de violência dos manifestantes. No discurso 02, temos construída a cenografia dos atos de violência praticados por integrantes da força policial do Estado de São Paulo contra manifestantes. A FSP se posiciona contra a repressão policial, embora ratifique seu posicionamento contrário às propostas dos manifestantes. Já no discurso 03, temos construída a cenografia dos atos de violência praticados por integrantes do movimento “black bloc” nas manifestações em São Paulo. Ainda, a cenografia criada no discurso 03 engendra posicionamento similar àquele enunciado no discurso 01, quando foram instauradas as cenas dos atos de violência praticados por manifestantes: em ambos, verificamos por parte da FSP uma enunciação contrária aos protestos, concitando as forças estaduais de segurança e os poderes constituídos no sentido de que manifestantes sejam responsabilizados por seus atos.

Quanto ao código linguageiro, partimos do pressuposto de que um vocábulo, por si só, não se constitui uma unidade de análise e, ainda, conforme Maingueneau (2008b, 128), que o enunciador, direta ou indiretamente, marca sua presença por meio do que diz. Dessa forma, pudemos verificar que, no discurso 01, dá-se a seleção do léxico que alude à defesa da segurança pública e da ordem pública. Por meio do código linguageiro, o enunciador legitima o seu dizer e, portanto, posiciona-se, ao atribuir aos sujeitos manifestantes um *ethos* de intolerantes/ intransigentes que, com

seus atos, prejudicam a sociedade. No discurso 02, para construir uma imagem negativa sobre a atuação técnica dos policiais paulistas, a FSP privilegia o uso do léxico pertencente ao campo da atuação operacional dos órgãos de segurança pública, como a alusão ao uso polêmico das munições de elastômero. Ainda, nesse discurso, o código linguageiro estabelece relação antagônica entre os enunciados “coragem” e “covardia”, para se referir a esse ou aquele comportamento da tropa durante ações de repressão aos manifestantes. No discurso 03, o uso dos léxicos “fascistas” no título e “o epíteto de fascista” objetiva enunciar contra os atos de violência perpetrados pelos manifestantes “black blocs”, além das escolhas lexicais próprias de uma “linguagem da violência”, com o objetivo de demarcar posicionamento, tanto do enunciatador quanto da empresa jornalística, que termina por dar corpo a um enunciatador investido do papel de juiz, ao chamar de “criminosos” os dois integrantes dos “black blocs” acusados de homicídio do cinegrafista Santiago Andrade. A seleção de todo esse código linguageiro na construção desse discurso 03 reforça a imagem pretendida de um jornal fiscalizador da sociedade e dos poderes públicos.

A intertextualidade é legitimada graças à competência interdiscursiva, ao resgatar a memória discursiva, no nosso caso, no interior do discurso jornalístico. E o êxito na obtenção de determinado efeito de sentido está justamente na capacidade de o coenunciador identificar essa intertextualidade. No discurso 01, verificamos o trabalho com a intertextualidade implícita, quando se recupera a memória discursiva das grandes manifestações ocorridas anteriormente em São Paulo, em face de esse discurso enunciar acerca do “terceiro protesto”. Também o discurso 02 é marcado pela intertextualidade implícita. O discurso, a partir da recuperação da memória discursiva acerca dos protestos anteriores, tematiza os eventos transcorridos no “quarto protesto”. Já no discurso 03, verificamos que foram trabalhadas tanto a intertextualidade implícita quanto a intertextualidade explícita, como estratégia para buscar obter a adesão do coenunciador à crítica do enunciatador aos atos de violência dos “black blocs” nas manifestações sociais.

Vistos no quadro de uma cenografia enunciativa, conforme Maingueneau (2008b), observamos, quanto ao estatuto do enunciatador e do coenunciador, que o enunciatador, ligado às condições sócio-históricas de produção, deixa pistas de sua imagem nas escolhas lexicais e no modo como estrutura a coesão do discurso; busca construir de si uma imagem positiva, além de tentar revelar um *ethos* discursivo de

alguém que fala de um lugar legitimado. Ainda, recorre aos estereótipos disseminados pela sociedade, apoiando-se em cenas estereotipadas sobre sujeitos e instituições.

Confirmamos que o estatuto do enunciador, intermediado pela competência interdiscursiva, situa o seu discurso em relação ao discurso do outro e, assim, nos três discursos analisados, verificamos uma busca de aproximação com o coenunciador, na tentativa de inscrevê-lo no discurso, com a estratégia linguística, por exemplo, de um discurso em terceira pessoa, com vistas a fazer emergir um enunciador que enuncia não apenas em nome da FSP, mas, antes, em prol da coletividade, fazendo surgir a imagem de um jornal fiscalizador dos poderes, tanto do Executivo quanto do Judiciário, atento às ações e inações do poder público, apesar de certa ambiguidade de seus posicionamentos, em face das questões relativas à ordem pública e à segurança pública,

Com base na premissa de que o discurso é construído no ato da enunciação, de acordo com os sistemas de restrições semânticas e de uma *déixis* espaço-temporal que delimita a cena, constatamos: quanto à topografia discursiva, as marcações espaciais mostram, nos três discursos, ao coenunciador o transcorrer das ações no espaço urbano da metrópole. Especificamente, no discurso 01, verificamos a ênfase em se referir à presença de hospitais na Avenida Paulista como um argumento para impedir a realização de grandes manifestações nessa via. No discurso 03, observamos que a topografia discursiva ratifica a situação de enunciação com um *status* de credibilidade, com vistas a enlaçar o coenunciador.

Quanto à cronografia discursiva, verificamos, no discurso 01, que o tempo linguístico explicita a burocracia estadual/municipal a ser observada na organização de protestos de rua. No discurso 02, ao se referir ao espaço transformado pelos atos de violência, o enunciador cria o efeito de sentido de uma cidade imersa em uma guerra civil. Já o discurso 03, quando remete ao de 2013, essa cronografia discursiva, demarca o início das grandes manifestações de rua nas maiores cidades do Brasil; quando, remete ao ano de 1930, atua na memória discursiva do coenunciador como um tempo histórico que jamais deverá voltar. Sendo assim, nos discursos analisados, ratificamos que o uso desses indicadores espaciais e temporais legitimam o dizer do enunciador, com o objetivo de tentar obter a adesão do coenunciador para os seus posicionamentos.

No modo de enunciação, sempre baseada na materialidade linguística, além da topicalização superficial dos temas tratados de conformidade com as coerções do

discurso jornalístico, convivem, em pleno embate, a visada de informação e a visada de captação (Charaudeau, 2015). Assim, no caso do discurso 02, vimos que prepondera nesse discurso uma visada de *pathos*, com o objetivo de, ao comover o coenunciador, enlaçá-lo na cena para buscar obter a sua adesão ao objetivo corporativista da FSP de defender os jornalistas que foram atingidos, por efeito colateral, no embate entre manifestantes e polícia. O modo como se estrutura a argumentação nesse discurso se dá pela comparação entre um comportamento de de “coragem” de um PM isolado em oposição à postura “covardia” adotada por um pelotão. O modo de enunciação remete também a um *tom* de incredulidade à declaração de um comandante da PM. A FSP, nesse discurso, uma vez mais, faz uso da ironia para desacreditar a fala do agente.

Quanto ao modo de enunciação, no discurso 01, verificamos que o enunciador faz uso da ironia para descrever a ideologia da anarquia reivindicada pelo grupo de manifestantes. Também, verificamos o discurso de um enunciador conhecedor da Constituição, o que subsidia o engendramento de uma argumentação estruturada na oposição de direitos – o “direito de manifestação” em oposição ao “direito de ir e vir”, donde emerge desse interdiscurso jurídico um *tom* legalista.

Já no que se refere ao discurso 03, verificamos que o modo de enunciação engendra uma cenografia que recupera aquela que fora instaurada no discurso 01, isto é, a de condenação dos atos de violência empreendidos por manifestantes. Observamos um modo de enunciar em terceira pessoa, pretensamente representativo de parcela da sociedade, cuja cenografia legitima a enunciação, delimita a cena e se apoia em cenas validadas na memória discursiva dos coenunciadores acerca das ações dos manifestantes, tanto os de 2013 quanto os de 2016.

Pudemos verificar uma progressão do tema no modo de argumentar por meio da exemplificação de fatos históricos relativos às ações violentas de manifestantes. O modo de enunciação confirma, ainda, um discurso voltado para o político, histórico, sociológico, judiciário. E, como estratégia de enlaçamento do coenunciador, o discurso 03 faz uso da técnica de perguntas retóricas, com a oferta de uma resposta que, pretensamente, contém a “verdade”.

Consoante Maingueneau (2008b, p. 92), o *tom* apoia-se sobre uma dupla figura do enunciador, a de um *caráter* e a de uma *corporalidade*. Nos discursos analisados, confirmamos que a instância enunciativa atribui *caráter* e *corporalidade* ao enunciador, que revela um *ethos* de especialista no tema das manifestações

sociais; outrossim, um *tom* que, além de dar autoridade ao dito, opera a introdução dos coenunciadores na enunciação jornalística, ao construir um *tom* de ironia e, ainda, verificamos a emergência de um *fiador* que envia esforços no sentido de enlaçar o coenunciador nas cenas de enunciação dos discursos analisados. No discurso 03, especificamente, constatamos um *tom* de protesto do enunciador.

O modo de coesão, conforme Maingueneau (2008b), relaciona-se com a *intradiscursividade*, lançando mão tanto do recorte discursivo quanto do modo de encadeamento, de forma que o modo de encadeamento, no caso do discurso jornalístico aqui analisado, detém forma própria de estruturar enunciados, tecer estratégias de argumentação e um modo próprio de proceder à progressão do tema e de passar de um a outro tema. Verificamos, na segunda página do jornal FSP, uma estrutura opinativa, em 3ª pessoa, um discurso estruturado com argumentos convincentes, portanto, capazes, com grande probabilidade, de conseguir conduzir para a cenografia o coenunciador e dele obter a sua adesão às teses defendidas pelo enunciador. Constatamos, no *corpus*, três discursos concisos, estruturados com o uso, em cada enunciado, de diferentes técnicas de argumentação – por comprovação; causa e consequência; argumentos tanto sociais quanto políticos, históricos etc. Observamos, nesse modo de encadeamento, a emergência de efeitos de sentido que muito provavelmente contribuem para a clareza e precisão dos argumentos apreendidos pelos leitores “ultraqualificados” da FSP.

Com base nos discursos estudados, percebemos também a importância da identificação das condições sócio-históricas de produção. Em vista de tratarem de temas relativos a prementes demandas sociais, no período demarcado entre 2013 e 2016, esses interdiscursos contêm valores corporificados da vida complexa nas grandes cidades e expressam significados próprios de uma capital como São Paulo – a maior metrópole do país.

Com base nos resultados alcançados, vislumbramos a emergência dos diferentes efeitos de sentido gerados pela análise dos planos da semântica global como parte de um sistema de restrições semânticas globais e, apoiados em Maingueneau (2008b), consideramos que o sistema de restrições semânticas instala os princípios que tornam o discurso jornalístico pertencente a um certo posicionamento. Assim, verificamos que os enunciadores da FSP, por meio de seus discursos, objetivam explicitar posicionamentos acerca dos atos de violência nas manifestações, de modo a buscar obter a adesão dos coenunciadores – assinantes

e/ou leitores. Considerando esses aspectos, verificamos que o discurso jornalístico da FSP tem um modo específico de fazer sua abordagem de um determinado tema, por conseguinte, é preciso tratá-lo sob o aspecto semântico-discursivo. Em nosso estudo, ao analisarmos como a semântica global se constitui nos discursos da FSP, apreendemos efeitos de sentido constatados como a emergência de um modo de ser e de dizer em que se ressalta certa ambiguidade nos discursos, dado que, nos discursos 01 e 03, a FSP convoca as forças de segurança para que executem o seu mister de coibir os manifestantes identificados como autores de atos de violência, ao passo que no discurso 02, a FSP assume uma postura contrária às ações da Polícia Militar, ao criticar as ações de preservação da ordem e da segurança executadas pela instituição para conter as ações de manifestantes violentos no interior das manifestações de rua. Desse modo, verificamos que as categorias de análise selecionadas permitem constatar que há distinção entre os posicionamentos adotados pela *Folha de S.Paulo*, em 2016, em face daqueles externados em 2013, uma vez que os discursos selecionados, com posicionamentos oscilantes, sinalizam um interdiscurso que traz a voz dos posicionamentos políticos que, em relação polêmica, regem a sociedade brasileira contemporânea. Para além do viés corporativista de defesa, quer seja dos repórteres da FSP, quer seja das instalações físicas da empresa jornalística, a FSP enuncia também seu posicionamento político de apoio ao *impeachment* consolidado em 2016.

Quanto aos resultados obtidos, esses são parciais e indicam que a violência praticada nas manifestações, tematizada no discurso jornalístico, deve ser também discutida sob o ponto de vista linguístico e que questões políticas norteiam esse tema representativo na sociedade brasileira contemporânea. Desse modo, baseado nos princípios teórico-metodológicos selecionados e ao aplicarmos os princípios da semântica global para a análise dos discursos jornalísticos selecionados, confirmamos que o delineamento no campo dos estudos discursivos, graças aos trabalhos em AD, corroborou para o alcance de nossos objetivos. Por fim, este trabalho faz suscitar novas investigações e pesquisas sobre as práticas sociais da contemporaneidade, em face da necessidade de investimento na busca de se explicitarem os fenômenos linguísticos nos discursos da violência.

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. (Org.). **A imagem de si no discurso**: a construção do *ethos*. 2ª edição. Trad. Dilson Ferreira da Cruz; Fabiana Komesu; Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2014.

ARBEX JÚNIOR, José. Editorial. In: MELO, José Marques de. (Org.). **Gêneros Jornalísticos na Folha de S.Paulo**. São Paulo: FTD/ECA-USP, 1992, pp. 91-100).

\_\_\_\_\_. **Swornalismo**: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. In: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 10ª edição. São Paulo: HUCITEC/Annablume, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Gêneros de discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Edições 70, 2014.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Enunciação e construção de sentido. In: FIGARO, Roseli (Org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 19-43.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 12 março 2018.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. **O discurso das mídias**. 2ª ed. Trad. Angela M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 14ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. 1ª reimpressão. Tradução supervisionada por Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2014.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª edição atualizada e ampliada. São Paulo: Edusp, 2015.

FOLHA DE S.PAULO: **Primeira página**. 5ª ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

\_\_\_\_\_. **Manual da Redação**. 20ª ed. São Paulo: Publifolha, 2013.

\_\_\_\_\_. **Manual da Redação**. 21ª ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7ª edição. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 14ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

FRIAS FILHO, Otávio. Vampiros de papel. In: *Folhetim*, publicado em 05 de agosto de 1984.

\_\_\_\_\_. Jornalismo, um mal necessário. In: *Folha de S.Paulo*, publicado em 25 de fevereiro de 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/otavio-frias-filho/2018/02/jornalismo-um-mal-necessario.shtml>>. Acesso em 25 fev. 2018.

GADET, Françoise. **Prefácio**. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Eni P. Orlandi. 5ª edição. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014 [1983], pp. 7-10.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: *Revista Brasileira de Educação*. Minas Gerais, Vol. 16, Nº 47, pp. 333-351, maio/ago. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em 26 jan. 2018.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**: norte e sul – Manual de Comunicação. São Paulo: Edusp, 1997.

LAZZARINI, Álvaro. Polícia de manutenção da ordem pública. In: **Direito Administrativo da Ordem Pública**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Estudos de Direito Administrativo**: sistematização Rui Stoco. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. **Genèses du discours**. Liège: Mardaga, 1984.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso: a questão dos fundamentos. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas/SP: Unicamp – IEL, Nº 19, jul./dez., 1990.

\_\_\_\_\_. **L'Analyse du discours** : introduction aux lectures de l'archive. Paris : Hachette, 1991.

\_\_\_\_\_. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3ª edição. Campinas: Pontes/Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Trad. Márcio Venício Barbosa; Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. A Análise do Discurso e suas fronteiras. *Matraga*, Rio de Janeiro, Vol. 14, Nº 20, p.13-37, jan./jun., 2007a.

\_\_\_\_\_. Formações discursivas, unidades tópicas e não-tópicas. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Paulo: Pedro & João Editores, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Cenas da enunciação**. SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez; POSSENTI, Sírio (Orgs.). São Paulo: Parábola, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva; Sírio Possenti (Orgs.). São Paulo: Parábola, 2010.

\_\_\_\_\_. **Análise de textos de comunicação**. 6ª edição ampliada. Trad. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. 2ª edição. Trad. Dilson Ferreira da Cruz; Fabiana Komesu; Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2014a. p. 69-92.

\_\_\_\_\_. **Frases sem texto**. Trad. Sírio Possenti *et alii*. São Paulo: Parábola, 2014b.

\_\_\_\_\_. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

MELO, José Marques de. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. São Paulo: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Gêneros jornalísticos da FSP**. São Paulo: FTD/ECA-USP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo**: Identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MICHAUD, Yves. **A violência**. Trad. L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MORAIS, Regis. **O que é violência urbana**. 7ª ed. Coleção Primeiros Passos (nº 42). São Paulo: Brasiliense, 1985.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6ª ed. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). Trad. Jonas de A. Romualdo. In: GADET, Françoise.; HALK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5ª edição. Campinas/SP: Unicamp, 2014a [1983], pp. 307-315.

\_\_\_\_\_. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Trad. P. Cunha. In: GADET, Françoise.; HALK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5ª edição. Campinas/SP: Unicamp, 2014, [1975]. pp. 61-161.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi et al. 5ª edição. Campinas/SP: Unicamp, 2014b. [1988].

POSSENTI, Sírio. **Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso do Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. Observações sobre interdiscurso. In: \_\_\_\_\_. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009, pp. 153-168.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: Tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RONDELLI, Elizabeth. **Imagens da violência: Práticas discursivas**. In: *Tempo Social Revista de Sociologia*. USP. São Paulo, **10** (2), outubro de 1998, p. 145-157.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. In: *História: Debates e Tendências*. Vol. 7, Nº 1, pp. 09-21, jan./jun. 2008. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2947/199>. Acesso em 26 jan. 2018.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra: Minerva, 2000.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez; ROCHA, Décio. Por que ler Gênese dos discursos. *ReVEL*, Vol. 7, Nº 13, 2009. Disponível em <[www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)>, acesso em 20 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Discursividade e espaço discursivo. *In*: FIGARO, Roseli (Org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 99-118.

TASCHNER, G. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. RJ: Paz e Terra, 1992.

TOURAINÉ, Alain. **Em defesa da sociologia**. Trad. Fernando Dias Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo Social – Revista de Sociologia*. 9 (1), 1997.